

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

ADRIANA CRISTIANE LOPES LINO

**EXPERIÊNCIAS TRANS FEMININAS, TRANS MASCULINAS E TRAVESTIS:
ARRANJOS E ESTRATÉGIAS PARA VIDAS VIVÍVEIS NA CIDADE DE CAMPO
GRANDE - MS**

Aquidauana-MS, 2021

ADRIANA CRISTIANE LOPES LINO

**EXPERIÊNCIAS TRANS FEMININAS, TRANS MASCULINAS E TRAVESTIS:
ARRANJOS E ESTRATÉGIAS PARA VIDAS VIVÍVEIS NA CIDADE DE CAMPO
GRANDE - MS**

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani

BANCA EXAMINADORA

Arguidores,

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS/PPGCult)

Prof. Dr. Tiago Duque, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS/PPGE/CPAN)

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS/PPGCult/CPAq)

Há um rio que atravessa a casa. Esse rio, dizem, é o tempo. E as lembranças são peixes nadando ao invés da corrente. Acredito, assim, por educação. Mas não creio. Minhas lembranças são aves. A haver inundação é de céu, repleção de nuvem. Vos guio por essa nuvem, minha lembrança.

Inundação, Mia Couto

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida, pela saúde e pelo fôlego que me sustentaram espiritualmente em tempos tão difíceis, permitindo-me alcançar a graça de concluir mais essa etapa do meu desenvolvimento pessoal e profissional. Confesso que, nesta caminhada, por muitas vezes, senti-me profundamente triste e abatida por tantas notícias de morte. Com muito respeito às memórias das mais de 587 mil vidas de brasileiros/brasileiras interrompidas pela Covid-19 e que não tiveram a oportunidade a tempo de receberem a vacina, meus sentimentos de mais profunda dor e de revolta.

Esta conquista não faria sentido se, ao meu lado, não estivessem, com vida e saúde, meus entes queridos: minha mãe, irmãs e irmãos, filha e filhos, sobrinhas e sobrinhas. Em especial, dedico este momento de alegria à minha sobrinha Valentina, que, com o seu sorriso, fez-me ficar em pé todas as vezes em que me sentia prostrada e frustrada, pois os nossos momentos e as nossas brincadeiras renovavam as minhas forças e fé; e à minha grande amiga Denise Elaine, que sempre esteve ao meu lado, em minha vida, em todos os momentos bons e ruins.

De igual modo celebro a vida de cada uma das pessoas que, em alguma medida e de diferentes maneiras, constituem a minha trajetória. Um salve muito especial pela vida de cada uma das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, em especial ao Paulo, que, neste duro momento de pandemia, sendo mais um entre os milhões de brasileiros/brasileiras que se arriscam sob duas rodas com a tarefa de prestar serviço de motoentregador, na busca por sustentar sua família, sofreu um terrível acidente, no qual ficou gravemente lesionado, chegando até mesmo a se esquecer de nossas conversas e entrevista. Sou grata pela sua recuperação e pela evolução no seu tratamento.

Ao meu orientador, Professor Guilherme Rodrigues Passamani, meu mais sincero agradecimento, por toda a sua dedicação neste árduo processo de ensinar e orientar, principalmente em meio a tantas turbulências decorrentes da pandemia.

Aos meus queridos arguidores, Professor Tiago Duque, pelo seu conforto e por toda a sua atenção; e Professor Miguel Rodrigues de Sousa Neto, por todo seu respeito e ética, minha profunda admiração por me permitir, desde lá do início deste processo, ser ouvida, socorrida e tão bem recebida no PPGcult, compondo, assim, esta primeira turma - meu muito obrigada. Acredito que este seja um momento histórico não somente para a UFMS, como também para o CPAq, bem como em sua vida e na do professor Aguinaldo Rodrigues Gomes, como

coordenadores do curso e dos demais professores que compõem o quadro de docentes do programa. Uma imensa honra a mim foi concedida em 2019, em conhecer e conviver com pessoas tão maravilhosas, profissionais da mais alta competência.

Ao querido e doce Aguinaldo, eu não tenho palavras para descrever a alegria que me atravessa pelo fato de viver a experiência do convívio, atestando que, se a bondade faz morada em alguém, certamente é nele. Um salve por sua vida, história e trajetória, meu grande amigo, gigante na arte do bem viver. Obrigada pelo cuidado, pelos fortes abraços e sorrisos. Muito obrigada!

Gratidão, também, às professoras Ana Paula Squinelo, por todo seu carinho e acolhimento - que alegria tê-la conhecido, guardarei para sempre as amizades que fiz na nossa ida à Assunção; Helen Paola Vieira Bueno, por sua disposição; Patrícia Zaczuk Bassinello, pelas caronas e pelas boas conversas; Iára Quelho de Castro, pelas maravilhosas aulas, pelas conversas e pelo carinho; e à Vera Lúcia Ferreira Vargas, por todo acolhimento nas nossas interações durante os intervalos. De igual modo, agradeço aos professores Murilo Sebe Bon Meihy, Carlos Martins Jr. e Antônio Firmino de Oliveira Neto, pois foi uma honra ouvi-los e aprender com eles.

Um viva muito especial aos meus amigos: Alice Pereira Fanhani, Amanda Ximenes da Silva, Diego Aparecido Cafola, Gisele Paquer Camargo, Juliane Antunes Martins Ribeiro, Katicilayne Roberta de Alcantara, Katiucia Marcelino Cristaldo, Luar Nogueira Maia Carvalho, Marcelo de Jesus Lima, Márcia Capellini, Rogério Leão Ferreira, Tamires Vila Maior e Taynara Martins de Moraes. Sem eles essa jornada não seria a mesma.

Minha gratidão ímpar aos meus queridos amigos, Cafola e a Taynara, que tão bem me receberam em seu lar e corações enquanto eu ainda era só uma estranha. Meus sentimentos, carinho e admiração ao Cafola, que experienciou a dor da perda, ainda em seu período de escrita, contudo se manteve firme e solidário.

Agradeço, também, em especial, ao Marcelo, um companheiro que desbravou comigo o desconhecido. Um amigo que tornou leve os primeiros passos rumo a este momento de conquista. Gratidão à minha amiga, Katicilayne, por toda disposição e paciência. Também à Marcia, à Amanda, à Alice, à Gisele, à Katiucia e ao querido casal Rogério e Geiselly, pelas escutas, pelo carinho, pelas caronas e pelo acolhimento.

Sem a ajuda de todos esses amigos que fiz durante o mestrado em Estudos Culturais, na cidade de Aquidauana/MS, e meus familiares, eu não teria chegado a essa realização tão importante e sonhada. Partilho com cada um deles essa vitória.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com base em uma etnografia. Atentou-se, ao longo da investigação, às memórias de seis pessoas trans femininas / trans masculinas e travestis da cidade de Campo Grande (MS). O intuito foi identificar, descrever e analisar como se constituíram as suas performatividades trans em tensionamento e negociação com os sistemas de representações heterocisnormativos hegemônicos. Com foco nos fatos que marcaram os processos de reconhecimento das suas identidades de gênero autopercebidas, destacaram-se os seus arranjos e as suas estratégias como modos de articulação das suas performances de gênero nas suas travessias. Portanto, os conceitos de identidade e de experiências se tornam centrais na medida em que ambos precisam ser levados em conta neste processo de ressignificação. Esta pesquisa acionou categorias de diferenciação que se articulam com gênero e sexualidade para analisar, por meio de uma abordagem interseccional, como os marcadores sociais da diferença podem funcionar como arranjos e estratégias corporais, afetivos e sociais na vida dos sujeitos na construção e reconhecimento das suas identidades, conforme as necessidades de interação diante de interpelações sofridas. Do ponto de vista teórico e metodológico, este diálogo se deu de forma interdisciplinar a partir dos Estudos Culturais, da crítica feminista, da teoria transfeminista e por meio da analítica queer.

Palavras-chave: Pessoas trans. Arranjos. Estratégias. Identidade. Experiências. Memórias. Performatividade. Travessias.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a qualitative research with an ethnographic bias. Throughout the investigation, attention was paid to the memories of six trans women / trans men and transvestites in the city of Campo Grande (MS). The aim was to identify, identify and analyze how their trans performativities were constituted in tension and negotiation with hegemonic heterocisnormative representation systems. Focusing on the facts that marked the processes of recognition of their self-perceived gender identities, their arrangements and strategies were highlighted as ways of articulating their gender performances in their journeys. Therefore, the concepts of identity and experiences become fundamental as they need to be taken into account in this process of reframing. This research triggered differentiation categories that articulate with gender and sexuality for analysis, through an intersectional approach, as the social markers of difference can function as bodily, affective and social arrangements and strategies in the life of materials in the construction and recognition of their identities, according to the need for interaction of the interpellations suffered. From a theoretical and methodological point of view, this dialogue took place in an interdisciplinary way based on Cultural Studies, feminist criticism, transfeminist theory and through queer analytics.

Keywords: Trans people. Arrangements. Strategies. Identity. Experiences. Memoirs. Performativity. Crossings.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - INCÔMODOS E ESTRANHAMENTOS	25
1.1. Trajetórias e intercâmbios: espaços de sociabilidade trans.....	25
1.2. Expectativas e suposições: pelas tramas da memória	41
CAPÍTULO 2 – CENAS DA VIDA COTIDIANA: ARRANJOS COMO TÁTICAS PARA VIDAS VIVÍVEIS	54
2.1. Visibilidades como resistência na reivindicação de reconhecimento	54
2.2. A autoidentificação uma potente categoria análise para os estudos de gênero	65
2.3. O processo de transição – movimentos e travessias dos sujeitos.....	78
CAPÍTULO 3 – DAS ASTÚCIAS DO FAZER-SE: NARRATIVAS DE SI DE PESSOAS TRANS EM CAMPO GRANDE	90
3.1. Não se nasce travesti ou transexual, faz-se.....	90
3.2. Demandas: entre desejos e expectativas	96
3.2.1. Fazer-se trans/travesti.....	97
3.2.2. Contexto social: sociabilidade familiar, relacionamentos afetivo-sexuais.....	110
3.3. – Encaixes: inteligibilidades e subjetividades	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ foi desenvolvida com a proposta de conhecer, por meio dos relatos e das memórias de um grupo de pessoas trans femininas, trans masculinas e travestis, um pouco das suas experiências de gênero. Desta maneira, as especificidades dos seus trânsitos socioculturais e das travessias de sexo e de gênero foram ganhando destaque enquanto os próprios participantes foram se recordando das lembranças guardadas em suas memórias, momentos que seriam, segundo elas/eles, mais significativos em suas trajetórias.

Na busca pelo reconhecimento social das suas identidades de gênero, tornou-se vital a observação de parte desse percurso da vida marcado neste sentido, principalmente pelos seus desejos de transformações. Isso é um ponto importante amarrado pelas provocações feitas pela transfeminista Letícia Carolina Pereira do Nascimento, quando diz que:

[...] a despeito da forma como nos autoidentificamos, como corpos trans* e travestigêneres, ao recusarmos a suposta verdade biológica imposta pelo CISTema sexo-gênero-desejo, entramos em um lugar de precarização de nossas existências, exatamente por ocuparmos um não lugar em relação ao gênero normativo (NASCIMENTO, 2021, p. 58).

Assim, foi pelo ato de recordar que alguns fatos que marcaram as memórias de seis pessoas, que se autoidentificaram para esta pesquisa como mulher transexual, como homem transexual e/ou como travesti, puderam ser observadas e analisadas. Desta maneira, mantive em foco as opressões/violências deste CISTema descrito, denunciado por Nascimento (2021).

Como apontou Jorge Leite Jr. (2011, p. 220), “o interessante é observar o descompasso entre as rígidas classificações oficiais e a fluidez das identificações cotidianas que estão constantemente se interpenetrando”. Neste sentido, pretende-se observar o sujeito e seus atos conforme a sua capacidade subjetiva de lidar, ressignificar realidades. Para tanto, levou-se em consideração que a realização de toda e qualquer análise realizada poderia ser constantemente atravessada por algumas problemáticas já apontadas pelas discussões que envolvem o conceito de fluidez. Considerei, assim, que o termo fluidez poderia ou não perpassar as identidades culturais analisadas, tendo em vista que algumas transformações, conforme discute Leite Jr. (2011, p. 238), davam-se pela “busca por uma feminilidade ‘verdadeira’, associada ao conceito

¹ O projeto de pesquisa com o tema “Vidas em trânsito: experiências de gênero e sexualidade, memórias e trajetórias trans na cidade de Campo Grande/MS”, com número CAAE 29356720.6.0000.0021, obteve aprovação mediante aos requisitos estabelecidos pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), em 06 de julho de 2020.

de ‘mulher’, ‘travesti’ ou ‘mulher transexual’, ligada a este jogo por legitimidade e distinção social”. Atentou-se, por esta perspectiva, às suas buscas pela “construção” de certas masculinidades e feminilidades conforme as demandadas do sistema sexo/gênero² que organiza de maneira contingente as nossas funções e representações sociais a partir das oposições binárias homem/mulher, pênis/vagina, tendo o “sexo”, portanto, como signo constitutivo dos aparatos culturais socialmente lidos como masculinos/femininos.

Acredito que problemáticas como essas recaiam também sobre a produção e a classificação científica de algumas categorias, bem como a sua produção dessas representações culturais que figuram no imaginário popular. Em específico, isso ocorre pelas relações e experiências das próprias pessoas trans com os conceitos de transexual e travesti que, conforme Leite Jr., foram forjadas em primeiro lugar pelo “discurso psicobiomédico”.

Recorri, portanto, ao uso do termo pessoa trans³, considerando a sua utilização como um termo guarda-chuva, uma entre muitas outras formas possíveis que visam a abarcar certas singularidades das suas realidades múltiplas. Fiquei receosa, porém, de que algumas vezes esse termo não pudesse dar conta de exemplificar certas subjetividades, particularidades que constituíam cada uma das experiências de sexo e de gênero que foram, ao longo de três capítulos, sendo analisadas.

Assim, pelos fatos que marcam e que caracterizariam as suas experiências de gênero e sexualidade de maneiras muito específicas é que foi possível identificar, em um determinado contexto, o que foi denominado de *arranjos* e de *estratégias*. Isso se deu a partir de muitas considerações sobre as constantes disputas e as transformações sociais, as tensões estabelecidas entre a capacidade reflexiva do sujeito de transformar, ressignificar os processos de identificação e a reprodução compulsória da norma heterossexista que vigora pelos amplos seguimentos que regulamentam a nossa vida social.

Nesse sentido, fez-se uma análise dos seus *arranjos* e das suas *estratégias*, com base nas maneiras muito peculiares desenvolvidas pelas minhas interlocutoras e pelos meus

² Segundo Gayle Rubin (2017, p. 54), que desenvolveu este conceito em seu ensaio, de 1975, “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo”: “como definição preliminar, podemos dizer que um ‘sistema de sexo/gênero’ consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

³ A escolha e o uso do termo pessoa trans como categoria analítica nesta pesquisa dá-se a partir de alguns apontamentos encontrados no texto de Thiago Coacci. Segundo Coacci, sua escolha se deu por essa ser a categoria mais abrangente possível e por, no momento da realização da pesquisa, existir um relativo consenso sobre o uso desta em vários setores do campo trans. Esta categoria opera como um termo guarda-chuvas que abarca uma pluralidade de formas como as pessoas se identificam, tais como: travestis, transexuais, pessoas não binárias, entre outras. Como veremos, as categorias utilizadas pelas próprias pessoas e também pela literatura científica se alteram ao longo do tempo e, a cada nova geração de ativistas, instauram-se novos conflitos sobre as categorias adotadas (COACCI, 2018, p. 46).

interlocutores, buscando conhecer as diferentes formas delas/deles lidarem com os fatos que configuraram as suas realidades e as suas experiências socioculturais. Assim, os *arranjos* e as *estratégias* são termos êmicos no sentido de que só poderiam dar conta, em alguma medida, de se pensar, debruçar sobre os modos como minhas interlocutoras e meus interlocutores lidaram com certos estigmas que os posicionariam em zonas de exclusão delimitando a produção, a reivindicação das suas identidades autodeterminadas.

Para tanto, propõe-se pensar em seus *arranjos* como mudanças que foram sendo constituídas por elas/eles por vezes com um “certo improvisado”. Ou seja, houve momentos em que tiveram de lidar com fatos que tensionaram suas relações com outros sujeitos que as/os interpelavam pelos espaços públicos. *Arranjos*, nesse sentido, seriam, portanto, posicionamentos, argumentos desenvolvidos devido a um ato de necessidade denunciando as suas constantes lutas para serem reconhecidas/os como sujeito de direitos. Assim, trata-se de momentos em que elas/eles investiram, conforme alguma necessidade mais pontual, para reafirmarem a sua identidade de gênero autopercebida, o que exigiu delas/deles o uso, a prática desses *arranjos*.

Assim, os *arranjos* me ajudaram a compreender quais os fatos que marcaram as suas experiências como pessoas trans, como a afirmação mais particular do uso do nome e/ou a negociação da sua inteligibilidade social com base nas performances de gênero impostas pelo imperativo social normalizador para que se dessem o reconhecimento performático por meio da visibilidade dos seus corpos trans, isto é, performances de gênero designadas socialmente para o feminino e para o masculino.

Isso se mostra diferentemente das *estratégias* que, em alguma medida, foram sendo constituídas com propósitos e finalidades bem definidas, quando elas/eles investiram não apenas seus recursos financeiros, mas também seu tempo de vida para que suas performatividades de gênero fossem reconhecidas, buscando, assim, alcançar inteligibilidade capaz de mediar suas interações sociais, para que elas e eles alcançassem status de sujeito. Logo, elas e eles buscam estabelecer relações simétricas baseadas no princípio da reciprocidade, ou seja, almejam alcançar graus de reconhecibilidade estabelecidos nos mais variados contextos e espaços pelos quais se reforçam e se afirmam as identidades contemporâneas.

Essas *estratégias* podem ser a retificação do prenome, ou seja, portar documentos oficiais que correspondam ao gênero declarado, bem como o uso de próteses de silicone, no caso das mulheres trans que investem nas próteses mamárias, buscando melhor aceitação e feminilização. Esses investimentos podem se dar, também, na constituição da sua performance de gênero baseada na categoria “mulher” social e historicamente construída e difundida.

Nesse contexto, *estratégias* teriam como força estruturante as disputas empreendidas por esses sujeitos em suas buscas para ressignificar o signo “sexo”, com base em uma reapropriação tática dos seus significantes, para que se estabeleçam interações simétricas pelos mais variados contextos, ou seja, são meios pelos quais elas e eles podem alcançar posições passíveis da reconhecibilidade social. Além disso, essas *estratégias* também podem ser observadas nas cirurgias de mastectomia (retirada dos seios) e/ou a histerectomia (retirada do aparelho reprodutor) e no tratamento de hormônio - terapia praticada pelos transexuais masculinos entrevistados com o objetivo de *passar por* “homem”.

Observa-se, assim, que tanto elas quanto eles investiram ao longo das suas trajetórias em suas performances de gênero, conforme o que se espera para o gênero autoidentificado nesse contexto. Portanto, os seus investimentos enquanto *estratégias* se deram não apenas em suas constituições corporais, pois são de igual modo *estratégias* performáticas que se deram a partir de uma reapropriação de elementos culturais inteligíveis que são socialmente aceitos conforme as perspectivas culturais instituídas por aparatos que constituem com melhor expressividade a performatividade de gênero designada para cada “sexo”.

Busquei, nesse cenário, identificar e analisar alguns fatos que marcam suas trajetórias de vida, descrevendo os usos, as configurações e as constituições das práticas com base nas suas ações táticas que chamei de *arranjos e estratégias*.

Assim, aponto para identificação, análise e descrição dos *arranjos* e das *estratégias* para dar sentido a essa perspectiva de pensar os fatos que marcam suas memórias e trajetórias de vida, a partir dos seus relatos sem qualquer pretensão de classificar suas buscas ou investimentos como mais ou menos importantes. Nesse contexto, tão somente quis evidenciar como essas buscas foram sendo constituídas devido às suas trajetórias de vida. Como minhas interlocutoras e meus interlocutores, ao longo da vida, lidaram de maneiras muito específicas com a abjeção, estou levando em consideração sua subjetividade e o contexto em que foram sendo constituídos os seus *arranjos* e as suas *estratégias*.

Nesse sentido, tratei do contexto específico da cidade de Campo Grande, conforme os relatos das interlocutoras e dos interlocutores, traçando um paralelo entre as suas buscas por readequações e as tensões enfrentadas por elas e por eles em busca de reconhecibilidade com base na configuração social e territorial do centro-oeste brasileiro para que as pessoas trans alcancem status de *vidas vivíveis*.

Assim, debrucei-me sobre a produção das suas identidades pelas especificidades das suas subjetividades e a partir das experiências registradas em suas memórias, em específico, pelos fatos que configuram os seus trânsitos corporais, sociais. Para tanto, foram os estudos

culturais, como bem apontou Angela Prysthon (2001, p. 33), que me ajudaram a compreender como “se revela mais profundamente o grau de globalização cultural e como se está dando a penetração não só dos bens culturais periféricos, como também das teorias pós-coloniais na metrópole”. Isso aconteceu tendo em vista que se tornou, por essa perspectiva, possível que os saberes tidos como subalternizados passassem a ser centrais nas discussões que perpassam a formação dos sujeitos, conseqüentemente das suas identidades na contemporaneidade. Tais formulações, desenvolvidas a partir dos estudos culturais, vêm corroborando para a construção de uma política da diferença que tem feito eco a potentes vozes que avançam pelos campos dos saberes, influenciando nessa busca pela desierarquização das relações de gênero e também desafiando as hegemonias eurocêtricas.

Em campo, realizei cinco entrevistas face a face, sendo uma por Skype. Nas entrevistas, três pessoas se identificaram como mulheres trans³, duas pessoas como homens trans e uma pessoa se identificou como travesti, todas residentes na cidade de Campo Grande/MS.

Os fatos relatados por elas/eles marcam os seus trânsitos, tanto corporais como socioculturais. Dessa maneira, dediquei-me a identificar e a analisar como se dariam na prática os seus *arranjos e estratégias*, sendo que o foco das entrevistas e do trabalho etnográfico realizados foi a própria subjetividade em relação às memórias.

Esses *arranjos e estratégias* foram sendo desenvolvidos por elas/eles conforme as suas incessantes buscas por readequações corporais e pelo reconhecimento social da sua identidade de gênero autodeclarada. Nesse sentido, ‘corpo’, para Judith Butler (2017, p. 30), “é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constituem o domínio dos sujeitos com marcas de gênero”. Assim, estou entendendo os seus *arranjos* e as suas *estratégias* – categorias das quais me utilizo para me debruçar sobre suas especificidades. Portanto, essas classificações são minhas e não das/dos participantes desta pesquisa – como parte dos seus empreendimentos e de suas “possibilidades” de readequação de seus corpos a uma estética baseada na performatividade de gênero com base na estilística do sistema sexo/gênero/desejo.

Pelo acionamento das suas memórias, busquei conhecer os principais fatos que marcaram as suas trajetórias, tendo em vista que, para Ecléa Bosi (1998, p. 413), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Nesse sentido, os deslocamentos identificados por Bosi (1998), que alteram o nosso ponto de vista, contribuíram para que marcos coletivos que constituem muitas vivências trans no contexto brasileiro fossem observados e analisados com base nas configurações históricas e sociais compartilhadas por esse seletivo grupo. Assim, por suas narrativas, aproximei-me do objeto de meu interesse: conhecer, pela perspectiva trans, os propósitos e as implicações do desenvolvimento de alguma das suas ações

táticas que foram aqui classificadas de *arranjos e estratégias*. Com base no acionamento das suas memórias, as maneiras, os porquês e os modos de como essas ações foram desenvolvidas pelos meus interlocutores/as ao longo de suas trajetórias de vida puderam ser analisadas. Esses *arranjos e estratégias* mostram-se como parte das transformações que elas/eles realizaram em seus empreendimentos pelo reconhecimento social de suas novas identidades.

Para tanto, dediquei-me com base no rigor do trabalho etnográfico e na técnica da entrevista semiestruturada que permite a entrada de perguntas que possam surgir durante a entrevista, para conhecer o que, na opinião delas e deles, seriam alguns dos principais fatos que marcaram as suas expectativas de vida e trajetórias de gênero.

Meus interlocutores/as são pessoas trans com idades que variam entre trinta e quarenta e sete anos e são pessoas que viveram grande parte das suas vidas sendo identificadas por um nome correspondente culturalmente aceito para o gênero assignado em seu nascimento, forjando identificações que não correspondiam às suas identidades de gênero autopercebido. Assim, suas memórias e trajetórias são marcadas por conflitos sociais tanto quanto as suas performances de gênero estão em conflitos com as normas de gênero heteronormativas.

Nesse sentido, a heteronormatividade exige delas/deles constantes lutas por ressignificação das suas identidades de gênero conforme os padrões sociais de reconhecimento dessas performances. Heteronormatividade, segundo Berenice Bento (2017, p. 345), seria “a capacidade da heterossexualidade de apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos”. Portanto, estas constantes ressignificações de suas performances se tornaram um ponto chave para as análises e observações a partir dos fatos que foram sendo por elas/eles rememorados, ou seja, alguns dos momentos mais importantes que marcaram as suas experiências de sexo e gênero neste contexto.

Na elaboração do projeto de pesquisa, de uma de forma progressiva, dediquei-me a algumas aproximações para estabelecer outras interconexões com os contatos que mantive com os interlocutores/as que conheci por uma pesquisa que desenvolvi em 2018. Esse trabalho de pesquisa forneceu material para a apresentação do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Ciências Sociais, bacharelado, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Nessa pesquisa, procurei conhecer se o uso e o reconhecimento do nome social⁴ contribuíram de alguma maneira para o ingresso e a permanência de pessoas trans nessa instituição pública de ensino superior. Além disso, pesquisei também como essa instituição

⁴ Designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida (BRASIL, 2016).

atuou quanto ao direito de pessoas trans de se identificarem pelo nome social correspondente à sua identidade de gênero⁵ autodeclarada, direito garantido pelo Decreto de nº 8.727, de 28 de abril de 2016.

Essa pesquisa foi realizada em 2018, por uma abordagem qualitativa e com a utilização da técnica da entrevista semiestruturada resultando no levantamento dos dados que foram apresentados. Assim, pela organização e pela análise dos dados produzidos no campo, pude identificar a importância do uso do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero pelas perspectivas de quatro acadêmicos/as trans.

Desse modo, busquei conhecer, analisar e observar como pessoas transexuais e travestis⁶, transgêneros⁷, poderiam não somente acessar mas também permanecer, concluindo, assim, o seu curso de graduação nessa instituição pública de ensino superior a partir deste decreto.

Assim, com expectativas de seguir com a pesquisa e o tema nome social, mantive contato com minha interlocutora-chave, uma travesti negra de 28 anos que tratarei pelo codinome Mariana. Ela é bacharel em Jornalismo e em Ciências Sociais, mestranda em Antropologia Social na UFMS, onde tem desenvolvido pesquisa também pelas temáticas de gênero e sexualidade. Mariana aceitou o meu pedido de contribuir para minha inserção em alguns espaços trans. Portanto, foi por meio dela que tive a possibilidade de entrar em contato com alguns de meus interlocutores.

A partir de junho de 2019, passei a investir em uma convivência mais ímpar com algumas pessoas que me foram apresentadas por Mariana. Ao longo de doze meses, período em que estive a campo, estruturei a minha rede de contatos. Como espectadora em diversificados eventos que aconteceram nesse período, na cidade de Campo Grande, em prol da visibilidade e dos direitos de pessoas trans, pude conhecer e me aproximar de pessoas que despertaram meu interesse. Também marquei os primeiros encontros para o momento da elaboração do projeto

⁵ Identidade de gênero – dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (BRASIL, 2016).

⁶ “Entendemos que nossas performances de gênero como mulheres transexuais e travestis se fazem por meio de discursos, regime de verdade, materialização de corpos, aparatos jurídicos sobre o gênero que se proliferam socialmente” (NASCIMENTO, 2021, p. 60).

⁷ É comum escutarmos a expressão “transgênero” para designar as experiências de gênero que se deslocam do referencial binário. No entanto, a discussão de como identificar e/ou nomear as experiências de gênero que se constroem em uma tensa negociação com as normas de gênero está longe de um consenso na academia e na militância. Para muitos, o guarda-chuva “transgênero”, amplamente utilizado nos Estados Unidos e em outros países, nada revela das especificidades daqueles que reivindicam o reconhecimento social do gênero identificado (as pessoas transexuais), tampouco a dimensão conflituosa de assumir-se e reivindicar a posição identitária “travesti” (BENTO, 2017, p. 381).

de pesquisa, dando início às minhas primeiras observações e às interconexões pelas quais delimito o meu campo.

Em campo, os encontros com esses possíveis interlocutores aconteceram em cafés e até em alguns bares da cidade enquanto outras pessoas me convidaram para as suas casas.

Essas primeiras aproximações classifiquei como fase exploratória da pesquisa, o que foi primordial para que eu pudesse me apresentar e relatar o meu interesse com base nos objetivos da pesquisa, o que me proporcionou conhecer algumas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, entre outras pessoas que me ajudaram.

A primeira fase da pesquisa aconteceu entre os meses de junho a agosto de 2019; na segunda fase, já em setembro do mesmo ano, dediquei-me a conhecer um pouco mais sobre as pessoas que me despertaram algum interesse. Nessa fase do trabalho, minhas entradas no campo se deram em especial pela minha participação em alguns eventos que discutiam as temáticas de grupos LGBT e, conversando com algumas pessoas trans que também, circulavam por esses espaços, fiz algumas interessantes interconexões que deram base para a estruturação da minha rede. Em muitos desses espaços de sociabilidade, pude contar com a presença de Mariana. Elas/eles, contaram-me de tempos, pessoas e lugares que figuram como partes importantes das suas memórias coletivas e que se entrecruzam com suas próprias lembranças.

Nesse momento, agendei algumas entrevistas que me ajudaram, após as suas realizações, já nas primeiras dificuldades enfrentadas no campo quanto à elaboração do roteiro para as entrevistas e a escolha da idade de meus interlocutores. Durante as entrevistas, percebi a necessidade de estabelecer uma idade mínima para os/as entrevistados/as, para que eu me aproximasse de maneira mais precisa do meu objeto de interesse: os fatos que marcaram suas memórias afetivas pelos seus trânsitos. Assim, foquei em conhecer pessoas trans a partir dos trinta anos de idade. Pelas primeiras conversas informais que mantive durante o campo e pelas entrevistas realizadas ainda nessa fase exploratória, percebi que as pessoas com mais de trinta anos seriam mais interessantes quanto ao resgate das memórias de seus trânsitos.

Compreendendo como diversificados os processos que envolvem a formação do sujeito, percebia que cada pessoa, ao recordar suas experiências de gênero, destaca diferentes aspectos de suas buscas pela redesignação sexual e/ou por suas lutas pelo reconhecimento da sua identidade de gênero. Assim, algumas viam com maior urgência o fato de experienciarem suas transformações corporais - seja pelo uso de hormônios, seja pela colocação de silicones -, enquanto outras pessoas tinham mais interesse pelo reconhecimento de seu nome social.

A terceira e última fase do campo teve início em julho de 2020, período em que dei início às entrevistas já com o auxílio de um roteiro definido. Nessa fase da pesquisa, eu já havia

estabelecido uma relação de proximidade com meus interlocutores. Todos/as foram devidamente informados/as, desde as nossas primeiras aproximações, sobre meu interesse, como pesquisadora, em seus trânsitos e travessias, bem como os/as apresentei o tema da pesquisa no momento em que os/as convidei a participar.

Esses vínculos nos mantiveram próximos mesmo com o anúncio da pandemia provocada pelo novo Coronavírus-Covid-19, tornado público por uma declaração oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), que marcou oficialmente o início do período pandêmico em 30 de janeiro de 2020.

Nesse momento, no Brasil, ainda não havia regras de regulamentação ou de recomendações para o uso de máscaras ou de regras para o afastamento social e, assim, segui com as minhas atividades em campo. No mundo estão acontecendo inúmeras discussões sobre como enfrentar a pandemia causada pelo novo Coronavírus, já considerada como sendo uma das maiores crises globais quanto a questões sanitárias e econômicas com necessidade de enfrentamento em uma escala global.

Os números de mortes causados pela Covid-19 demonstravam a necessidade de ações radicais por parte dos órgãos públicos para que houvesse o retardamento da subida acelerada de pessoas infectadas, que, em muitos casos, necessitam de tratamentos intensivos pelo desenvolvimento de uma síndrome respiratória considerava grave. Portanto, existem algumas complicações que resultam de uma síndrome respiratória grave, causando, assim, a morte não só de milhares de brasileiros, mas de dezenas de milhares de pessoas em todo o mundo, alcançando recordes diários de pessoas infectadas no primeiro semestre de 2020. Nesse contexto, um decreto municipal suspendeu as mais diversas atividades para evitar a aglomeração de pessoas, fato de óbvia interferência na pesquisa.

Nessa determinação jurídica municipal, importantes restrições aconteceram quanto ao número de pessoas em espaços públicos, atendendo a recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que fez seus alertas à população mundial sobre a necessidade de distanciamento social, em especial pelas pessoas que fariam parte do chamado “grupo de risco”.

Depois desse, outros decretos, tanto municipais como estaduais e federais, estabeleceram novas medidas e regras de prevenção e combate ao novo Coronavírus, com recomendações para o distanciamento social e para o uso obrigatório de máscaras por todo o país. Devido às restrições sanitárias impostas, reduzi o número de participantes nesta pesquisa e, também em razão da pandemia, realizei a minha última entrevista por Skype.

As demais entrevistas foram realizadas face a face e cada participante, ao fim, foi convidado a indicar a próxima pessoa a ser entrevistada. Entretanto, alguns interlocutores foram

indicados pelos participantes da pesquisa, mas, por serem pessoas que faziam parte do grupo de risco, não puderam ser entrevistadas - tanto pela falta de aparelhos como por não terem acesso à internet. Tais situações configuraram um problema para que eu não prosseguisse com a realização das entrevistas face a face ou remotamente.

Logo, o meu esforço, ao analisar os dados produzidos no campo, foi o de pôr em diálogo algumas das muitas cenas lembradas - primeiro pelas/os interlocutoras/es, depois por mim. Nessas cenas, pude perceber um pouco dos seus *arranjos* como práticas de adequação e práticas como *estratégias* de vida.

Para tanto, busquei, pelo uso da *teoria queer*, aproximar-me desses processos de transição pela visão crítica e política pelos quais se pretendem formular suas categorias de análise. Segundo Richard Miskolci (2009, p. 150-151), a *teoria queer* emergiu nos departamentos de Filosofia e de Crítica Literária como uma corrente teórica que tem como objeto de análise “a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais”. O termo *queer* tomou corpo em 1980, nos debates críticos desempenhados por intelectuais norte-americanos que compõem a cátedra dos Estudos Culturais. Suas críticas se opõem às perspectivas desenvolvidas nos estudos de minorias sexuais e gênero pelo pensamento sociológico.

Também, para Miskolci (2009, p. 178), no presente, o interesse da *teoria queer*, mais do que se opor ou criticar o “pressuposto heterossexista do pensamento sociológico”, propõe-se por “suas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas” lançar sua “proposta desafiadora”, ou seja, o “desenvolvimento de uma analítica da normalização podendo, assim, interrogar como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas”. O termo, refere-se ao sujeito abjeto, fora do projeto heteronormativo que classifica as pessoas e sua inserção ou não na norma social. *Queer* é um xingamento, mas, ao mesmo tempo, revela politicamente o lugar da não “existência” e a “anormalidade” desses sujeitos invisibilizados nas pesquisas de pressupostos heterossexistas. Assim, esse termo, que já fora pejorativo usado para designar certas características discrepantes dos gêneros, foi resignificado.

Nessa perspectiva, de inicialmente uma categoria que designa o estranho, o termo *queer* foi sendo resignificado, tornando-se um termo político usado para dar visibilidade às pessoas que viveriam à margem desse sistema que ordena os sujeitos e seus corpos a partir da correspondência perfeita entre sexo/gênero/desejo.

Assim, *queer* tornou-se um termo político incorporado pela teoria crítica, desde a década de 1990¹¹, contrastando com esses estudos. Para Miskolci (2009, p. 153), “estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever

em suas próprias bases”. Portanto, as perguntas que formulei para pensar os relatos das memórias das minhas interlocutoras e interlocutores seriam: como essas pessoas puderam se reinventar? O que possibilitou ou inviabilizou as suas readequações quanto ao uso de prenomes? Quais os processos e as demandas quanto às ressignificações de sexo e gênero? Pela perspectiva delas/deles, quais mudanças corporais mais importam? Assim, essas questões me ajudaram a direcionar e melhor afunilar meus interesses quanto às narrativas de suas memórias, contribuindo para a execução de um recorte mais assertivo dos participantes dessa pesquisa.

Meus interlocutores/minhas interlocutoras têm entre trinta e quarenta e sete anos, falam de sonhos, angústias e de como tudo em suas vidas trans - desde amigos, família, trabalhos e amores - é atravessado por categorias e identificações do sistema sexo/gênero para os quais seus corpos não seriam inteligíveis.

Portanto, foram essas perguntas que nortearam a construção e o desenvolvimento do meu trabalho de campo. Assim, ao remexer sua memória, aproximei-me das suas possibilidades de ressignificação e subversão de gênero como *estratégias* e possibilidades de resistência. Recuperamos, pelas memórias, os modos pelos quais o sujeito processa e organiza suas lembranças de lugares, pessoas e tempos passados.

Experimento do “desejo de explicação” de Ecléa Bosi como ponto de partida para apreender alguns dos fatos mais importantes que marcaram meus interlocutores/as por seus conflitos identitários que os/as levaram ao desenvolvimento de algumas *estratégias* e *arranjos* tendo como sua principal agência o seu desejo de mudança.

Nas palavras de Bosi,

[...] um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um “desejo de explicação” (BOSI, 1998, p. 419).

Buscando problematizar como atuariam as perspectivas essencialistas sobre os processos de formação e de identificação do sujeito, debruço-me em suas vivências pelos relatos de suas memórias no encalço dessas inquietações que têm provocado rupturas epistêmicas nos debates que se desenrolam no campo das identificações dos sujeitos.

As performatividades trans desestabilizariam não somente as teorias conceituais desenvolvidas para se pensar na formulação do “sujeito”, mas também as “ontologias” essencialistas. Porém, ao passo em que as suas performatividades escapam a esses processos de reiterações da heteronormatividade, acabam se encontrando com o poder que os/as constituem,

podendo, assim, em alguma medida, ressignificar suas experiências de sexo/gênero a partir dessa norma constituinte.

Para tal esforço, tomo como uma das minhas referências teóricas os pensamentos da filósofa Judith Butler, bem como alguns dos referenciais teóricos que inspiraram o pensamento butleriano, as suas críticas ao pensamento feminista e os estudos de minorias na teoria social, baseados em pressupostos heterossexistas.

Por sua posição crítica às categorias de identificação, por sua militância teórica pela luta por reconhecimento, por seu engajamento em uma política dos corpos e crítica à diferença sexual como base do pensamento feminista e, também, por seu pensamento transgressor quanto ao conceito de gênero, seu conceito de performatividade de gênero e de precariedade justifica minha ancoragem.

Para Butler (2017, p. 75), “A política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura”. Assim, suas maiores contribuições à teoria social foram suas investigações sobre as estruturas de linguagem. Suas críticas passam pela distinção entre cultura/natureza, base do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss desenvolvido em meados da década de (1950), que serviu de suporte para instauração e distinção entre sexo/gênero.

Esse dualismo é o pressuposto para a existência de um feminino “natural” amplamente perseguido por algumas teóricas feministas.

Meu esforço dedica-se a pôr em diálogo certos saberes hegemônicos e novas epistemes por meio dos relatos e das práticas de vida de meus interlocutores e minhas interlocutoras, ou seja, a pôr em prática o objetivo analítico da *teoria queer* de analisar a presença dessa visão pós-identitária nos debates da teoria social sobre a produção do sujeito e suas identificações sociais.

Por este diálogo, busco alcançar o principal objetivo pelo qual se justificam a proposta e a realização desta pesquisa: perceber, identificar e analisar as principais lutas e as reivindicações empreendidas por minhas interlocutoras e meus interlocutores pelo reconhecimento social, conforme a perspectiva elaborada para se pensar em uma *vida vivível*.

Seguindo a linha de debates propostos pelos estudos culturais que agregam valorizando as intervenções inter e transdisciplinares, propus-me a manter um diálogo aberto, estabelecendo pontes de acessos e interações entre os saberes acadêmicos, ou seja, entre os conhecimentos científicos produzidos, legitimados pela práxis da ciência hegemônica, com os saberes

subalternos - aqueles produzidos a partir da experiência, isto é, modos de fazer, de ser do sujeito de lidar com a própria realidade mediado por sua vivência.

Esse conhecimento é adquirido com base nas relações sociais e humanas desenvolvidas pelo próprio sujeito com o meio. Práticas de vida, ações, interações são saberes que não dependem ou escapam do conhecimento produzido cientificamente, mas que, em alguma medida, dão sentido e organizam as relações sociais e humanas em determinados contextos.

Nesse sentido, o conhecimento produzido a partir das experiências de minhas/meus interlocutoras/interlocutores estará sendo reconhecido como saber. Neste momento, estou reivindicando a capacidade política dos estudos “cuir” no Brasil, para me debruçar sobre suas experiências de gênero e sexualidade. Para tanto, amparo tal reivindicação no “exercício antropofágico” proposto por Larissa Pelúcio (2014, p. 4), ao garantir que “basta olhar para além da linha do Equador, para o ‘cu do mundo’”. Portanto, pela formação política de seus atos e pelas suas linguagens subversivas é que faço a leitura desses saberes como contra-hegemônicos.

Assim, os amplos questionamentos feitos acerca da formação e da produção do sujeito que impulsionam o pensamento butleriano - questionamentos que são bem-vindos – e as demandas da política *queer* - que, em regras mais gerais, visa a incorporar, em seu amplo contexto prático e discursivo, uma gama de multiplicidades de sujeitos e seus corpos - serão tomados como base para a produção deste diálogo.

Busquei, assim, por vias dos estudos culturais, *teorias queer* e feminismos, identificar e analisar como se dariam essas *estratégias*, bem como observar e discutir, pelas articulações e resistências de meus interlocutores entre as “verdades” estabelecidas pelo saber hegemônico, a formação e a produção do “ser” em face das suas próprias experiências como sujeito trans.

Dessa maneira, minha atenção se volta às suas experiências trans como histórias de resistência. Até que ponto, seus atos subversivos seriam promotores de rupturas com os saberes hegemônicos e as suas ontologias? Qual seria seu poder de articulação para a introdução dessas novas epistemologias ao pensamento social? Essas entre outras questões que giram em torno da formação e da produção do sujeito impulsionam as críticas butlerianas e, também, problematizam o conceito de gênero, tomando como base o pressuposto da diferença sexual que foi amplamente difundido pelo pensamento feminista de autoras como Simone de Beauvoir, Joan Scott, Monique Wittig, Teresa de Lauretis e Donna Haraway. Judith Butler (2017), tensionando as relação entre sexo, gênero e desejo, apresentou-nos sua ideia de performatividade de gênero ao interrogar o essencialismo identitário. Foi a partir das contribuições críticas que pude amparar minhas análises e, assim, apresentar algumas

aproximações e tensões que permeiam o campo das lutas identitárias tanto pela visão dos ativismos quanto no campo acadêmico.

Assim, meu esforço se constitui pela propositura de pôr em diálogo as memórias das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, elencando como princípio a constituição de um saber contra-hegemônico advindo da capacidade de o sujeito questionar a sua própria realidade. Portanto, de nenhuma maneira busquei apresentar incongruências entre a teoria e suas narrativas, assim como também não me propus à tarefa de apontar limites entre ambas.

Esclareço, também, que olhar para as suas experiências com base em uma percepção *queer* ficou por conta da formação e dos anseios desta pesquisadora. Busquei, assim, dialogar sobre as suas experiências adotando uma perspectiva fluida sobre as experiências a partir da construção das identidades/identidades de gênero das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores como parte das minhas perspectivas de contribuir para as especificidades dos debates feitos acerca do conceito de gênero, da produção histórica da sexualidade que estruturam os processos de constituição e de formação do sujeito e das suas identidades na pós-modernidade⁸.

Portanto, minhas análises ancoram-se nas suas recordações por uma perspectiva crítica à qual têm se dedicado as teóricas e os teóricos da *analítica queer*. Assim, por suas contribuições à teoria social que problematiza e desconstrói certas questões normalizadoras do sujeito é que busco, na *teoria queer*, sua capacidade de dialogar com o sujeito a partir da sua própria realidade para alcançar o principal objetivo desta pesquisa: contribuir para os debates feitos acerca do conceito de gênero e de sexualidades no contexto brasileiro.

Sendo assim, em primeiro lugar, esta pesquisa se estrutura a partir da academia, que, em sua íntegra, é mediada por saberes considerados legítimos, mas que é, também, infinitamente atravessada pelos saberes produzidos à margem. Com isso, falo das *estratégias* de sobrevivência que foram desenvolvidas por meus interlocutores e minhas interlocutoras em busca de vidas

⁸ Inúmeras transformações que marcaram de maneiras muito contundentes o fim do século XIX. Intensas mudanças, na política, na economia e nas artes, fazem surgir o período que ficou conhecido como pós-modernidade. Essa época histórica está marcada pelas modificações relacionadas ao período moderno ligado à modernidade, marcado pela propositura de diversas epistemologias como o marxismo, o estruturalismo, o feminismo e o pós-estruturalismo. Assim, ainda sem uma definição consensual nas mais variadas áreas das Ciências Sociais e Humanas, a pós-modernidade não seria apenas um período histórico marcado pelas grandes transformações que se irrompem com o avanço da modernidade, mas também seria uma perspectiva questionadora das noções de mundo interpretadas como “verdades absolutas” e, portanto, passíveis de serem reproduzidas perpetuamente. Essa noção clássica de verdade era baseada na objetividade, na razão, em uma identidade fixa do sujeito e em metanarrativas legitimadoras com elementos definitivos, ou seja, uma única realidade possível com um aprimoramento das pretensões utópicas perseguidas na modernidade. Assim, o prefixo “pós” seria, nesse sentido, um marcador histórico e teórico que caracteriza não apenas uma forma de conhecimento, mas também uma realidade histórica.

vivíveis. Segundo Butler (2019, p. 90), “como espaço de aparecimento, o direito a ter direito antecede e precede qualquer instituição política que possa codificar ou buscar esse direito”. Assim, em minhas análises, sigo pensando a dimensão que elas/eles estão experimentando nas constantes mediações entre seus projetos individuais com os processos sociais de reconhecimento de interação com as suas ações, com as moralidades, com os valores e com as visões de mundo, efeitos deste sistema.

Assim, penso nesse processo de constituição das suas identidades dissidentes como sendo de resistência como o grande *insight* desse esforço. Logo, é pela perspectiva da política das identidades *queers* que busquei interpretar e decodificar os sentimentos que marcaram as experiências de gênero e sexualidade de meus interlocutores e como se deram suas buscas por reconhecimento, ainda que frente aos discursos que os levam e os deixam à margem de um projeto que segue se estruturando e classificando sujeitos.

De acordo com Judith Butler (2018, p. 17), “Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos”. Refiro-me à “capacidade reflexiva” do sujeito de ressignificar os signos, que são culturalmente construídos e com ele compartilhados. Portanto, o *desejo* será utilizado como um importante elemento que argumenta com a possibilidade de agência do sujeito, destacando as peculiaridades das suas construções identitárias e as suas experiências subjetivas que atravessaram suas ressignificações. Segundo Neiva Furlin (2017, p. 398), “em Butler, o grande motor da agência é o desejo. Assim, pela perspectiva butleriana, ele seria a força inovadora e impulsora da mudança e, portanto, também desestabilizadora por definição, já que não existe nenhum desejo que permaneça sempre o mesmo”.

Logo, não falo de apenas uma possibilidade de formação da identidade travesti ou transexual, mas proponho, pela *teoria queer*, pensarmos nas possibilidades do sujeito de ressignificar suas identidades a partir dos seus contextos. Assim, trabalho com a possibilidade subversiva de construção das “identidades”.

Segundo Butler (2017, p. 193), “A marca do gênero parece ‘qualificar’ os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta ‘menino ou menina’ é respondida”. Nesse sentido, seria esta “qualificação” que fixaria as identidades, distribuindo, pela binariedade do “sexo”, os corpos e os gêneros. Assim, qualquer identificação fora dessa classificação considera esse sujeito como dissidente da norma e seus corpos como abjetos, sujeitos desviantes deste projeto socioeconômico de “humanidade”. Para Furlin (2017, p. 399), “o poder da agência se configura, fundamentalmente, como resistência política. Surge quando

se dá uma descontinuidade entre o poder que constitui o sujeito e o poder que o próprio sujeito assume”.

Assim, pelas narrativas de meus interlocutores, problematizei alguns limites discursivos do sexo para heteronormatividade frente ao desejo de mudança do sujeito. Nesse sentido, eles/elas são sujeitos produtores de saberes advindos e produzidos à margem desta norma que, ao mesmo tempo em que pune e restringe certas existências, também viabiliza uma resistência política desses sujeitos.

CAPÍTULO 1 - INCÔMODOS E ESTRANHAMENTOS

[...] antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma “promessa”, um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa (BENTO, 2017, p. 83).

1.1. Trajetórias e intercâmbios: espaços de sociabilidade trans

Os trânsitos socioculturais marcam de maneiras específicas as experiências de sexo e de gênero das pessoas trans. Assim, a partir das narrativas das experiências de seis pessoas trans da cidade de Campo Grande-MS, busquei conhecer esses trânsitos de gênero, ou seja, alguns dos seus investimentos em mudanças corporais e suas lutas pelo reconhecimento da sua identidade de gênero em tensões com a categoria sexo/gênero.

Pelas perspectivas dos estudos culturais de fazer reverberar outros saberes incorporando saberes contra-hegemônicos e pelas perspectivas críticas propostas pela analítica *queer*, nas discussões que pautam temas como gênero, sexualidade, alteridade e diferenças, é que me dedico nas análises e nas descrições.

Assim, a partir desses estudos voltados às temáticas de gênero e sexualidade, busquei, romper com as visões hegemônicas que nos fazem construir e reproduzir a heteronormatividade.

Portanto, tanto pelo uso do nome conforme sua autodeclaração quanto pelo reconhecimento das suas identidades de gênero foi que busquei conhecer as implicações de seus trânsitos nesse processo de reconhecibilidade em algumas cenas em que suas identidades trans provocaram tensões.

Assim, ao descrever os seus trânsitos e os fatos que marcam essas experiências, anseio contribuir para os debates voltados à política de gênero. Dedico-me às cenas de sociabilidade e reconhecimento da performatividade trans expondo, dessa maneira, as problemáticas socioculturais heteronormativas que poderiam implicar na possibilidade de uma vida vivível para pessoas trans, no contexto da cidade de Campo Grande.

Militando por ações conjuntas e por um debate mais aberto, mais específico das relações de gênero/sexualidade, é que investi em uma convivência mais ímpar com algumas pessoas LGBTQs e, em especial, pessoas que experienciam algumas das dimensões da multiplicidade das identidades trans.

A partir de outubro de 2019, dei início a uma aproximação mais assertiva das pessoas trans que poderiam me ajudar a responder a esses questionamentos que tomei como premissas para desenvolvimento desta pesquisa. Essas aproximações me ajudaram a compor e acertar as perguntas estipuladas para o roteiro das entrevistas.

Pelo acionamento de suas memórias, dediquei-me a conhecer os principais elementos que marcaram os seus trânsitos sociais bem como as suas travessias de gênero, com base em fatos que, na opinião delas/deles, alteraram significativamente as suas trajetórias de vidas e contribuíram para a elaboração de suas ações *estratégias* de resistência.

As memórias foram pouco a pouco sendo acionadas devido às nossas conversas e pelas entrevistas que continham questões que fomentaram o meu interesse mais direcionado por suas trajetórias.

Elas/eles me contaram algumas de suas lembranças de quando e se experimentaram algum estranhamento. Em busca de melhor descrever esse momento, recorro às descrições feitas por Guilherme Passamani (2018, p. 57) acerca da leitura que o próprio campo exigiu das narrativas dos seus interlocutores/as, pois “a construção das narrativas a que tive acesso em campo são uma forma de ‘escrita de si’ dos sujeitos com quais eu travei algum tipo de diálogo durante o trabalho de campo”. Também nesse sentido, olho para o meu próprio campo e para as narrativas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores na busca de compreender a construção de sentido que traçaram para si diante dos questionamentos que fiz.

Dessa maneira, o desenvolvimento dos seus *arranjos* e das suas *estratégias* se justifica como parte de um processo de enfrentamento das exclusões sociais acionadas pelos diferentes regimes de visibilidade analisados por Passamani (2018). Acredito que muito das formas de elas/eles preconizarem as suas lutas por visibilidade e sociabilidade se deram a partir da constituição e da formação de suas novas identidades e, nesse sentido, caracterizando de maneira pontual os seus empreendimentos por uma vida vivível. Conforme Passamani (2018, p. 99), “as performances de gênero, aliadas à percepção dos corpos é muito crucial quanto a estratégias de gestão de visibilidade”.

Assim, tanto pelas entrevistas quanto pelas observações feitas em campo me aproximei de seus investimentos e empreendimentos que viabilizaram a construção de seus corpos/gêneros permitindo-lhes a ressignificação das suas “identidades”. Portanto, foi por meio das suas memórias que evoquei alguns desses eventos, momentos que marcaram suas histórias de vida com base no princípio da sua autoidentificação como mulher ou homem transexual e/ou travesti.

A vida prática que se desenvolve integra o circuito da cultura nesse universo simbólico que não somente atravessa o “sujeito”, mas também o constitui e faz notória as suas vivências

e as suas relações sociais. Assim, busquei fomentar, com perguntas direcionadas, as memórias afetivas de meus interlocutores/as na busca por conhecer algumas das suas experiências pessoais e o que permitiu a elas/eles ressignificarem os seus modos de ser e existir, criando novas configurações históricas. Por suas primeiras interações sociais, observo como o sujeito se vê e uma estrutura que os condiciona a um processo de perguntas e respostas.

Pelos conceitos de teóricas/os *queer*, feministas e a partir de pensadoras/es pós-estruturalistas que dialogam com a possibilidade de agência do sujeito, proponho pensar na fluidez da categoria “identidade” e na construção de um diálogo crítico com base nas narrativas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores com o projeto político de uma analítica *queer*.

Para Butler (2017, p. 69), “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância de uma classe natural de ser”. Portanto, se gênero é uma repetição estilizada do corpo, seria pela repetição estilizada de certos atos que se constituiria a identidade e daí a possibilidade de ressignificação pela subversão desses atos.

Também, conforme Butler:

[...] o corpo não é uma materialidade fatídica, terminada na sua própria imagem; ele é uma materialidade que carrega, pelo menos, certos significados, e esse carregar é fundamentalmente dramático. Por dramático, quero dizer que esse corpo não é apenas matéria, ele é uma materialização contínua e incessante de possibilidades. As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos - essa diferença de ser e fazer é fundamental. As pessoas, inclusive, fazem seus corpos de maneiras diferentes de outras pessoas que lhes são contemporâneas, das que as precederam e das que as sucederão (BUTLER, 2019, p. 216).

Portanto, pela capacidade reflexiva do sujeito é que seria possível negociar com os sistemas culturais, criando novas possibilidades, por meio de fissuras que acompanham esses processos de “fazer”, produzindo, assim, seus corpos de diferentes maneiras em diversificados contextos históricos de suas vivências. Os debates sobre a construção sociocultural do sistema sexo/gênero, tem alargado o debate entre a produção teórica e os saberes advindos das experiências e realidades dos sujeitos. São muitos os debates propostos acerca das identidades, porém, também, talvez na mesma proporção, desenvolvam-se algumas das mais contundentes divergências, o estabelecimento de categorias que sirvam como base para o reconhecimento das subjetividades. A identidade e a diferença sexual são partes importantes da formação e do desenvolvimento deste processo que está baseado nas relações de poder.

Sobre o sistema sexo/gênero, Berenice Bento nos diz que:

[...] o sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói asexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais (BENTO, 2017, p. 67).

Suas identificações caracterizam o ideal regulatório no qual o “sexo”, é o elemento cultural que segue estruturando esse sistema que distribui identidades, classificando os sujeitos quanto aos seus gêneros.

Para Bento (2017, p. 115), “A simplicidade binária (vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino) que se supunha organizar e distribuir os corpos na estrutura social, perdem-se e confundem-se. E finalmente, chega-se à conclusão que ser homem e/ou mulher não é tão simples”. A partir do reconhecimento da capacidade de o sujeito de dar novos sentidos a significados e significantes que escrevem e leem o que é ser homem ou mulher, viabilizam-se certas possibilidades de uma desconfiguração binária do “sexo”. Porém, esse reconhecimento não os/as livram da violência e das exclusões.

Segundo Bento:

[...] afirmar que a transexualidade é uma experiência identitária, que está relacionada à capacidade dos sujeitos construir novos sentido para os masculinos e os femininos, não significa esquecer a dor e angústias que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhes são interdidas por não terem comportamentos considerados apropriados para seus sexos (BENTO, 2017, p. 116).

Reconhecer sua subjetividade e que essa atua diretamente no processo de formação do sujeito contribui para o estabelecimento desse diálogo entre suas memórias e a proposta política da *teoria queer*, um debate que se articula entre as interpretações de seis pessoas trans sobre seus corpos e gêneros e as “verdades” produzidas pelo sistema hegemônico heteronormativo. Os discursos e os estranhamentos que marcam as experiências trans estruturam-se por esse sistema heteronormativo. Sobre a formulação desses sistemas de discursos autorizativos que compõe o saber médico, diz Bento (2017, p. 35) que, “Na década de 1950, começam a surgir publicações que registram e defendem a especificidade do “fenômeno transexual”. Estas reflexões podem ser consideradas como o início da construção do “dispositivo da transexualidade”. Para Bento (2017, p. 36), “a articulação entre discursos teóricos e as práticas reguladoras dos corpos”, “surgimento de associações internacionais”, implicaram diretamente

na organização, na produção de um “conhecimento específico da transexualidade” e em torno da discussão dos “mecanismos de construção e do diagnóstico diferenciado dos gays, lésbicas e travestis”. Bento (2017, p. 38) ainda discute que “a transexualidade passou a ser considerada como uma ‘disforia de gênero’, termo cunhado por John Money em 1973”.

A partir dessa definição, Bento descreve como a “visão biologista” e “construtivista” trabalharam juntas para “oficialização dos protocolos” e “formação dos centros de transgenitalização” e como essas formulações têm desdobramentos práticos. Tais formulações se dão no campo médico e jurídico e descrevem a “importância da educação para a formação da identidade de gênero”, designando uma identificação para o corpo transexual ou, como sugeriu Bento, a classificação do “transexual de verdade”.

Nesse ponto, retomo a citação que abriu este capítulo, na qual a autora de *A Reinvenção do Corpo, sexualidade e gênero na experiência transexual* (2017), Berenice Bento, afirma que o “corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado”. Com isso, Bento denuncia a existência de “um conjunto de expectativas estruturadas”, inscrições que antecedem o corpo pressupondo sobre esse um dever. As discussões de Bento se intensificam em torno da “construção” da identidade trans, centro das provocações e indagações propostas em sua obra. Ela descreve como foi possível, ao longo da história, inventar o “sujeito transexual”.

Assim, a partir dessa citação, busco o estabelecimento de um diálogo com as experiências de gênero de meus interlocutores, pois suas alegrias, angústias e *estratégias* se inter cruzam nas lembranças que ouvi, porquanto elas/eles me contam como, quando e o que foi mais importante na busca das ressignificações as quais contruíram as fases da pesquisa. Eles/elas falam dos primeiros estranhamentos percebidos em parte por eles mesmos, mas mostram, em grande medida, que os outros sinalizam esses estranhamentos, passando pela autoimagem que não correspondia às suas próprias identificações. Muitos relatos apontam como os “outros” os classificavam e como elas/eles iam assumindo e aderindo a essas “impressões” do que seria “normal” ou “anormal”.

Para Butler:

[...] seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2017, p. 42).

Butler discorre, em seu pensamento, sobre as suas formulações que apontam para o “caráter ficcional do gênero”, no qual as “performances” de gênero são gendradas nos sujeitos

que reiteram significados, visando à atuação desses em concordância com a “gramática social” vigente, conferindo ao sujeito um lugar no “corpo social”. Também segundo Butler (2017, p. 240), “Consideremos o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um ‘ato’, por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, no qual o ‘performativo’ sugere uma construção dramática e contingente do sentido”. Esse é o sistema sexo/gênero/desejo que, passa a ser constantemente reiterado pelas práticas sociais dos sujeitos e uso dos seus corpos. Assim, pela performatividade do gênero se produz as fissuras, brechas que possibilitam o sujeito a transcender certas identificações dadas em um determinado contexto social.

Pensando na capacidade desses sujeitos de transcender as “representações sociais” ao criar outras perspectivas de “realidade” para uma discussão com base na categoria analítica da diferença, tomo como meu principal referencial teórico Avtar Brah, para quem:

[...] o sujeito pode ser o efeito de discursos, instituições e prática, mas a qualquer momento o sujeito-em-processo experimenta a si mesmo como o “eu”, e tanto consciente como inconsciente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado (BRAH, 2006, p. 374).

Brah, pela categoria “diferença”, buscou oferecer outras ferramentas analíticas que auxiliam na articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que atravessam os diferentes sujeitos em diferentes momentos, nas mais variadas realidades históricas e em contextos específicos. Brah usa as interseccionalidades para explicar as diferentes posições do sujeito em suas relações socioculturais e como tais categorias nos permitem pensar as multiplicidades de sujeitos e a diferenciação que podem estar articuladas com as concepções de gênero.

Segundo Adriana Piscitelli (2008, p. 266), “é importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas a diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos”. Assim, tais ações localizam-se dentro de processos que são, ao mesmo tempo, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Portanto, se problematizarem-se essas ações, a partir de uma política dos corpos, a produção das “identidades” poderá nos ajudar a pensar em como os sujeitos poderiam desconstruir os sistemas de valores e saberes por sua subjetividade - aqui interpretada como “ato de poder” - e como suas experiências atuam de forma contundente em suas construções identitárias. Esses são alguns dos teóricos e teóricas que contribuíram para a estruturação e o desenvolvimento desta pesquisa, pois seus conceitos e críticas me ajudaram a pensar como certos discursos alteram, promovem e atuam sobre o

processo de produção sociocultural da “diferença”, sendo essa, em si mesma, uma importante categoria de análises.

Por suas memórias, aproximo-me tanto de suas buscas por readequações quanto de sua identidade de gênero autopercebida, perpassando pelo reconhecimento social de suas identificações e pelo direito ao uso e/ou retificação do nome social. Essas adequações corporais, pelo uso da hormonioterapia ou pelas cirurgias, forjam grande parte das memórias resgatadas para a realização desta pesquisa. Assim, desenvolvi minha rede, em especial pela participação direta de minha interlocutora-chave e, seguindo os fios de algumas dessas emaranhadas teias de significados, pude me debruçar sobre as especificidades das memórias daqueles/daquelas que se identificavam como travestis ou transexuais.

Mariana, minha interlocutora-chave, facilitou essas aproximações. Esse contato foi um momento crucial para a pesquisa e contribuiu significativamente para confecção da minha rede. Todas as pessoas com quem conversei foram essenciais para a realização do meu trabalho de campo. Minha convivência com elas/eles modificou o meu olhar, o que me proporcionou dar certo destaque a alguns dos seus fragmentos de memórias. Também por essas conexões, pude fazer um recorte mais preciso do meu objeto de interesse. Assim, alcancei o meu objetivo: conhecer os trânsitos socioculturais que marcaram a vida de seis pessoas trans da cidade de Campo Grande/MS.

Pela metodologia da pesquisa qualitativa e por um viés etnográfico, busquei conhecer, analisar e descrever, pelas narrativas de pessoas trans, um pouco dos *arranjos e estratégias* desenvolvidos em busca da resignificação de suas experiências de gênero e sexualidade. Utilizo a etnografia⁹ como método de investigação e busquei, assim, conhecer os sentidos e os significados que os sujeitos davam às suas experiências de gênero, dado o seu contexto e o seu curso de vida.

As análises e as reflexões desenvolvidas se dedicaram ao levantamento e à produção dos dados que serão apresentados nos próximos capítulos. Com o auxílio de algumas técnicas e ferramentas metodológicas disponíveis, pude conhecer como elas/eles classificavam os seus trânsitos, os primeiros incômodos quanto à sua identidade de gênero atribuída no nascimento e alguns dos processos de transformações corporais pelos quais já passaram ou seguem

⁹ O método etnográfico encontra suas especificidades ao ser desenvolvido no âmbito da disciplina antropológica, sendo composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado. A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois, a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico, a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados, que interagem no contexto recorrendo primordialmente às técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, etc. (ROCHA, ECKERT, 2008, p. 1).

investindo até o momento da nossa entrevista. Assim, a pergunta que percorreu minha imersão no campo, orientando minhas observações, foi: o que marcou, na opinião deles/delas, seus trânsitos corporais e sociais e quais seriam os principais investimentos?

Parte da minha escrita apoia-se em algumas de minhas escutas de intelectuais que compuseram mesas em simpósios, congressos, encontros, rodas de conversas, colóquios, aulas, eventos temáticos, livros, artigos acadêmicos ou de revistas e jornais e grupos de estudos e pesquisa que se dedicam às temáticas de gênero, sexualidade e feminismos. Entretanto, a maior parte do que escrevo e o que considero essencial para a construção dos dados vem das memórias daqueles/daquelas que aceitaram resgatar tempos, sentimentos e fatos que marcaram as suas histórias de vida por seus trânsitos socioculturais e pela construção das suas identidades trans.

Busquei, compreender, por suas narrativas, quais seriam esses aspectos ou os fatos mais relevantes para elas/eles e que concretizassem essas ressignificações. Minhas análises se dedicaram variando entre os relatos obtidos pela entrevista semiestruturada que foi gravada - os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) - e entre as minhas observações, por meio de anotações que fiz em meu caderno de campo de nossas conversas mais descontraídas durante os momentos que vivenciamos por diferentes eventos e espaços.

Esses foram os principais elementos que constituíram o meu trabalho de campo, entre os meses de junho de 2019 a dezembro de 2020, período no qual pude conhecer, pela fala de cada interlocutor/a, pessoas trans com idades iguais ou superiores aos trinta anos¹⁰, suas impressões e fatos que marcaram, na opinião deles/delas, as suas trajetórias de vida.

Seguindo com métodos etnográficos, desenvolvi o meu trabalho de campo e as minhas observações¹¹ e esses métodos me permitiram debruçar sobre o universo da minha pesquisa, contribuindo para um recorte mais preciso que se deu sobre essas “experiências” transitórias de gênero e sexualidade. Assim, o sujeito constrói sua “realidade” ao longo da sua própria existência.

Segundo Avtar Brah:

[...] de fato, "experiência" é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos "realidade". Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a "verdade" mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado. Contra a ideia de um "sujeito da experiência" já plenamente construído a quem as "experiências acontecem", a experiência é o lugar da formação do sujeito (BRAH, 2006, p. 360).

Neste sentido, compreende-se, aqui, o sujeito pela sua capacidade subjetiva de poder ressignificar os sentidos que foram com ele/ela compartilhados, social e culturalmente acerca da construção de “verdades”, “realidades” e “representações”. No caso das pessoas trans, os signos que marcam seus corpos pelo sexo/gênero - ou seja, pelo sistema heteronormativo - são ressignificados.

Para Bento (2017, p. 39), o caminho para “a desconstrução do caráter patologizante atribuído pelo saber oficial à experiência transexual deve começar pela problematização da linguagem que cria e localiza os sujeitos que vivem esta experiência”. Os signos e os sentidos que forjam o sistema binário de sexo/gênero operam por esses corpos e consciências - essa representação binária homem-pênis/mulher-vagina – e, por meio dessa operação regulatória, institui pelo “sexo”, performances de gênero que regulam e atuam para a construção de uma única “realidade” possível.

Para Paul B. Preciado (2017, p. 26), “o sistema sexo/gênero é um sistema de escritura”. Seguindo os passos de Michel Foucault, Preciado entende esse “sistema de escritura” como várias operações que atuam sobre os sujeitos e os seus corpos, inscrevendo nesses seus signos culturais que vão sendo engendrados pelas relações de poder.

Minhas escutas impulsionaram o meu problema de pesquisa. A potência e a propriedade de suas falas encontram-se em suas subjetividades. Cada experiência memorizada e compartilhada contribuiu para as justificativas e para a propositura deste trabalho. Essas escutas mantiveram-se por todo o meu trabalho de campo ancoradas na veracidade e na alteridade das memórias de meus interlocutores. Eles/elas, por suas subjetividades, puderam, a partir de suas experiências, dar novo sentido aos usos e às práticas de seus corpos.

Segundo Paul Preciado:

[...] se os discursos das ciências naturais e das ciências humanas continuam carregados de retóricas dualistas cartesianas de corpo/espírito, natureza/tecnologia, enquanto os sistemas biológicos e de comunicação provaram funcionar com lógicas que escapam a tal metafísica da matéria, é porque esses binarismos reforçam a estigmatização política de determinados grupos (mulheres, os não brancos, as *queers*, os incapacitados, os doentes...) e permitem que eles sejam sistematicamente impedidos de acessar as tecnologias textuais, discursivas, corporais, etc, que os produzem e os objetivam. Afinal, o movimento mais sofisticado da tecnologia consiste em se apresentar exatamente como “natureza”(PRECIADO, 2017, p. 168).

Então, é assim que “reforçam a estigmatização política” de alguns grupos e isso, para Preciado, implicaria suas perdas simbólicas como, por exemplo, ter acesso às “tecnologias textuais, discursivas e corporais”, reforçando assim esse conjunto de saberes produzidos a partir

de apagamentos, exclusões e objetificação. Portanto, se os sujeitos não são estruturas passíveis em um sistema de escrituras, mas são inscritos nesse sistema por um processo de engendramento e compartilhamento de signos pelos sistemas culturais vigentes, o sujeito tem em si a capacidade subjetiva de ressignificar pela performatividade esse sistema.

O sistema binário visa à sua reprodução e à sua perpetuação ao forjar consciências que compartilhem dos seus “ideais regulatórios”, dando à sua estrutura a falsa sensação da formação de uma identidade fixa, ou seja, uma única realidade possível, enquanto o sujeito do pós-estruturalismo nunca estaria pronto ou acabado antes, sempre sofrendo constantes modificações. Problematizo sobre o “poder que circula” por alguns desses sistemas autorizativos, como apontou Preciado, contribuir para esse “movimento mais sofisticado da tecnologia”.

Para a realização das entrevistas, desenvolvi um roteiro que pôde, em certos momentos, sofrer alterações, conforme a técnica de entrevista semiestruturada. Por meio dessas perguntas pude fomentar as memórias de meus interlocutores e busquei, assim, pelas perspectivas de seis interlocutores, conhecer os trânsitos corporais que forjaram suas trajetórias de vida.

Nas palavras de Ecléa Bosi, memória seria:

[...] um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito (BOSI, 1994, p. 39).

Muitas recordações de meus interlocutores afloraram na espontaneidade de nossas conversas, antes ou depois das entrevistas, pois, como bem disse Bosi, elas a mim “foram contadas em confiança”. As pessoas trans que participaram desta pesquisa contribuíram com as narrativas de suas memórias afetivas no que tange ao seu processo transsexualizador, sendo, portanto, suas interpretações de tempos e lugares subjetivas nesse processo de recordar. As entrevistas realizadas com cinco dos seis interlocutores foram face a face, tendo sido realizada apenas uma das seis pelo Skype.

Elas/eles me contaram desde os seus primeiros estranhamentos e incômodos físicos e sociais e muitas dessas experiências aconteceram ainda na infância. Também, por seus relatos, pude conhecer como elas/eles viveram até o momento em que passaram a se autoidentificar como homens/mulheres trans, travestis ou transgêneros, bem como quais foram os

investimentos, as suas possibilidades e as impossibilidades que demandam esses trânsitos. O reconhecimento social do sujeito e suas identificações estão amarrados pelas teias dos significados que os sujeitos compartilham em um determinado contexto social e envolve certas disputas de poder.

Segundo Ana Carolina D. Escosteguy (2001, p. 148), “partindo ou não de seu caso pessoal, a identidade é uma busca permanente, está em constante construção, trava relações com o presente e com o passado, tem história e, por isso mesmo, não pode ser fixa, determinada num ponto para sempre, implica movimento”. São disputas empreendidas por esses sujeitos que vão desde poder acessar direitos civis mais gerais, até conseguir direito legítimo de ter uma identidade, passando pela busca da garantia do reconhecimento da sua identidade de gênero, além de suas lutas pessoais e subjetivas por uma visibilidade social enquanto sujeito de direitos. Por fim, elas/eles buscam pelo reconhecimento de sua humanidade, pelas práticas e pelos usos dos elementos culturais que estabilizam e autorizam o sistema binário, dando inteligibilidade aos seus gêneros.

Assim, pelo roteiro elaborado, busquei remexer certas memórias afetivas que me ajudassem a conhecer seus primeiros incômodos, estranhamentos e empreendimentos, perseguidos por elas/eles ao longo do tempo, para ressignificar suas identidades. Tratamos, nas entrevistas, especificamente, sobre seus trânsitos de gênero, seus investimentos para a realização de certas modificações corporais, retificação do nome social, como isso tudo contribui para suas ressignificações e quais eventos marcaram suas memórias quanto às suas realizações, possibilidades e/ou impossibilidades.

Pela transcrição de suas memórias, pude acessar e problematizar como a construção histórica do sistema sexo/gênero atuou de forma contundente em suas relações pessoais e representações sociais. Portanto, percorremos os caminhos da memória para conhecer um pouco de suas trajetórias trans, por suas experiências de gênero e sexualidade dissidentes. Observei quais foram as principais *estratégias* desenvolvidas por elas/eles para enfrentar exclusões, repressões e apagamentos sociais, característicos do sistema heteronormativo vigente no Brasil e como elas/eles deram novos sentidos, constituíram e desvendaram possibilidades, atuando por/pelas suas expressões identitárias desviantes.

A minha rede foi sendo progressivamente estabelecida conforme ocorreram algumas das minhas entradas no campo, que se deram pelos eventos de que participei. Também observei e conversei com as pessoas em outros espaços de sociabilidades trans informais. Essas minhas entradas no campo me permitiram conhecer e, também, ser conhecida, contribuindo para que minha presença não causasse tanto desconforto. A contribuição de Mariana, nesse caso, foi o

de me pôr em contato com algumas das minhas possíveis interlocutoras. Ela, também, contribuiu muito, sinalizando alguns eventos de que eu poderia participar, tendo, assim, a oportunidade de me aproximar de pessoas na faixa etária de meu interesse.

Portanto, o estabelecimento da minha rede foi se constituindo, em grande medida, aos passos em que foram se desenrolando os fatos e os acontecimentos que caracterizam o meu trabalho de campo. Também, ao manter contato com pessoas do universo trans que configuram esse cenário municipal, tornei-me, em alguma medida, uma pessoa com algum reconhecimento por parte de pessoas que transitam por esse universo.

Algumas pessoas trans foram ouvidas de maneira mais ampla. Participei, por exemplo, como ouvinte, no *I Colóquio Corpo EnCena: vozes dissidentes e dissonantes*, que contou com a presença de Amara Moira, travesti e autora do livro *E se eu fosse puta* (2016). Participei desse e de outros eventos, a fim de discutir, de maneira mais pontual, questões de políticas públicas ou de tratativas que visavam ao debate sobre saúde física e psicológica de pessoas trans. Também pude observar a atuação de alguns desses sujeitos em manifestações públicas, como *Parada da Cidadania LGBT e Show da Diversidade*, que acompanho desde a sua décima quarta edição, realizada em 2015, em Campo Grande, bem como assisti à mesa que foi formada no dia 22 de agosto de 2019 para discutir o tema “A cidade e os corpos que transitam”, que contou com a presença da advogada transexual negra, agora falecida, Alanys Matheusa.

Alanys, vinha participando de vários debates, que envolviam não somente as questões de gênero, mas também a sua interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe e gênero. Sua trajetória de vida ganhou ainda mais destaque após a publicação de uma matéria jornalística em que Alanys contou um pouco da sua infância pobre na periferia de Campo Grande até a sua formatura como bacharel em direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Alanys Matheusa marcou minha etnografia por toda a sua atuação e participação como ativista negra e trans e eu a conheci por meio da Mariana, pois ambas participavam ativamente nos debates trans, dentro e fora da academia.

Em muitos dos eventos nos quais fiz campo, Alanys era um dos destaques. Esses eventos em muito contribuíram com as minhas observações, entre outras interconexões. Foi o que aconteceu de maneira mais específica com a minha ida ao desfile de Miss Trans Travesti, que aconteceu no dia 06 de dezembro de 2019, em Campo Grande, que foi promovido pela Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS). Neste evento, pude observar os discursos e a articulação da busca por uma visibilidade social pelos direitos civis quanto ao reconhecimento da identidade de gênero e uso do nome social. Nesse evento, fiz meu primeiro contato com Juliana e, assim, tive a oportunidade de ampliar a minha rede de contatos.

Esse outro evento contou com parcerias entre instituições governamentais e da sociedade civil, como instituições do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal, por meio de ações da Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT, da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais (SEGOV), da Fundação de Cultura, da Casa Satine, do Movimento de Estudo de Sexualidade, Cultura, Liberdade e Ativismo de Mato Grosso do Sul (MESCLA-MS), do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades de Mato Grosso do Sul (IBRAT-MS), da Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) e da Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (SDHU). Foi realizada uma comemoração, no dia 29 de janeiro - consagrado como o Dia da Visibilidade Trans no Brasil, data oficializada pelo Ministério da Saúde em 2019. Esse evento foi importante para que eu compreendesse um pouco mais sobre as perspectivas trans, sobre os seus trânsitos e sobre as redes de sociabilidade estabelecidas. Percorrendo esses circuitos, busquei fazer contatos com pessoas trans com mais de trinta anos de idade, observando, também, suas interações e performances em diferentes espaços públicos.

Algumas lutas pessoais pelo reconhecimento da identidade trans articulam-se às lutas de outros grupos de minorias de gênero. Suas lutas pelo direito de existir trazem para as arenas dos debates públicos suas reivindicações políticas, econômicas e sociais. Essas reivindicações revelam a necessidade de organização e alianças entre esses grupos para que haja acesso um pouco mais igualitário de corpos pretos, pardos e trans nos mais variados contextos, pois ainda são lidos como abjetos. Suas reivindicações periféricas e sua mobilização social e política buscam alcançar, nesses diferentes contextos, o pleno reconhecimento de seus direitos civis e de visibilidade social. Assim, acompanhando algumas dessas mobilizações sociais - principalmente participando de eventos que foram organizados por militantes trans, por entidades civis e por alguns órgãos públicos que discutiam a emergência dessas pautas ou, em específico, pautas trans -, estabeleci alguns laços de amizade. Esses foram os principais instrumentos, ferramentas e recursos metodológicos empreendidos e utilizados para desenvolvimento, apresentação e organização das várias etapas da realização desta pesquisa.

As pessoas que participaram das pesquisas têm diferentes opiniões sobre as categorias usadas para pensar as diferenças sexuais, de gênero, a construção do sujeito, suas subjetividades e alteridades - opiniões que também divergem quanto às políticas de identificações.

A primeira entrevista aconteceu em 25 de julho de 2020, com a Kátia, que se identifica, quanto à identidade de gênero, como mulher transexual; e, quanto à raça/cor, como parda. Kátia tem 47 anos, é natural da cidade de Ribas do Rio Pardo, possui ensino superior e mora só. A primeira vez em que me encontrei com Kátia foi em um protesto organizado em prol do

esclarecimento do assassinato de Thaylla, uma travesti de 30 anos de idade. O seu corpo foi encontrado já sem vida na manhã de domingo do dia 19 de maio de 2019, em uma rua no entorno do Terminal Bandeirantes, local bem conhecido por ser um dos pontos de prostituição mais antigos da cidade.

Fiquei sabendo do protesto por Mariana, que, junto com Alanys, organizou esse movimento. Ao longo do caminho percorrido, conversamos, ela foi muito receptível quanto à minha presença no protesto e isso contribuiu muito para nossa aproximação e, também, para que a Kátia aceitasse participar da pesquisa, concedendo-me uma entrevista. Depois desse dia, encontramos-nos em outros eventos. Para o dia da entrevista, Kátia me convidou para ir à sua casa e, ao longo de cinco meses, mantivemos contato. Kátia me recebeu em sua casa em meio a sorrisos e foi muito especial para que eu começasse a compor minha rede de contatos. Com 47 anos, é uma pessoa conhecida na cidade como militante trans e, transitando por diferentes espaços, ela conhece muito bem os dois lados de uma cena trans que se desenrola, em parte, pelo saber produzido a partir das experiências trans e, em parte, pelo saber científico produzido na academia, nos debates produzidos pelos grupos de estudo de gênero e sexualidade.

Kátia resgatou com nostalgia algumas memórias de tempos, lugares e histórias de vida de pessoas trans; algumas, ela classificou como *boas lembranças*, já outras, disse serem “tristes lembranças” de amigas que Kátia perdeu para *violência, doenças, uso de silicone industrial, abandono e invisibilidade da vida de pessoas trans*.

A segunda entrevista foi realizada em 30 de julho 2020, com Carlos, um homem trans, negro e de 31 anos de idade. Carlos, na entrevista declarou morar apenas com seu filho, que, segundo ele, é sua “grande paixão e inspiração”. Ele me contou, em uma de nossas conversas, o quanto seu filho tem o apoiado para que dê início à sua transição. Até o dia da entrevista, ainda não tinha começado o tratamento hormonal e, depois do processo de separação, Carlos relembra que, quando voltou a morar com seus pais, não teve grandes problemas quando declarou ser “lésbica” e “namorar uma menina”. Segundo ele, os conflitos instauraram-se mesmo quando ele comentou com sua mãe e sua atual companheira que iniciaria o tratamento hormonal pelo Ambulatório Transexualizador, que trabalha de portas abertas, ou seja, de forma gratuita, ajudando pessoas de todas as idades a fazer a sua transição corporal. Carlos é agente de saúde do município e trabalha em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), onde me recebeu para a realização da entrevista.

Monalisa, mulher trans, é uma professora de 40 anos de idade, que se identificou para esta pesquisa como mulher trans negra. Ela me recebeu na casa de seus pais, com quem passou a morar depois do fim de um relacionamento de cinco anos. Monalisa me contou que o que

restou desse relacionamento foram “nossos dois filhos”, referindo-se aos dois cachorrinhos que estavam dormindo ao seu lado no sofá. Cheguei à sua casa em uma tarde chuvosa e ela estava sozinha, mas, em seguida, seus pais chegaram e foram gentis comigo. Seu pai foi logo me falando o quanto estava forte a chuva e, também, já me ofereceu um cafezinho. Assim, minha primeira impressão daquele ambiente foi a da dedicação de seus pais, pela maneira como se dirigiam a ela. Monalisa é uma pessoa calma, de fala tranquila, que se esforçou muito para lembrar com riqueza de detalhes a sua infância na igreja, pois é filha de pastor. A conversa com ela foi muito especial pelo cuidado que ela teve em me contar coisas tão íntimas e marcas profundas, como o brusco rompimento com seus pais aos dezoito anos. Ela também me contou do tempo que trabalhou na prostituição e de dias felizes no casamento, bem como das dificuldades que enfrentou ao ter que deixar tudo para trás depois do divórcio. Monalisa trouxe para a pesquisa questionamentos importantes sobre fé e transexualidade. Também me contou da sua volta para a igreja e de como reatou os laços familiares com seus pais.

Juliana declarou-se para esta pesquisa quanto à sua identidade de gênero como travesti negra e teve a sua história de vida marcada pela história de luta do movimento LGBT em Campo Grande. Ela conhece muito bem a realidade violenta das ruas pelo tempo que viveu do trabalho sexual e, hoje, acompanha bem de perto a realidade de travestis e transexuais que vivem como profissionais do sexo, trabalho do qual tiram seu sustento. Juliana me contou de tempos difíceis da sua infância, de sua vinda para Campo Grande, de sua gana em trabalhar (segundo ela, para “mudar de vida”), de alguns sonhos da juventude e outros que ela tem perseguido, não apenas para si, mas para “mudar a história de muitas pessoas travestis e transexuais.”

Paulo é um homem trans de 38 anos de idade e conversei com ele pelo WhatsApp até o dia do nosso encontro. Continuamos os nossos contatos pelo aplicativo devido à pandemia e seguimos interagindo assim, conversando sobre diversos assuntos, como política, saúde, trabalho, família e até mesmo sobre relacionamentos amorosos. Conhecemo-nos pessoalmente apenas no dia agendado para a entrevista. À primeira vista, sua aparência masculina e beleza realmente são pontos que merecem destaque. Durante a entrevista, ele me contou em detalhes desde o início de seu tratamento hormonal até as mudanças e reações que marcaram sua transição. Também me falou dos seus conflitos com seus pais e de seu ótimo relacionamento com sua filha, que “é a pessoa que mais me dá força, às vezes quando tudo parece difícil demais e penso que não vou mais suportar, ela chega e me diz que está comigo para tudo; aí, eu penso que não posso desistir, muitas vezes é por ela que me esforço, tento de novo, mais uma vez”. Paulo viveu um relacionamento hétero, que, segundo explica, “faz parte da história da pessoa que hoje sou, mas preferi deixar para trás”. Paulo me contou um pouco de seus “bons

momentos” e outros que foram “difíceis” para ele. Ainda assim, ele mostrou-se comprometido ao contribuir para a pesquisa e, com extrema gentileza, buscou, da memória, esse tempo para me contar de angústias e alegrias que marcaram essa fase da sua história de vida, como o nascimento da sua filha.

Lynda é jovem e uma bela mulher transexual de trinta anos de idade. Ela é modelo, dançarina de badalada boate da cidade e auxiliar de cabeleireiro. Encantou-me a cada gesto e palavra, por sua beleza. É dona de um corpo escultural, que com certeza não passaria despercebido a qualquer olhar, por mais descuidado que seja. As curvas perfeitas, os olhos e os cabelos negros lindíssimos e o sorriso largo e sedutor compõem uma impressionante obra de arte em pessoa. Lynda atendeu o meu pedido para a realização da nossa entrevista, mas foi conseguir um horário na agitada agenda da moça, que, entre os muitos trabalhos que desempenha, é modelo exclusiva de uma grife de roupas femininas. Ela me contou que mora com a família (pai, mãe e irmãos), que já retificou seus documentos e, portanto, vive e trabalha sendo reconhecida por sua identidade de gênero autopercebida. Disse-me dos seus sonhos e da sua infância que, na opinião dela, “foi uma infância tranquila”. Lynda foi minha única interlocutora em tempos da pandemia causada pelo novo Coronavírus, sendo que a entrevista com ela foi realizada pelo Skype.

Quando perguntei sobre qual seria a cor/raça pela qual Juliana se identificaria, ela me respondeu, soltando uma gargalhada: “Bom, no meu documento está escrito parda, mas eu acho que essa cor, essa coisa de parda, a pessoa parda, acho que seria a mesma coisa que égua parda, uma coisa assim, sei lá, eu me considero negra, para mim passou das quatro da tarde é negra, não tem essa entendeu? (Risos)”. Carlos também ressaltou que, “na certidão de nascimento, está parda, mas eu não falo que sou pardo, não, falo que sou negro mesmo”.

Estes são os participantes da pesquisa que estão entre os que já retificaram seus documentos quanto à sua identidade de gênero autodeclarada: Kátia, Monalisa, Juliana, Paulo e Lynda. Suas idades variam entre 30 e 47 anos.

Estas são as pessoas que se declararam como negras: Carlos, Monalisa, Juliana e Lynda. Assim, apenas, duas das seis pessoas entrevistadas, considerando seus registros de nascimento, declararam-se, para esta pesquisa, como sendo pardas: Kátia e Paulo.

Apenas Kátia tem ensino superior completo; Monalisa está cursando o curso de graduação em Pedagogia, em uma faculdade particular; Juliana, Lynda e Carlos possuem o ensino médio completo; já Paulo lamentou não poder terminar os estudos devido ao trabalho, declarando, assim, não ter concluído o ensino médio.

Kátia e Paulo declararam-se sem religião; Carlos, como evangélico não-praticante; Monalisa, Juliana e Lynda declaram-se como evangélicas praticantes. Das seis pessoas entrevistadas, Carlos, Monalisa, Paulo e Lynda declararam-se naturais de Campo Grande, enquanto Kátia e Juliana vieram, ainda crianças, para Campo Grande, onde viveram grande parte de suas histórias de vida. Kátia, Monalisa e Lynda se autodeclararam como mulher transexual, Paulo e Carlos como homens transexuais e Juliana, como travesti. Entre as seis pessoas entrevistadas, apenas Kátia mora só; Carlos mora com seu filho; Paulo, com sua filha única; já Juliana tem, sob sua responsabilidade, um adolescente de quem, segundo ela, cuida com todo carinho e preocupação de mãe; Monalisa mora na casa dos pais; e Lynda vive com a família – pai, mãe e irmãos.

Na sequência deste trabalho, apresentarei, no item que intitulei de *Expectativas e suposições: pelas tramas da memória*, meus interlocutores dando início ao processo de recordar alguns dos acontecimentos que marcaram os seus trânsitos. Eles recordam a infância (como o local de nascimento), a vida em família e os seus primeiros estranhamentos. Tempestivamente, mais uma vez, esclareço que não pretendo dar conta de responder questões mais complexas propostas pela teoria crítica ou pela teoria social.

Assim, dou início ao meu esforço de pôr em diálogo os seus relatos com a proposta teórica e política da analítica *queer*. Para Preciado (2020, p. 46), “precisamos inventar novas metodologias de produção do conhecimento e uma nova imaginação política capaz de confrontar a lógica da guerra, a razão heterocolonial e a hegemônica do mercado como lugar de produção do valor e da verdade”.

Dessa forma, pelas narrativas de suas memórias, em seguida, começarei a descrever e a analisar alguns fatos que marcam suas memórias afetivas a partir de suas experiências trans.

1.2. Expectativas e suposições: pelas tramas da memória

[...] se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento — os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos (BUTLER, 2018, p. 19).

Para Butler, o sujeito inteligível seria aquele que, por aparatos sociais que os constituem quando entra em relação com o “outro”, torna-se passível de ser reconhecido. Os aparatos sociais que desenham tais cenas cotidianas de inteligibilidade, ao mesmo tempo em que constituem o sujeito, permitem-no reiterar com a norma social vigente por sua performatividade de gênero. Essas cenas de reconhecimento mútuo fazem com que o sujeito seja identificado a partir das suas relações com o “outro”, que o constitui.

Contudo, as experiências trans, por sua performatividade de gênero dissidente, escancaram essas falhas quando essas cenas de reconhecimento ficam borradas. Por meio das narrativas e memórias dessas seis pessoas trans, eu conheci o que, na opinião delas/deles, marcou os seus trânsitos de gênero. Para Bento, a “estética” nos ajuda a compreender melhor a “produção dos conflitos” que são gerados pela busca de “entrada no gênero” que marca as experiências trans. Assim:

se não existe nenhuma essência interna aos gêneros, e ser de um gênero é antes de tudo “fazer” gênero, no sentido de ações continuadas, reiteradas, a estética, então, assume um papel importante para ajudar à compreensão dos mecanismos de produção dos conflitos e de entrada no gênero identificado na experiência transexual (BENTO, 2017, p. 165).

Ao perguntar como e onde começaram as suas histórias de vida, abriu-se um leque de possibilidades de ouvir mais de suas experiências. Em primeiro lugar, observo que essa pergunta provocou certas ambivalências na compreensão de meus interlocutores. Alguns compreenderam esse “começo de vida” pelo momento em que elas/eles deram início à sua transição de gênero, enquanto algumas pessoas interpretam isso como sendo o momento da entrevista, o de contar os fatos que marcam suas história a partir da sua infância. Elas/eles narraram lembranças que descreveram o local do seu nascimento e os fatos que marcaram suas vidas em família, como no caso de Juliana, que narrou com muita desenvoltura sua história, desde o seu nascimento, recordando os fatos que marcam sua vinda para Campo Grande. Ela, também, me contou, com riqueza de detalhes, o início de sua história de vida, já me revelando alguns fatos que marcam a primeira fase de sua vida, suas primeiras mudanças corporais e o porquê de ela ter precisado se prostituir.

Recordando, Juliana disse:

Eu nasci em uma cidade chamada Mamanguape que fica no Estado da Paraíba, na época era um distrito. Hoje já é uma cidade onde minha família ainda mora. Eu morei lá por muito tempo em um sítio chamado Pirarí, que existe até hoje. Eu vim para Campo Grande aos doze anos, em 1992. Eu vim

para morar com minha tia. E com dezenove para vinte anos eu saí da floricultura em que trabalhei desde os catorze anos e não consegui mais emprego, porque daí eu já usava hormônio e já tinha seios, “seios de hormônio” e cabelos compridos. Então, foi uma dificuldade para arrumar emprego e eu fui para a prostituição.

Ao fazer essa mesma pergunta à Lynda, na entrevista, ela logo replicou: “na transição, né?”. Nesse momento, eu disse que ela tinha total liberdade para falar do que desejasse. Lynda, então, começou narrando sobre o seu local de nascimento e seguiu dizendo:

Eu nasci em Campo Grande, sempre morei aqui, já viajei para muitos lugares, mas minha história sempre aconteceu aqui. Eu sempre fui uma criança afeminada que tinha traços diferentes. Eu tinha gostos diferentes, eu gostava de coisas de meninas, gostava de fazer coisas de meninas, gostava de dançar e nada que era de menino me atraía, mas sem me entender como transexual, na minha época era muito difícil.

Em minhas análises, essa pergunta permitiu que meus interlocutores dessem o tom da conversa, ao que sempre visei, para que elas/eles não se sentissem invadidos e que a conversa fluísse. Ao perguntar, dizia a elas/eles que tinham total liberdade para me contar aquilo que decidissem compartilhar. Busquei, assim, investir numa certa cumplicidade em nossas interações e, ainda que todas as perguntas fossem direcionadas, senti que essa flexibilização foi muito importante para que elas/eles se abrissem. Em geral, observei que a maioria das pessoas gostava de falar de si e do seu passado e, assim, ao demonstrar meu interesse por suas histórias, elas/eles se dedicavam a esse processo de recordar. Portanto, acredito que as diferentes formas de interpretação por parte das minhas interlocutoras/es me ajudaram a conhecer melhor os sentimentos que os/as envolviam quanto ao momento da transição e como esse momento acontece em tempos distintos para cada sujeito.

Durante as análises, houve momentos nos quais percebi que, ao pensar sobre os trânsitos de minhas interlocutoras e meus interlocutores, algumas perguntas que formulei partiam do princípio de uma binaridade de gêneros. Assim, ao mesmo tempo em que eu ansiava por problematizar a norma, acabava partindo dela para conhecer e relatar certas tensões. Portanto, ao pensar o sujeito trans a partir das suas classificações biomédicas ou das categorias produzidas pela teoria social ou cultural, sinto que cometo os mesmos erros sociológicos e antropológicos que traçaram o curso das primeiras pesquisas que partiam da perspectiva heterossexista.

Esse erro, segundo Larissa Pelúcio (2014, p. 7), reforça o que “as pesquisas norte-americanas estavam questionando: a ideia de ‘minorias’ e todas as implicações políticas e teóricas em aceitar essa classificação como legítima para se falar de determinados

comportamentos e grupos”. Assim como Pelúcio, acredito que o “cuier” ou “teoria cu” só terá o mesmo efeito no contexto específico brasileiro como projeto político pelas contribuições teóricas que se dedicam e se debruçam sobre a multiplicidade de sujeitos em seus contextos por uma “epistemologia cucaracha”.

Segundo Miskolci (2009, p. 153), “este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução”. Assim, talvez o maior desafio para um candidato a teórica/o *queer* seja o de encontrar recursos linguísticos que não a/o levem a cair novamente nas armadilhas dessa ordem binária. Falhei ao retomar esses princípios ao passo que reconheço como esse sistema está organizando o mundo à minha volta pelo signo do “sexo”. Portanto, para pensar os seus trânsitos sociais, corporais e práticas sexuais transgressoras que rompem com a norma do sistema sexo/gênero, tomei como ponto de partida o nome social para conhecer um pouco das suas lutas por reconhecimento.

Em minhas considerações quanto às suas subjetividades, observo a existência de uma constituição mais plural de cada uma de suas experiências trans, bem como escreveu Berenice Bento (2017, p. 152), ao mostrar que “estas narrativas posicionam-nos diante de uma complexa rede de significados que abre espaços para novas interpretações das sexualidades, deslocando-a, ao mesmo tempo, da identidade de gênero e de um referencial natural”. Pelas narrativas de seus interlocutores, Bento observou a existência de pluralidade das experiências trans.

Por meio do acionamento das memórias das minhas/meus interlocutoras/es, pude observar como o nome social, para algumas pessoas, independente da idade, mas em determinados momentos da vida, teria sido o fato mais importante, o que marca suas experiências e trânsitos, enquanto para outras pessoas as mudanças corporais seriam as mais relevantes. Em determinados momentos de cada experiência, essas diferentes buscas seriam, mais ou menos, urgentes, revelando como são distintas para cada interlocutor/a.

Nesse seleto grupo de interlocutores, conforme a subjetividade de cada relato, o reconhecimento social do nome pela sua identidade de gênero - o nome social- e a busca pela readequação corporal foram os principais trânsitos que marcaram as suas memórias. Observei, ainda, que algumas pessoas se lembraram com orgulho das suas conquistas, tratando-se de suas *estratégias e arranjos* que, segundo elas/eles, ajudaram-nas/nos a vencer “tempos difíceis”.

Perguntei a elas/eles se haviam sofrido de certos estranhamentos físicos. Segundo Bento (2017, p. 43), “o ato de nomear o sujeito de transexual implica em pressuposições e suposições sobre os atos apropriados e os não apropriados que os/as transexuais devem atualizar em suas práticas”. Algumas/alguns interlocutoras/es me contaram que sentiram certos estranhamentos

ainda na infância e como as/os atormentaram em determinados momento de suas histórias de vida.

Em minhas análises, no entanto, tais estranhamentos não se configuraram como o fato mais importante que marcaria suas experiências. Entretanto, alguns interlocutores declararam que muitos estranhamentos se deram pelos questionamentos/apontamentos feito por outras pessoas com quem conviveram, enquanto outros me disseram que desde “crianças” sentiam-se “diferentes”. Para Tiago Duque (2011, p. 141), “todas as crianças crescem em famílias que tratam todos os seus membros, inclusive a si mesmas, como heterossexuais.” Essa impossibilidade de sermos reconhecidos fora dos padrões sociais marcados pelo “sexo” é causa dos conflitos que marcam de maneira negativa algumas memórias de infância de meus interlocutores/as. Para Monalisa, filha de pastor, esses estranhamentos eram mais complexos do que sua relação com o seu corpo.

Monalisa contou:

Eu nasci em Campo Grande. Minha infância foi uma época boa, só pensava em brincar, e eu fui crescendo. E com seis ou sete anos me senti mais voltado para o sexo feminino, gostava de brincar de boneca, de casinha de ser mamãe e fui crescendo. E quando entrei na escola naquela época não tinha esse negócio de bullying, não tinha isso, mas se fosse hoje seria o nome do que acontecia comigo, porque eu só ficava no meio das meninas, só queria brincar com coisas que eram de meninas, conversar com as meninas, eu não tinha vontade de conversar com os meninos e isso foi me acompanhando por toda a minha infância. Aos 12 anos de idade comecei a pensar que tinha alguma coisa diferente, que eu era diferente dos outros meninos e aquilo foi ficando só na minha mente na minha cabeça porque eu tinha uma ligação imensa com a religião. Por ser criada na igreja me batizei aos oito anos de idade e na igreja eu sempre ouvia falar que era pecado você ser homossexual, e naquela época eu só ouvia sobre isso homossexual e lésbica, eu não sabia nada de transexual.

Também, segundo Duque (2011, p. 141), “ocultar o que causa a vergonha é uma das estratégias para buscar inserção social”. Talvez, Duque nos ajude a pensar por que alguns interlocutores passaram grande parte de suas vidas convivendo com seus conflitos internos. Talvez, essa seja uma estratégia de não lidar com os conflitos externos que poderiam se tornar maiores e mais fortes que os seus conflitos internos.

Alguns *arranjos* e *estratégias* puderam acontecer pelo uso de hormônios e de acessórios, por suas performatividades de gênero, comportamentos sociais que, em alguma medida, contribuíram para sua composição estética. Ainda que não inteligível em algumas cenas de reconhecimento, ao menos causaria certos rumores e desconfianças nas relações que operam

nessas gramáticas sociais em que o sujeito inteligível seria aquele que, dado o “sexo”, pela reiteração de seus atos simbólicos e pelas suas performances de gênero, alcançaria status de “ser”.

Para Lynda, esses estranhamentos a acompanharam desde a infância, mas, para outras pessoas, esses estranhamentos tornaram-se mais intensos na vida adulta. Dois de meus interlocutores só deram início às suas transições depois de viverem por muito tempo com o gênero designado no nascimento e, nessa fase de suas vidas, elas/eles se casaram, viveram relacionamentos heterossexuais e tiveram filhos.

Esse foi o caso de Carlos, que me contou, no dia da entrevista, o quanto estava ansioso pelo resultado de seus exames, pelos quais poderiam atestar que ele estaria apto para o iniciar seu tratamento hormonal, conforme as exigências da equipe médica do Ambulatório Transexualizador do HU.

Carlos lembrou:

Na minha história de vida eu sempre me vi como menino, porém, por ser de uma família evangélica tradicional eu fui me deixando levar, e conforme a vida fui levando. Sempre fui daquelas pessoas que dança conforme a música e só comecei a entender um pouco dos meus conflitos quando entendi sobre gênero e sexualidade. Tentei uma vida de hétero, mas não consegui, ainda que dei um neto para os meus pais. Assim, passei de hétero ao lesbianismo e depois veio o lesbico-masculino, e hoje com 31 anos de idade é que eu estou tendo a coragem de assumir a minha identidade, então não tem nem um ano. Agora é que me entendo como um homem trans e já dei início ao tratamento pelo HU.

Ele também me falou dos conflitos com sua mãe, dizendo que *ela sempre me aconselha a esperar mais um pouco até que eu tenha realmente certeza*. Segundo ele, a maior briga que já tiveram se deu quando ele contou à sua mãe que seu próximo passo seria mais radical e definitivo, com a realização de um procedimento cirúrgico: a mastectomia.

Semelhante foi o caso de Paulo, um homem trans de 38 anos que, também, viveu grande parte da sua vida pelo gênero designado conforme o sexo desde o nascimento. Ele também já foi casado e, do seu relacionamento heterossexual, teve uma filha, que hoje está com 18 anos.

Paulo me contou:

Lembro que pegava escondido as roupas do meu irmão, vestia e achava legal e às vezes no banho arrumava meus cabelos para que parecesse que era curto, porque era comprido até meus ombros. Na infância nem eu sabia que eu era transexual, muito menos minha família. A descoberta e entendimento da minha transexualidade aconteceu em 2017, aos 35 anos, depois de muita pesquisa, desde 2014, aos 32 quando soube que existia a transição de gênero.

Em relação ao meu corpo, não estranhei. Hoje sinto desconforto às vezes por ter mamas. E agora, aos 38 anos de idade e sentido às mudanças do tratamento hormonal gostaria de mudar fisicamente todo corpo, peitoral e genitália, quero fazer essas cirurgias.

Alguns de meus interlocutores só puderam dar início ao processo de transição depois da inauguração do Ambulatório no HU. Kátia, Carlos, Paulo e Monalisa confirmaram, durante a entrevista, que fazem tratamento de hormonioterapia pelo ambulatório e revelaram que aguardam com muita ansiedade o momento de serem aprovadas/os para a cirurgia.

Até o momento das entrevistas, apenas Kátia já havia recebido aprovação para a realização desse procedimento cirúrgico, mas ainda aguardava ser chamada para a realização dessa outra etapa. Lynda relatou fazer uso de hormônios femininos por conta própria e me contou que foram suas amigas trans mais velhas que indicaram a ela quais hormônios teriam os melhores resultados. Apenas Juliana não me confirmou se já fez ou faz tratamento no ambulatório transexualizador, mas informou que faz uso de hormônios por conta própria e que não pretende fazer nenhuma cirurgia de redesignação sexual.

Kátia conta:

Já comecei a fazer as sessões e quando fui aprovada já comecei o tratamento com hormônios lá pelo laboratório. E a cada três meses retorno e faço todos os exames e o médico vê se abaixa o aumenta o uso desses hormônios.

Kátia, em uma de nossas conversas, depois da entrevista, contou-me que foi ao Rio de Janeiro e lá recebeu aprovação para fazer a sua cirurgia de transgenitalização. Além disso, os rompimentos também aparecem como um dos fatos que marcam as experiências de meus interlocutores, com situações que foram reveladas pelas narrativas de certos acontecimentos e suas constantes articulações entre amores, família, trabalho e sociabilidade, enquanto buscam por reconhecimento social quanto à sua identidade de gênero autopercebida, por sua sexualidade.

Segundo Kátia:

Quando eu iniciei o primeiro ano, ainda tinham os cursos de magistério e o científico, cursei o de técnico em contabilidade, eu entrei de cabelinho curto normal e com roupinhas mais masculinas. Daí eu não me lembro se foi no primeiro ano mesmo ou no segundo que eu tive aquela vontade de usar alguns adereços mais femininos e eu furei a orelha na farmácia, coloquei um brinquinho bem pequenininho; mas na outra semana eu já queria furar a outra orelha, só que eu tinha vergonha de ir para a escola com os dois brincos nas orelhas, aí uma semana eu ia com um brinco de um lado na outra do outro, e eu ia trocando para não fechar o furo e um dia quando me dei conta

já estava usando os dois brincos, e quando eu vi já estava indo com um batonzinho para escola. E eu terminei o terceiro ano do ensino médio totalmente feminina dentro da escola, mas sendo sempre chamada pelo nome masculino pelos professores, só alguns amigos mais íntimos me chamavam pelo nome feminino.

Observo como apareceu, no relato da Kátia, o uso de alguns acessórios que estão diretamente imbricados nesse processo de inclusão e exclusão sociais. Por suas recordações e expectativas de mudança, investi nessa analítica da normalização para conhecer o processo de “fazer ser” e “ser” buscando ser reconhecido pela reiteração dos atributos concebidos a cada gênero.

Assim, fiz, desde o início, a escolha de pensar em transexualidades e travestilidades, sem comparar, em qualquer medida, suas experiências de vida e seus “desvios”. Talvez esse seja o movimento em que eu enxergue e aponte uma cena “*queer*” acontecer e, por essa lente *queer*, busquei observar como se davam esses *arranjos*.

Entendo lente *queer* pelos “desvios dessa norma” que, segundo Butler (2019, p. 70), “podem acontecer e de fato acontecem, sugerindo que alguma coisa ‘*queer*’ está em funcionamento no cerne da performatividade de gênero”. Assim, minha escuta se prestou a organizar suas recordações de tempos, pessoas, acontecimentos e sentimentos que marcaram seus trânsitos.

Ainda sobre os estranhamentos, Juliana relatou:

Estranhamento não, não diria estranhamento. Eu quando era criança, tipo sete/oito anos, morando no sítio a gente ia muito tomar banho no rio, era normal os guris arrancarem a roupa inteira, cueca e tudo, e pular na água, mas eu só tomava banho com roupas porque eu tinha vergonha dos guris, eu sabia que de alguma forma eu tinha na aparência os mesmos órgão que eles. Eu tinha vergonha, achava estranho, mas, também, não conseguia ter amizade com as gurias, porque a gurias não queriam amizade comigo (Risos). Porque, aparentemente eu era um menino, e elas diziam “sai daqui vai brincar com os meninos, porque aqui só fazemos brincadeiras de meninas”, existia muito isso antigamente na escola. Eu estudava em uma escola no sítio e eu sofria com as agressões dos meninos. Eles me chamavam de florzinha.

Para Butler (2017, p. 26), “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira”. Os gêneros são marcados socialmente por atributos sociais e carregam expectativas do que é ser um homem ou uma mulher. Ainda que Juliana tenha me relatado não sofrer de estranhamentos em relação ao seu corpo, ao que me parece, mesmo ainda apesar da pouca idade e com autonomia, ela já se reconhece quanto à diferença sexual. Talvez a sua dificuldade em

reconhecer seu estranhamento aconteça quando ela “não se encaixava nas brincadeiras”, que são formuladas a partir das perspectivas de gênero. Interessante, como Juliana “tinha vergonha” e “não tirava toda a roupa para pular na água”. Ela recorda sua estranheza em não se encaixar nas coisas que compõem o “universo masculino” e nem com as coisas do “universo feminino”. Para Duque (2011, p. 142), “o surgimento da vergonha, e a possibilidade deste sentimento se tornar central na experiência dos sujeitos, se dá quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro”.

Assim, percorremos os emaranhados caminhos que compõem as tramas das memórias. Compreende-se, então, pela infinidade de *arranjos* culturais existentes, uma fissura que permite novas possibilidades: as de meus interlocutores performatizarem seus gêneros conforme as multiplicidades de suas interpretações. Assim, a visão da *política queer* que visa a abarcar todas essas multiplicidades de sujeitos e corpos, mostra-se a mais adequada ao meu projeto de ilimitar as possibilidades das identificações.

Sobre os estranhamentos sentidos na infância, suas histórias encontram similaridades, seja pelas angústias vividas, seja por suas histórias de exclusão. Suas histórias se interseccionam nesse processo de reconhecimento, ao passo em que se distanciam pelas suas subjetividades e o elemento tempo. Cada uma delas tem suas experiências marcadas por contextos históricos distintos e suas narrativas me levaram a percorrer diferentes etapas das suas vidas.

Assim, sigo observando e problematizando como os sujeitos poderiam investir cada vez mais na potência do desenvolvimento de seus *arranjos* e de *estratégias*, entendendo estas também como práticas políticas que os/as aproximam da proposta analítica dos estudos *queer*.

Segundo Larissa Pelúcio (2014, p. 4), “o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda a parte”. Assim, minhas análises amparam-se pela perspectiva crítica da *teoria queer* levando em consideração as críticas e as novas formulações e as mudanças que o termo *queer* sofreu e segue sofrendo no contexto brasileiros.

Em seguida, falarei mais especificamente sobre as *estratégias* e os *arranjos* que atravessam certas dimensões da vida sociocultural das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores pelo reconhecimento da identidade de gênero por meio de mudanças corporais. Portanto, são elas/eles que me contam das dificuldades que enfrentaram ao se identificarem pelo nome social ou mesmo depois da retificação do seu prenome em alguns espaços. Ao descrever algumas cenas do cotidiano, como, por exemplo, um simples atendimento em algum estabelecimento público, mostra-se como esses fatos marcaram suas memórias.

Alguns dos relatos de vida colhidos nas entrevistas ou nas conversas revelam como se deram alguns dos constrangimentos que enfrentaram ao serem identificadas/os pelo gênero assinado no nascimento não correspondente à sua identidade de gênero autopercebida e marcam suas memórias e trajetórias pelas cenas de violência e interpelações negativas das suas existências como sujeitos de direitos.

São cenas que revelam que a inteligibilidade dos sujeitos dependem do compartilhamento dos aparatos sociais que os constituem a partir do sistema sexo/gênero. Esses significantes, por vezes, impossibilitaram meus interlocutores/as de desfrutarem dessa inteligibilidade. Nesses momentos, suas *estratégias/arranjos* falharam em determinados contextos, nos quais tais cenas de reconhecimento mútuo não se realizam, apesar dos seus investimentos e expectativas.

Assim, o uso do nome social e as performances de gênero que sigo observando implicaria em uma existência por uma infinidade de situações pelas quais algumas pessoas, em razão de sua classificação como trans, precisaram reafirmar, constantemente, suas identificações sociais para “existirem” como pessoas de direito nessa complexa trama social demandada pelo sistema sexo/gênero. Essas cenas revelam como a inteligibilidade social seria a única maneira pela qual se estabilizariam suas identidades.

Também, em minhas análises, problematizarei alguns momentos em que suas *estratégias e arranjos* teriam “falhado”, ou seja, momentos em que elas/elas não alcançaram algum reconhecimento social quanto às suas performances de gênero ao se darem tais cenas de interpelação. Nessas cenas, suas performatividades são analisadas por sujeitos heteronormativos constituídos a partir da norma e por seus aparatos sociais, de morais heterossexistas que não permitem entrar em relação com elas/eles, porque, nessas cenas, serão vistos como não sujeitos/anormais e seus corpos serão lidos como abjetos.

Nessa cena de interpelação, os que estão performatizando outras “identidades” que não levam em consideração a binariedade das genitálias para organizar suas performances de gênero estão, portanto, borrando as fronteiras, transitando, ainda que de maneira não tão fluida, os limites discursivos do “sexo”, transgredindo essas normas determinadas a partir da materialidade dos corpos, verdade única responsável por produção, construção e distribuição sociocultural do gênero e das suas performances de feminilidade e masculinidade.

Busco, então, pensar e compreender não apenas a sua capacidade de ressignificar certas categorias ou identificações sociais como também ressignificar a linguagem que os classificam como sujeitos dissidentes com corpos tratados como abjetos nesse projeto heteronormativo.

Assim, pensando na capacidade política desses sujeitos que rompem com a economia heteronormativa e passam a produzir suas identidades por suas experiências de gênero, analiso como elas/eles poderiam contribuir por seus *arranjos* com este movimento de resistência à reiteração dessa norma. Além disso, interesse-me também na análise de como a produção de suas identidades, ainda que partilhem de pressupostos heterossexistas, permitem o desenvolvimento de sua capacidade de ação pelas falhas que envolvem os limites discursivos do sexo.

Também, observo como a capacidade reflexiva de meus interlocutores e sua possibilidade de “agência” podem contribuir para a desarticulação de algumas “verdades” produzidas e reiteradas por pressupostos heterossexistas que configuram a linguagem classificatória e de oposição e diferenciação do normal e do anormal, do sujeito de direitos e do não sujeitos e dos corpos socialmente aceitos e dos corpos abjetos.

Ao ressignificar suas identificações sociais, as pessoas trans também estariam tensionando esse circuito de poder da linguagem que as classifica e as excluem desse projeto que distribui, fixando nos sujeitos, pela materialidade dos corpos, suas identidades. Para Butler (2019, p. 70), “a linguagem age sobre nós antes de agirmos, e continua a agir a cada instante em que agimos”. Esse projeto é orquestrado pela normatividade compulsória que se reproduz pela formação de um ideal de sujeito.

O desconstrutivismo butleriano aponta para diferentes perspectivas por sua formulação sagaz dos questionamentos que envolvem a formação e a produção do sujeito pela política inclusiva dos “sexos”. Butler (2017, p. 193) pergunta se “haverá humanos que não tenham um gênero desde sempre”. Considero essa uma questão primordial para entendermos o processo de transição de minhas/meus interlocutoras/es como um enfadonho processo de “fazer-se” pelo sexo e pelo gênero. Isso nos mostra como funciona essa operação sistêmica da reprodução sexual compulsória.

Assim, utilizando-me das perspectivas interrogativas butlerianas, debrucei-me sobre as experiências das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores e me atrevi a fazer perguntas que, por vezes, ficaram sem respostas. Sobretudo, apenas me utilizei dessas para fomentar e desconstruir alguns dos estigmas pelos quais se situam alguns dos discursos menos rebuscados sobre transexualidades e travestilidades.

Mariana, minha principal parceira intelectual, e as minhas interlocutoras femininas e meus interlocutores masculinos se declaram como negras/negros ou pardos/pardas. Assim, com base em suas narrativas e trajetórias, pude também me dedicar às análises pela perspectiva da interseccionalidade.

Segundo Crenshaw:

[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse sentido, as experiências das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores puderam ser conceitualizadas com base nessa abordagem analítica a partir de eixos de opressões que se interseccionam, causando, em linhas gerais, sofrimentos e exclusões, que podemos identificar com base nos marcadores sociais de diferenças, como de gênero, de raça/cor, de classe, etários, entre outros. Nesse sentido, aproximei, em minhas análises, as intersecções das violências estruturais, sistêmicas e hierárquicas historicamente construídas, aceitas e difundidas socialmente que atravessam as suas experiências.

Ao perguntar às interlocutoras e aos interlocutores sobre cada uma das suas identificações com gênero, raça/cor, idade e grau de escolaridade pude compreender melhor a posição social em que se encontrava cada uma das pessoas frente ao grupo social que pertencem. Isso os situa em uma sociedade baseada nos valores burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade e que ainda persegue os ideais iluministas e liberais centrados na responsabilização dos indivíduos frente aos seus fracassos.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz:

[...] o fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (SCHWARCZ, 2019, p. 126).

Como nos informou Schwarcz, a sociedade brasileira é, desde a sua concepção, uma sociedade de classe, racista, patriarcal e, conseqüentemente, generificada. Acredito que esse seja um ponto de partida para que uma abordagem interseccional venha a contribuir com as minhas análises.

Assim, com base nas suas narrativas, traço uma linha pela qual identifico como esses eixos de opressão se interseccionaram de maneira que tanto raça/cor, gênero, idade e grau de escolaridade autodeclarados pelas minhas interlocutoras e pelos meus interlocutores são constitutivos das desigualdades sociais imbuídas em suas trajetórias. Com base nas

desigualdades, pude observar como foram se tornando, ao longo da vida laboral, as suas buscas pelo reconhecimento das suas identidades. O não acesso a direitos civis básicos, como educação, moradia e saúde, é uma realidade compartilhada não apenas entre os participantes da pesquisa como também entre grande parte da população LGBTQIA+ no Brasil.

O gênero torna-se, assim, um eixo que contribui para exclusões de muitas pessoas trans de espaços sociais como escolas, universidades, hospitais, entre outros, ainda que muitas dessas exclusões não se tenham dado unicamente pelo gênero autodeterminado, mas também pela raça e pela classe das interlocutoras e dos interlocutores.

CAPÍTULO 2 – CENAS DA VIDA COTIDIANA: ARRANJOS COMO TÁTICAS PARA VIDAS VIVÍVEIS

Cena 1 – No início de 2018 eu tinha um processo na defensoria, então fui lá para saber sobre o andamento desse processo. Chegando a esse órgão público fui atendida por um mirim¹⁰. Cheguei, me identifiquei e disse a ele que eu usava o nome social e que ele observasse. Ele me disse, “que ali não teria como me chamar pelo nome social”. Sendo que a lei existe, pedi que verificasse com seus superiores e ele foi. Quando voltou, ele continuou falando que “não tinha como”. Então, perguntei com quem ele tinha falado e ele me disse que falou com o promotor chefe. Aí eu fiquei muito nervosa, porque sendo ele um promotor e aquele sendo um órgão público, eles tinham que me chamar pelo nome social. E quando fui chamada e apareceu o nome civil lá em cima, no painel eletrônico, menina... eu mal entrei na sala e já comecei a brigar, e fui falando... e ele me pedindo calma e o assessor dele também... Risos... Eu dizia, “isso não pode acontecer aqui na Defensoria”. Ele me dizia: “não, dona Kátia, é que ele é um mirim”. Foi quando eu disse a ele, trabalhei um ano e seis meses em um órgão público e para trabalhar lá nós tivemos treinamento. Então, instrua melhor as pessoas para esse atendimento porque, se fosse outra trans, iria fazer um escândalo já lá na frente. Aí, na minha próxima audiência, eles já me chamaram pelo meu nome social, que já tinha sido retificado (trecho de uma das conversas com Kátia, 47 anos).

2.1. Visibilidades como resistência na reivindicação de reconhecimento

À medida que se recordava dessa cena, houve uma repentina mudança no tom de voz de Kátia. Para narrar cenas como essas, advindas das suas experiências, Kátia se dedicou a reconstituir, com fragmentos que compõem a memória, momentos e fatos que marcaram a sua trajetória de vida.

Na busca em articular melhor as suas lembranças, Kátia e todas as pessoas com que travei interlocução durante a pesquisa, por diversas vezes, sentiram-se motivadas ao revisitarem bons momentos que constituíram as suas trajetórias. Contudo, não foram raros os momentos em que elas/eles precisaram rememorar dores ao relatar os fatos mais importantes que marcaram, significativamente, em suas opiniões, as suas vivências. Quando gravei uma conversa com Kátia, ao desligar o gravador, ela fez este desabafo: *em meio tudo o que passei* – referindo-se às histórias de violência, invisibilidades e mortes das pessoas trans que conhecera

¹⁰ O termo *mirim* é uma derivação da palavra “curumim”. Termo oriundo da língua *Tupi Guarani*, que significa criança. Os/as *mirins* são meninas e meninos de 14 a 18 anos de idade que mantêm vínculos com essa “instituição não governamental e sem fins lucrativos.” Assim, o Instituto Mirim de Campo Grande/MS (IMCG), “atua e desenvolve suas atividades pautadas pelas Políticas Públicas de Assistência Social e de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente e pelas Políticas do Trabalho e Emprego”. Disponível em: <<http://www.institutomirim.org.br/2020/institucional.php>> Acesso em: 21 de maio de 2021.

no passado, o fato de ela *estar viva e de ter conquistado, em meio a tantas dificuldades, a sua casa própria* era um dos fatos mais importantes de sua vida.

Portanto, foi a partir das suas narrativas que me aproximei da ideia da composição de uma cena trans em Campo Grande. Busco um diálogo com Thiago Coacci (2018), que analisa a produção do e sobre o conhecimento trans no Brasil, propondo, assim, a existência de um *campo trans*. Segundo Coacci, “uma das minhas hipóteses era justamente que existia um campo trans, que está intimamente relacionado a outros campos como o LGBT e o feminista, mas que não pode ser reduzido a esses” (COACCI, 2018, p. 46).

A partir do uso de conceitos adaptados, como *conhecimento precário* e *conhecimento contra-público*, as análises de Coacci orbitaram entre os conhecimentos canônicos e os conhecimentos desenvolvidos pelas próprias pessoas trans. Conforme Coacci, “entre 2014 e 2017 acompanhei quatro organizações, são elas: a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), a Rede-Trans e o Coletivo Transfeminismo”. Nesse sentido, ele organizou sua pesquisa seguindo uma linha do tempo que se desenvolveu a partir do processo de produção desse *campo trans*.

Com a execução das minhas análises e com a organização dos dados produzidos a partir do meu campo, observei como certas informações captadas por Coacci atravessavam a minha pesquisa. Alguns acontecimentos desse *campo trans* que se deram com base na organização dos movimentos sociais LGBT tornaram-se relevantes também para o desenvolvimento da minha pesquisa no sentido de que as narrativas a que tive acesso em campo apontavam para uma necessidade de recorte geracional.

Outro ponto que destaco é que, ao se dedicar ao mapeamento dessas organizações sociais a partir de um cenário macro, Coacci precisou costurar a produção das suas informações pelas memórias de ativistas trans. Segundo Coacci, “as entrevistas foram fundamentais para cobrir essa lacuna deixada pela ausência de documentos e também para entender alguns processos e conexões não tão visíveis e acessíveis para o pesquisador” (COACCI, 2018, p. 45). O fato de Coacci utilizar o protagonismo da memória de ativistas trans para amarrar as suas observações torna-se interessante para esta pesquisa, visto que atravessa com muita potência as minhas análises, pois, apesar do meu campo estar direcionado para o universo micro, as memórias das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores acabaram por demonstrar como essas produções sociais macro atravessaram suas experiências.

Portanto, o *campo trans* discutido por Coacci estaria intimamente relacionado a outros campos, como o LGBT e o campo feminista, e, embora “este não deva e possa estar reduzido a estes”, identifiquei a existência dessa cena trans na cidade de Campo Grande. Acredito que tal

cena verse sobre a formação desse *campo trans*, esclarecendo, portanto, a íntima relação entre os movimentos sociais e as memórias das pessoas trans.

Kátia, ao me contar importantes fatos da sua história, demonstrou, a partir das suas próprias adversidades, certa necessidade de estender suas considerações às diversidades enfrentadas pelas demais pessoas trans da cidade. Muitos desses fatos fazem parte da configuração histórica dessa cena trans regional frente à formação desse *campo trans*. Assim, na busca por rememorar certos acontecimentos pessoais, Kátia colocou em foco fatos coletivos. Ela, lembrando alguns desses acontecimentos, narrou:

Naquela época algumas meninas faziam ponto na Avenida Costa e Silva outras na rua Spipe Calarge e algumas na Sete de setembro. E nessa época atuava na cidade um delegado chamado Maurício. Esse delegado eu não sei dizer quem seria essa pessoa, mas, ele não tinha um pingão de empatia pela trans ele tinha era ódio e ele passava as madrugadas abordando essas meninas prendia, e simplesmente por elas estarem ali fazendo do seu corpo, seu trabalho, seu ganha pão pegava e jogava essas pessoas dentro do camburão e levava para saídas das fazendas para uns lugares bem afastados e abandonava elas no escuro. Uma aqui depois de uns quilômetros outra assim, eles iam jogando essas meninas trans e ainda diziam, “você é um lixo”.

Algumas das memórias visitadas por Kátia remeteram-na a lembranças como essa, de histórias coletivas. Os ataques sofridos por pessoas trans que trabalhavam na prostituição de rua da cidade também marcam alguns dos fatos relatados por outra interlocutora. Juliana, que fez questão de, além de contar durante a entrevista como e o porquê ela precisou trabalhar na prostituição, ainda esclareceu como esse fato, que marcou a sua própria história, marcaria também a sua trajetória na formação do *campo trans*.

Durante as nossas conversas, Juliana relatou sua indignação frente a episódios de violência contra as travestis trabalhadoras do sexo, cometidos por policiais, clientes, cafetões e cafetinas, situações de violência vivenciadas por diversas vezes no tempo em esteve “na rua”. Nesse ponto da sua história de vida, pude entender como se deram os fatos que marcariam o início da sua trajetória como ativista, que a levaram a liderar importantes organizações de destaque tanto no âmbito regional como no nacional. Dessa maneira, suas narrativas me possibilitaram fazer esse link da formação da cena trans campo-grandense com os fatos que marcaram o período de intensa atuação e formação do *campo trans* nacional.

Segundo Juliana:

Com dezenove para vinte anos eu saí de vez da floricultura e não consegui mais emprego porque daí eu já usava hormônio e já tinha seios de hormônio

e cabelos compridos então, essa era a minha dificuldade para arrumar emprego assim, eu fui para a prostituição. Só que na prostituição eu comecei a ter que lidar com a questão da violência com a questão dos assassinatos do cafetão da droga né? do traficante e da polícia que também, nos espancava e torturava.

Assim, muito da violência retratada em momentos como esses passou a ser uma constância, constituindo grande parte dos fatos que marcariam as suas memórias. Diferentemente de Juliana, Kátia fez questão de frisar: *eu nunca vendi o meu corpo, mas eu estive ali conheci muitas que foram mortas porque matavam muitas trans aqui justamente pelo machismo cultural desse delegado.* Para tanto, a construção narrativa histórica desenvolvida por Kátia - como mulher trans, negra, da classe trabalhadora - serviu como um importante fio condutor me despertando para a necessidade de estar atenta ao recorte temporal e regional das suas trajetórias.

Nesse sentido, foram as narrativas delas/deles que me indicaram como se estruturariam as práticas de violências infligidas contra elas/eles, ao mesmo tempo em que me revelavam as suas ações de resistência. Nas palavras de Anne Raquel da Silva Nascimento, autodeclarada transmasculine (Caique), “não há sujeitos que escapem a norma, mesmo as corpos mais dissidentes. A resistência é a condição de existência do poder, portanto não há poder sem resistência. Ao nos distanciarmos sobre as nossas corpos estamos negociando com esse poder” (NASCIMENTO, 2020, p. 10). Assim, muitos dos seus conflitos pessoais acabariam por resultar em cenas nas quais as tensões sociais estariam envolvidas na constituição das suas trajetórias.

Apontando para a regionalidade como um marcador social da diferença que intersecciona às suas necessidades, discuto a formulação dos seus *arranjos* e das suas *estratégias* como parte de um conjunto de ações que as/os ajudariam nesses enfrentamentos locais. Apostando na observação das suas necessidades sociais e afetivas, destaco os usos/práticas como forma de articulação de alguns elementos que são socialmente compartilhados.

Observei que, num primeiro momento da vida das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, as suspeitas levantadas por parentes, vizinhas/os, professoras/es quanto à “normalidade” das suas sexualidades já se caracterizariam como uma primeira necessidade que inviabilizaria a sua existência, possibilitando a manifestação dos seus atos de resistência frente a essas violências. Num segundo momento, as violências se deram a partir das suas autoidentificações com um gênero diferente do qual lhes fora atribuído no nascimento.

Nesse sentido, as complexidades que envolveriam as corporeidades trans estariam para além dos limites impostos pelos impasses teóricos altamente difundidos nas disputas de narrativas de teorias como as feministas e as sociológicas que já se debruçaram em alguns momentos sobre os paradigmas da materialidade dos corpos, tornando-se importantes fontes que contribuiriam para novos posicionamentos.

Conforme nos propõe a transfeminista Beatriz Pagliarini Bagagli:

[...] muito antes de concluir que corpos trans simplesmente são criações imaginárias que decorrem da denegação ou da não aceitação da materialidade dos corpos, propomos conceber uma materialidade específica que lhes corresponde, que diz respeito precisamente ao fato de não serem vistos e reconhecidos como corpos suficientemente materiais. Sujeitos trans se mantêm irreconhecíveis precisamente porque estão no limiar das normas estabelecidas para se pensar a corporeidade (BAGAGLI, 2019, p. 21).

Assim, as suas narrativas me ajudaram na elaboração e nas análises de cenas como essa que abre este capítulo, narrada e constituída a partir das memórias da Kátia. Assim, são elas/eles que me revelaram como os seus principais conflitos pessoais estariam imbricados nas suas disputas por visibilidade social. Nesse sentido, tanto a materialidade como a plasticidade dos seus corpos aparecem em intersecção com as suas lutas por reconhecimento como sujeitos de direitos nesse contexto regional. Ao se observar que narrativas como as de Kátia se repetiam, indicou-se que os conflitos pessoais e as tensões sociais eram constantes, mas que se tornaram mais evidentes em determinados momentos das suas vidas.

Ponto que as complexidades dos conflitos de identidade experienciadas por minhas interlocutoras e por meus interlocutores – que se dariam, num primeiro momento, pela refutação de uma reiteração com esse sistema que se impõe como o único destino possível para uma determinada configuração identitária - alcançaram outras dimensões das suas trajetórias. Sobretudo essas implicações recaíam sobre os desalinhamentos dos seus corpos face às categorias sexo, gênero e desejo e foram sendo ampliadas mediante as cenas de interpelações que as especulavam sobre si mesmas a partir de uma interação com o outro. Assim, conforme elas/eles vivenciavam essas interpelações sociais que dominam as cenas cotidianas, dediquei-me a conhecer, a partir das suas reconfigurações, ressignificações identitárias de como elas/eles lidavam com as tensões e com os conflitos que se estabeleceram.

Portanto, se somos constituídas/os a partir das interpelações que se dão por meio das nossas relações sociais com o outro, proponho pensar que elas/eles constituíram os seus *arranjos* e as suas *estratégias* como formas possíveis de driblar tais prerrogativas, que são

pautadas na fixidez de uma corporeidade normativa que trata como devemos nos apresentar socialmente.

Observei que parte dos conflitos das interlocutoras envolveria a sua autoidentificação, enquanto outra parte desses conflitos resultou das tensões sociais devido à necessidade do seu envolvimento em relações que sugerem proximidade, reciprocidade e que não estariam se realizando pela instabilidade dos seus *corpos*.

Portanto, as suas memórias apontaram para essas necessidades bem como para as suas ações de reconfiguração desses quadros de conflitos que se desenharam a partir dessa ordem social que se estabelece a partir dessas prerrogativas de abjeção e do não reconhecimento das suas identidades de gênero autopercebidas. Essas prerrogativas estabelecem que corpos, gênero e sexualidade estariam constantemente em disputa, dadas as suas implicações na reprodução dessas biopolíticas.

Podemos reconhecer apagamentos sociais vivenciados por pessoas trans atentos à produção desses processos de silenciamentos, conforme sinalizou Pedro Paulo Gomes Pereira, “como o silêncio é um dispositivo discursivo, devemos buscar entender as diferentes maneiras de não dizer, averiguar quem pode ou não falar, verificar quem fala por quem” (PEREIRA, 2014, p. 29). Nesse sentido, a maioria desses relatos ainda segue sendo invisibilizada por não ser incorporada, por exemplo, às produções científicas de artigos nos quais não são citadas as produções desses sujeitos. Mesmo quando alguns desses trabalhos recebem alguma nota de relevância, quase sempre seguem circulando apenas entre os seus pares estudiosas/os que se dedicam às temáticas de gênero e de sexualidade.

Assim, quando o conhecimento produzido fica restrito ao âmbito acadêmico ou quando circula apenas pelos grupos de ativistas dos movimentos sociais transfeministas e LGBTQIA+ não produziria o seu melhor efeito, que é a integração social legítima a todas/todos, independentemente do sexo, cor/raça, gênero, sexualidade ou classe social.

Outra relevante contribuição para a produção de um reconhecimento trans se deu pela autobiografia da transexual Lorys Ádreon, publicada em 1985, que traz incríveis relatos da sua história de vida e das suas lutas na busca pela ressignificação da sua identidade de gênero. Portanto, por se tratar de relatos verídicos, não foi difícil encontrar semelhanças com as inúmeras histórias de violências/resistências vivenciadas ao longo da vida pelas pessoas que entrevistei. Logo nas primeiras páginas do seu livro, Ádreon declarou:

ao escrever a história de minha vida, detive meu pensamento numa firme e imutável ideia. Registrar para sempre a trajetória amarga que percorri desde

meu nascimento, vivendo um papel em total discrepância com minha real personalidade. A completa afinidade que descobri ter com o sexo feminino desde a mais tenra idade, me impelia sempre em direção a um comportamento que enfocava a feminilidade, embora vivesse cercada de repressão e violência, que visavam meu ajustamento compulsório a um comportamento masculino (ÁDREON, 1985, p. 9).

As violências das operações das tecnologias de gênero bem como as violências coercitivas que ganham destaque no relato de Ádreon fazem jus ao título da sua obra, *Meu corpo, minha prisão* (1985). Nesse sentido, mesmo após trinta e seis anos, a contar da data dessa publicação, muito dessas violências se repetiu nas histórias de vida das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores ainda.

Dedicando-me a conhecer e a identificar, por seus relatos, os fatos que marcariam suas memórias, as interpelações sociais que se deram, a partir das suas interações sociais, tornariam-se concomitantes às minhas observações de suas necessidades de reiteração com as normas constitutivas do sistema sexo/gênero/desejo.

Segundo o dossiê que foi publicado em 2021 sobre os *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras*, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), “no ano de 2020, chegamos ao número de 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento” (BENEVIDES, NOGUEIRA 2021, p. 7). Diante desses dados dos casos de violência e de mortes que assolam a vida das pessoas trans no Brasil, implicaria-se a necessidade de investimentos na readequação dos seus corpos e afetos, com base em um ideal regulatório normativo.

Fatos como esses, que desenham o nosso cenário nacional, marcariam também os empreendimentos desenvolvidos por minhas interlocutoras e por meus interlocutores na busca pela resignificação das suas identidades. Buscando aprofundar os debates que nos levam a pensar nos modos como o sujeito é constituído, como efeito das relações de poder, traçarei um paralelo entre os seus usos e as suas práticas constituídas, conforme as suas narrativas, a partir das suas correlações com essas forças imperceptíveis.

Portanto, em primeiro lugar, pretendo incorporar a esse *movimento* específico que poderá ocorrer ou não na vida das pessoas trans - que ficou conhecido como *transição* - um caráter novo como forma de um contradiscurso, que só se torna possível dada à sua relevância para as minhas análises das experiências subjetivas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores. Para tanto, proponho pensar em um deslocamento desse termo *transição*, formulado a partir dos espaços confessionais, incorrido pelos ambulatórios transexualizadores

e pelas clínicas médico-psiquiátricas e psicanalíticas, para as experiências das/os interlocutoras/es.

Para tanto, darei um maior enfoque a essa questão da transição conforme os seus usos e as suas práticas frente à formulação desse termo, observados e analisados por seus atos de apropriação, reapropriação e ressignificação de elementos sociais que são compartilhados pelos sujeitos que compõem uma determinada sociedade. Assim, esses atos de apropriação e ressignificação desenvolvidos pelas minhas interlocutoras e pelos meus interlocutores destacam-se no sentido de que me ocupei a identificá-los, pelo *reuso* de certos elementos culturais que, ao circularem, implicam na formação, no estabelecimento e na organização das nossas relações sociais e afetivas.

O pensamento crítico butleriano mostra-se instigante no sentido de que nos traz a compressão de como as nossas práticas de gênero e seus atributos vão sendo incorporados ao sujeito à medida que esses são engendrados por uma necessidade de reiteração com a *heterocisnormatividade*. Na busca por uma identidade, o sujeito reitera, reproduzindo a norma por meio de uma incorporação dos seus atributos de gênero.

Exemplificando esse ato, Butler nos traz este alerta:

[...] se os atributos de gênero não são expressivos, mas *performativos*, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua identificação sua significação cultural, são *performativos*, então não há identidade preexistente pelo qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiro ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelariam uma ficção reguladora (BUTLER, 2017, p. 243-244).

A partir da leitura desses atos performativos, poderíamos compreender esses atributos de gênero como um composto de aparatos de sujeição e de regulação que compartilhamos socialmente, de maneira que a articulação desses elementos acaba por demarcar os nossos ideais de representações. Dessa feita, podem ser criadas as condições para naturalizarmos tais atributos do que seria feminino (ou pode ser lido e interpretado como feminino) e do que seriam elementos culturais constitutivos do universo masculino (ou assim podem ser lidos e interpretados).

Para Bento, “quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para comporem *arranjos* múltiplos fora do referente binário dos corpos” (2017, p 17). A partir dessas representações

dicotômicas que inculcamos e pelas regulações das normas destinadas à construção cultural do feminino/masculino, construí o meu argumento de que os *arranjos* e as *estratégias* operariam como um modo particular desenvolvido por minhas interlocutoras e por meus interlocutores como formas delas/deles lidarem a partir das suas interações sociais com os conflitos daí advindos.

Seguindo ainda com alguns dos posicionamentos provocativos formulados por Bagagli, poderemos entender como se operaria esse “sistema de crenças” que insistem em inviabilizarem as performances trans, ao pressuporem sobre um:

caráter fraudulento ou mesmo de má-fé, por sua vez, é visto como intrínseco às identidades trans. Não se mencionar enquanto transgênero em interações cotidianas, por exemplo, neste sistema de crenças, pode supor a intencionalidade prevista no ato de ludibriar ou mentir. Tais suposições se fundamentam pelas perspectivas que invalidam previamente a autenticidade das identidades transgêneras (BAGAGLI, 2019, p. 57).

Assim, os *arranjos* e as *estratégias* das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores seriam modos específicos delas/deles ressignificarem as operacionalidades das *tecnologias de gênero* que alimentam esse *sistema de crenças*. Dessa maneira, as exclusões denunciam como as *tecnologias de gênero* são implementadas pelos discursos e pelas práticas normalizadoras dos sujeitos e dos seus corpos.

Nesse sentido, pelos relatos das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, problematizo como essas construções históricas do *poder/saber médico*, com base nos debates feministas e na *teoria queer*, apontam para o gênero como categoria de análise capaz de refutar as construções culturais mulher-vagina-feminina e homem-pênis-masculino. Este capítulo trata de que maneiras as minhas interlocutoras e os meus interlocutores trans lidaram com seus conflitos.

Ian Guimarães Habib discute, para a aplicação do conceito de performatividade, que “ao considerar corpos e gêneros diversos como locais de inscrição potencial da dimensão transformacional, devo afirmar que há inúmeras possibilidades de transformações, como as analisadas pela performatividade de gênero” (2020, p. 72). Assinalando que não pretendo reduzir as suas histórias a um processo ou apenas a atos que configurariam em sanções ou subversões de normas sociais, não pretendo vitimizar ou idealizar as suas trajetórias, mas apenas identificar suas particularidades, destacando, a partir da reformulação das suas atuações de gênero, a amplitude dessa capacidade performática do sujeito.

Ainda que as ações das pessoas entrevistadas não possam ser interpretadas como capacidade livre do sujeito de fazer-se, ou de refazer-se, ou até mesmo de reinterpretar-se sem a norma, proponho que as ações das/os interlocutoras/es – de autoidentificarem-se – possam ser interpretadas como um ato subversivo e de resistência, mesmo que a partir da norma de refutar as concepções de gênero que se baseiam em construções biologizantes para só então determinar o campo das suas próprias experiências de sexo/gênero do sujeito.

Sigamos com o relato de Letícia Carolina Pereira do Nascimento:

como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autoidentificação, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilas com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto, é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros (NASCIMENTO, 2021 p. 19).

Nesse trecho retirado do seu livro *Transfeminismo*, Nascimento narra, com riqueza de detalhes, eventos da sua infância, momentos em que ela buscou ressignificar essa etapa da sua vida se apropriando de elementos que socialmente compartilhamos e que são constitutivos do universo feminino.

Buscando sustentar melhor os argumentos de como se dariam a construção das categorias *arranjos* e *estratégias* (que utilizarei para decodificar as ações progressivas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, como maneiras delas/deles ressignificarem as suas identidades), debruicei-me sobre parte das reflexões desenvolvidas por Michel de Certeau, em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (2014), e, mais especificamente, naquilo que Certeau denominou como *táticas*. A ideia dessa ação prática conceitualizada por Certeau como tática se encaixaria nas minhas análises, no sentido de que a “tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 2020, p. 94). Também segundo Certeau, “ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (2020, p. 95). Assim, com base na sua ideia da *tática* como um *movimento*, denominei de *arranjos* o *movimento* produzido por minhas interlocutoras e por meus interlocutores em meio às tensões das cenas sociais que experienciaram, devido a cada uma das necessidades que enfrentavam na busca da ressignificação das suas identidades.

Focando no consumidor, Certeau compreendeu como *práticas subversivas* determinadas situações cotidianas em que pessoas comuns se apropriavam conforme as suas necessidades. Nesse sentido, proponho fazer uma releitura desse *comportamento tático* com base na ideia da *arte de fazer* colocando em foco os conflitos das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores.

Certeau, observando o comportamento do consumidor enquanto *tática*, apontou para o sentido bélico da palavra, indicando como essa se dava por meio do *reuso* das coisas, dos objetos, dos rituais, das leis, das linguagens e até de planejamentos urbanos. Nesse sentido, acredito que *tática* e *reuso* caibam na sua proporção ao processo de ressignificação das identidades de gênero das pessoas entrevistadas.

Apostando no emprego do conceito *reuso*, aponto para as reapropriações de alguns aparatos socioculturais, deslocando os seus usos da perspectiva binária dos gêneros que nos constituem culturalmente como mulher ou homem. Nesse sentido, essa seria uma apropriação arbitrária dos usos e das práticas da linguagem *heterocisnormativa* que me ajuda a pensar nas suas ações práticas como subversivas.

Aponto para os usos e práticas por meio de *arranjos* e *estratégias* num sentido tático que contribuiriam para que elas/eles alcançassem um novo status social. Segundo Certeau (2014, p. 38), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”, interpretando como *reuso a prática subversiva* do consumidor.

Com base no *modelo tático* descrito por Certeau, os indivíduos são fragmentados por algum *comportamento estratégico* por parte das autoridades. Portanto, a escolha dos *arranjos* e *estratégias* parte da ideia desse *comportamento tático*, uma escolha que se deu pelos relatos dos fatos que marcaram as relações interpessoais e subjetivas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores no contexto das suas transições. A necessidade mais urgente para elas e eles seriam as suas transformações corporais, as quais baseiam as suas incessantes buscas pelo reconhecimento social, bem como a alteração do prenome, sexo e gênero, não só no registro civil, mas também nos seus cadastros em escolas, hospitais, ambulatórios, unidades de saúde, entre outros espaços. Assim, aponto para o desenvolvimento dos *arranjos* e das *estratégias* partindo da ideia da *necessidade*, conforme Certeau.

A partir do sentido mais amplo e possível das suas noções de pertencimento, procurei conhecer a intensidade dos seus conflitos e os impactos desses nas suas vidas, com base nas suas opiniões. Pensando *arranjos* a partir da *arte de fazer*, nos termos de Michel de Certeau, observo as suas capacidades de apropriação e de *reuso* de elementos do cotidiano como uma

prática subversiva, buscando *fazer-se* sujeito de direitos mediante à austeridade das interpelações sociais sofridas para que sejamos classificados como sujeitos.

O campo das identidades está marcado pela ideia de uma identidade fixa. A crítica a essa ideia de fixidez percorre o pensamento desconstrutivista butleriano para o qual os sujeitos são fluidos. Assim, é por sua capacidade reflexiva que o sujeito poderá se ressignificar e *fazer-se* na reapropriação da prática, transformando os seus limites pré-estabelecidos. Fazendo uma leitura da ação de ressignificação do sujeito, que está sendo constituída como resistência aos modelos discursivos que concebem as identidades, observo as suas práticas subversivas como potência, o que viabilizaria a agência na prática desses sujeitos.

Partindo do princípio da ideia de resistência de *fazer-se* sujeito, mesmo que dissidente, nesse campo fixo das identidades, é que os *arranjos* e as *estratégias* são convocados para pensarmos nos desmontes de processos constitutivos do sujeito que remontam aos fundamentos das reiterações com a heterossexualidade compulsória. Assim, Certeau e Butler me ajudam a perceber como o uso dos *arranjos* e das *estratégias* podem qualificar os modos pelos quais minhas interlocutoras e meus interlocutores, lidos como sujeitos dissidentes, puderam fazer-se sujeitos de direitos, mesmo em meio à ideia de uma identidade fixa, e constituírem o seu status social na categoria trans. Colocando as narrativas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores nesse *movimento*, apresento os usos e as práticas dos seus *arranjos* e das suas *estratégias* como meios para conhecermos um pouco mais dos elementos que elas/eles acionaram e de que se reapropriaram.

2.2. A autoidentificação uma potente categoria análise para os estudos de gênero

Para Bento, “a linguagem científica é uma das mais refinadas tecnologias de produção de corpos-sexuados, à medida que realiza o ato de nomear, de batizar, de dar vida, como se estivesse realizando uma tarefa descritiva, neutra, naturalizando-se” (2017, p. 109). Essa configuração restritiva da linguagem científica vem se modificando devido aos avanços teóricos e políticos que seguem irrompendo os debates clínicos, incorporando esses saberes e as suas regulações às perspectivas subjetivas dos sujeitos.

O transfeminismo tem mobilizado importante posição nesse amplo debate que se insere no campo da linguagem científica. São posicionamentos que advogam em favor de que vozes trans sejam reconhecidas como legítimas e imprescindíveis para a sua reformulação. Letícia Carolina Nascimento explica a mobilização transfeminista:

[...] os privilégios resultantes da justaposição de sexo e gênero em uma relação de produção unilateral e natural são precisamente o que o conceito de cisgeneridade busca denunciar de forma enfática. Enquanto os corpos de homens e mulheres cis são reconhecidos e legitimados como naturais, as corporalidades trans* são consideradas artificiais. Nesse caso, é comum que se façam perguntas para as pessoas trans* do tipo: “quando você se tronou mulher?” O espanto desse tipo de pergunta é que ninguém pergunta isso para pessoas cis, pois se supõe que elas tenham construído seus gêneros de forma natural e não artificial (NASCIMENTO, 2021, p. 96).

Nesse sentido, provocações transfeministas como essas estariam envolvidas no processo de inovação de frentes emblemáticas como a da linguagem científica, contribuindo de maneira significativa para o reconhecimento e a legitimação da pessoa trans em diversos seguimentos sociais. Assim, pela necessidade de se refazer em meio à rigidez dessa frente, os sujeitos se organizam e se apropriaram, ressignificando também os modos pelos quais os indivíduos são qualificados a partir de categorias identitárias.

Durante as conversas que tive com Kátia, ela narrou um pouco mais de como se sentia e vivia enquanto ainda não havia compreendido as possibilidades das mudanças corporais que almejava. Ela também contou como e quando decidiu romper com as imposições sociais que as angustiaram por tanto tempo. Kátia falou: *vim para Campo Grande com 14 anos de idade, eu imaginava que era uma pessoa gay e depois mais para frente aos 17 para os 18 anos quando me identifiquei como travesti*. Observando como se deram os *reusos* de alguns elementos que as/os ajudaram a se apropriarem dos modos de *fazer-se* sujeito de direitos, o nome social aparece como um importante elemento que contribuiu para a ressignificação da sua identidade de gênero.

Como um desabafo, Kátia recordou como se sentia quando era chamada pelo seu nome civil em um dos seus empregos:

Eu entrei lá com o nome civil e saí com eles me chamando pelo nome civil mesmo, eu chegando para trabalhar de salto alto e batonzão na boca e depois que eu saí desse serviço de doméstica eu falei para mim mesma essa pessoa morre a partir de hoje. Porque é como eu brinco hoje dizendo, morreu! Eu falo que morreu!

Este momento na vida da Kátia foi marcado pelo reconhecimento do seu direito ao uso do nome social ainda no nível estadual. No estado do Mato Grosso do Sul, esse direito foi assegurado pelo Decreto nº 13. 694, de 23 de julho de 2013.

Kátia contou que:

Uso o nome social mais ou menos há uns dez anos, mas, ainda sem uma carteira do nome social agora a carteira só veio mesmo em 2017 eu fiz minha carteira do nome social e isso me ajudou um pouco, ela amparou um pouco a gente porque eu podia chegar com essa carteira junto com a identidade, mas ainda não era algo totalmente positivo.

A trajetória de vida das pessoas trans vai sendo incorporada pela apropriação de elementos como a mudança de nome de acordo com a sua identidade de gênero, uma reapropriação identitária antes reconhecida apenas em um âmbito social mais restrito às redes de afetos dessas pessoas. Durante muito tempo, o nome social era uma das maneiras mais viáveis pelas quais as pessoas trans podiam reivindicar o reconhecimento da sua identidade de gênero autopercebida. Ela era usada em uma escala micro da vida social. O nome, no entanto, era respeitado apenas por pessoas que circulariam pelos mesmos espaços das pessoas trans e que com elas tinham afinidades.

Judith Butler (2006) nos apresenta como alguns “diferentes marcos vão se sucedendo e suplantando uns aos outros”. Nesse sentido, atentando-se aos mecanismos sociais que estão operando para reforçar a necessidade de reiteração do sujeito com a norma, Butler traz algumas considerações quanto ao cuidado que devemos ter em relação a uma narrativa histórica do sujeito, pois:

Não se pode narrar uma história sobre como alguém se desloca do feminino ao *queer* e ao trans. E não se pode narrar essa história, simplesmente porque nenhuma dessas histórias pertence ao passado: essas histórias continuam ocorrendo de formas simultâneas e solapadas no instante mesmo que contamos (BUTLER, 2006, p. 17).

Conforme Butler, esse deslocamento “do feminino ao *queer* e ao trans” precisam ser observados em uma ampla gama de processos históricos que não param de se renovar. Logo, a observância dos processos históricos, dos movimentos sociais e das alianças teórico-políticas que estão surgindo ajudam-me no processamento dos dados e nas análises das formas específicas pelas quais as minhas interlocutoras e os meus interlocutores performatizam as suas identidades trans.

Observando como a dinâmica desses processos históricos implica o processo transexualizador da pessoa trans, incorporo à fala das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores essa gama de mudanças e transformações que não cessam devido às inovações tecnológicas. Em meio às mais diversificadas apropriações e ressignificações que os sujeitos fazem de elementos constitutivos das identidades, pode-se perceber que é na dinâmica das

nossas relações que reivindicamos os desmontes discursivos nesse campo, sempre em disputa, das identidades.

As interações sociais das pessoas com quem travei interlocução implicariam em ajustes que se configuram na apropriação e no *reuso* de elementos e artefatos culturais, conforme a necessidade de resignificação da sua identidade de gênero autopercebida. Há marcos importantes na resignificação de suas identidades, com base na reapropriação de elementos, como roupas, sapatos, acessórios, cosméticos. Na busca por certos “ajustes”, destacam-se as suas transições corporais, o que implicou radicalmente alguns questionamentos das suas representações socioculturais de feminino/masculino.

Isso me levou a um paradoxo envolvendo grande parte das narrativas rememoradas pelas pessoas entrevistadas. A partir das minhas escutas, analisei que as suas compreensões simbólicas do ser homem/mulher se davam com bases biologizantes pré-estabelecidas pela categoria “sexo”. Também destaco que as pessoas com as quais eu conversei fazem um recorte muito preciso de uma realidade social que não seria experienciada da mesma forma em todas as regiões do Brasil.

Nos termos de Amara Moira Rodovalho:

[...] auto-identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (se não houvesse um mínimo de escolha, não haveria tampouco armário), mas já há muito mais do que esse testemunho, essa auto-identificação, para pensarmos as existências trans (RODOVALHO, 2017, p. 368).

Existem diferentes frentes nos movimentos que defendem uma não assimilação das formulações cisheteronormativa como lugar de ancoragem das identidades trans. Os relatos das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores expressaram, em grande medida, o caráter sociocultural de categorias identitárias essencializadas. Portanto, entre as especificidades que observei serem transmitidas e assimiladas pela maioria das pessoas que contactei, os ideais de masculinidades e feminilidades apareceram como referenciais para a construção das suas identidades. Contudo, as suas narrativas não servem como um referencial para se analisar outras realidades. Poderíamos, no máximo, fazer certas comparações. Dessa forma, reforço a existência de variadas posições nos grupos e nos movimentos identitários. Assim, ressalto a necessidade de estarmos atentos para as variações das suas posições e das suas lutas.

Cena 2

Quem vê aquele rapazinho franzino, sorridente, de aparência tranquila e de uma meiguice no olhar, não imagina a extensão dos conflitos que o acompanham. E nem mesmo o olhar mais atento poderia desvendar a nobreza com que o Carlos lida com tantos conflitos (Caderno de Campo, novembro de 2019).

Cheguei, por volta das catorze horas do dia 19 de novembro de 2019, à Unidade Básica de Saúde (UBS) onde o Carlos trabalha como agente de saúde. Ali realizaríamos a nossa conversa. Pedi informações na recepção e fui instruída pela atendente para seguir em frente até a próxima seção. Seguindo, por um estreito corredor, deixei para trás a primeira área do prédio, reservada aos usuários que aguardavam por uma consulta, entre outros procedimentos clínicos que ali seriam oferecidos. Enquanto avançava para o interior da unidade, perguntava-me se Carlos havia informado na recepção sobre a hora da minha chegada, pois, ao perguntar por ele, senti que não fui tratada como uma usuária comum.

Antes mesmo de alcançar o fim desse corredor, que levava às diversas salas da unidade, avistei Carlos e, de pronto, nossos olhares se encontraram em um cumprimento que revelou muito da cumplicidade das conversas que mantivemos pelo WhatsApp ao longo das duas semanas que antecederam esse momento. Nosso primeiro contato face-a-face ficou marcado pelo sorriso largo de Carlos, o que confirmou a imagem que eu construía dele desde o nosso primeiro contato via aplicativo. Carlos parece cativante e receptivo.

Nessa nossa primeira interação *off-line*, as primeiras palavras que ouvi dele foram, *aí, estamos juntos fortalecendo o movimento*. Em um abraço, Carlos completou, *amiga, adorei! Acho ótimo, que você se interesse pelo assunto, isso ajuda muito para que mais pessoas conheçam a nossa história para que elas vejam que somos pessoas como elas*. Essa fala de Carlos me levou a um aprofundamento das minhas reflexões sobre os receios que habitavam e cresciam em mim conforme o trabalho de campo avançava. Esses receios falavam das minhas aflições de pesquisadora sobre as emblemáticas oposições pesquisadores/pesquisados. Desde as primeiras aproximações no campo, surgiram receios de reproduzir essas oposições.

Ao ter com Carlos, fomos surpreendidos por um temporal. Recordo que, devido ao barulho provocado por uma chuva torrencial, paramos com as gravações. Impedidos de darmos continuidade à entrevista, devido aos barulhos do vento e da chuva forte, começamos a conversar de maneira mais informal. Ainda que, durante a entrevista, Carlos não demonstrasse receio dos gravadores, foi na imposição desse intervalo que nos deslocamos das nossas posições de pesquisadora e de sujeito da pesquisa para um outro momento. Nessa conversa, alcançamos certa empatia. Esse momento marcou a entrevista com um antes e um depois da chuva e foi essa conversa mais informal que nos aproximou.

Logo que a tormenta cessou, retornamos a entrevista, porém já não éramos mais os mesmos depois de trinta minutos de conversa. Carlos esteve livre dos gravadores e eu das minhas expectativas do trabalho de campo e fomos levados a outro nível de interação. Assim, essa nossa conversa ficaria apenas registrada em nossas memórias e depois no meu caderno de campo. Foi durante esse momento que Carlos me convidou para conhecer a sua família, para ir a um almoço de domingo na sua casa.

Durante a nossa conversa, Carlos fez várias referências à sua personalidade e ao seu modo de *encarar a vida*. Para ele, *viver requer leveza*. Segundo Carlos, *não valeria a pena discutir por tudo*. Assim, tento perceber como essa “harmonia” poderia ser parte dos *arranjos* de Carlos.

Enquanto seguíamos pelo corredor, observo como ele cumprimenta e faz brincadeiras. Há muita espontaneidade com cada pessoa que encontra pelo caminho. A simpatia de Carlos estaria associada à sua “maneira de ser”. O que analiso seria o quanto ela o ajudaria na composição desse *arranjo* que acredito fazer parte de uma espécie de um *mimetismo social*. Ou seja, essa seria uma maneira muito particular que fora desenvolvida por Carlos para driblar os conflitos que, para ele, ainda se dariam devido à sua *aparência*. Carlos relatou como vive as suas expectativas de *passar por* e também de não *passar por* gênero autopercebido.

O que chama a atenção no caso de Carlos seria o seu maior investimento em suas relações afetivas, dado o seu envolvimento com as pessoas com quem trabalha e encontra. Ele reforça, por meio da reapropriação desse elemento cultural, a simpatia, que é socialmente compartilhada, a tentativa de uma melhor visibilidade da sua *performatividade* trans. É nesse sentido que apresento o argumento de que existiria aí um empreendimento diferenciado que se aproxima de um *mimetismo*, que é acionado como uma *estratégia* de sobrevivência pelo qual Carlos pudesse entrar em uma relação de reciprocidade com os “outros” que o interpelam em cenas sociais cotidianas nas quais seus investimentos ganham sentido para seu reconhecimento como sujeito.

Assim, por meio dos atos *performativos*, buscamos alcançar uma *vida vivível*. Isso se dá na realização dessas cenas de reciprocidade e de igualdade com esse outro que nos interpela. A possibilidade de uma *vida vivível*, nesse sentido, estaria vinculada aos meios que estruturam e coordenam todas as nossas relações, permitindo que atinjamos algum grau de reconhecimento.

É assim que, olhando com mais atenção para alguns aspectos físicos de Carlos, consigo observar em seu comportamento e em seus gestos que o uso do elemento simpatia foi empreendido como *arranjo*. Pode-se dizer que a simpatia fora por ele acionada como um primeiro recurso. Contudo, observo também que, diante de certas pessoas que não expressaram

qualquer empatia por sua performatividade, esse recurso seria abandonado. Carlos demonstrou isso quando narrou a sua estada em setor administrativo do órgão que regula a folha de pagamento no qual está lotado: *gente! vocês não estão preparados. Falei desse jeito para eles...gente! vocês têm que estudar, se atualizar! vocês estão atrasados demais!*

Segundo ele, as pessoas que atuavam no referido setor não estariam preparadas para lidar com a realidade social das pessoas trans que têm o direito de transitar por espaços públicos sendo identificadas pelo nome social. Sem uma resposta positiva às suas investidas para resolver esse conflito, Carlos deixou a simpatia de lado, externalizando, assim, toda a sua indignação frente às atitudes desrespeitosas desses servidores, que não atenderam às suas reivindicações.

Carlos precisou encarar esse problema de desrespeito no momento em que foi a esse departamento, mais uma vez, em razão da impressão do seu crachá com o seu nome civil sem a devida observação do seu nome social. No Brasil, desde o ano de 2016, o Decreto de nº 8.727, de 28 de abril¹¹, regula as normas de todas as repartições públicas do país e traz, no artigo terceiro, algo específico sobre a observação do nome social. Assim, o nome civil será utilizado apenas para fins administrativos internos e tal medida tem como fim não causar qualquer constrangimento para os cidadãos que optem pelo uso do nome social.

Existem, também, na legislação brasileira, outras importantes decisões, como o Provimento de 1º de março de 2018, que regulariza as ações burocráticas e jurídicas quanto ao direito de as pessoas trans terem seus documentos civis retificados conforme a sua autoidentificação. Essa decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STF) trata da retificação do nome civil em conformidade com a autoidentificação da pessoa trans da sua identidade de gênero e seu sexo sem necessidade de cirurgias de redesignação.

Quando Bento (2014) escreveu sobre o nome social, o decreto referido e a decisão do STF ainda não existiam. Bento apresentou, como ideia central do seu argumento, a existência de um *modus operandi* que sempre se dá por um viés político e nada democrático. Com base na questão do nome social para as pessoas trans, ela imprime uma crítica ao “jeito” brasileiro de reconhecer direitos a “conta-gotas” às cidadãs e aos cidadãos considerados de terceira classe.

¹¹ Art. 3º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm> Acesso em: 15 de março de 2021.

Nos termos da socióloga, essas ações seriam “gambiarras legais”, um quadro de “cidadania precária”.

A partir de decisões judiciais, o Brasil vai, pouco a pouco, reconhecendo e regulamentando alguns direitos das pessoas trans. Sem leis específicas, tais decisões se revelam um tanto precárias, porque deixam brechas para que outras interpretações, inclusive transfóbicas, revoguem a possibilidade de inclusão das diferenças por meios legais. Nesse sentido, a cidadania das pessoas trans esbarra em uma ou em outra burocracia que não acompanha, com a devida pertinência, as suas narrativas e as suas vivências.

As fragilidades dessas decisões se tornam mais evidentes, por exemplo, nas demandas dos homens trans que necessitem passar pelo SUS (Sistema Único de Saúde) para a realização de exames ginecológicos, ultrassons e acompanhamentos gestacionais, caso estejam grávidos.

No caso das mulheres transexuais e das mulheres travestis, seus acompanhamentos médicos também ficam comprometidos conforme suas identificações. Para melhor assimilação e contextualização de como se dariam muitos desses fatos que constituem a realidade das pessoas trans no Brasil, a seguir, apresento um trecho de um dos textos de Yuna Vitória Santana da Silva, uma mulher trans que relata:

Não posso deixar de me recordar ao elaborar essas ideias e palavras do primeiro dia em que meu marido, homem trans, negro, estudante de medicina, que em qualquer texto acadêmico não possui nome – ou possui qualquer nome –, mas se chama Theo Brandon Pitanga Gonçalves, teve que enfrentar em sua primeira consulta de ultrassonografia durante a gestação. Ele se apresentou à médica ultrassonografista como Theo, tal como consta em seus documentos. E o Theo possui passabilidade cis. Não é de se espantar que isso tenha causado confusões acerca do atendimento, tendo anteriormente travado uma verdadeira batalha para que a recepcionista entendesse que ele, embora seja um homem, possui vagina e, portanto, o pedido de ultrassonografia transvaginal não foi um “erro médico”. Falo de uma unidade de saúde suplementar. Na rede pública o atendimento sequer seria possível, uma vez que os sistemas da rede SUS não liberam (SILVA, 2021, p. 7).

A autorização para esses exames, portanto, segue os protocolos que fazem associações com as identidades de gênero com base na força normativa do “sexo”. Assim, muitos profissionais da saúde, que têm esse como um signo norteador, fazem suas prescrições médicas para esses tratamentos e exames apenas com base nas genitálias dos sujeitos.

Esses seriam apenas alguns dos impasses que marcam as prerrogativas ainda utilizadas para as exclusões e para as inacessibilidades de muitos usuários trans ao SUS. Assim, informações como essas nos levam ao debate que diz respeito ao direito de os profissionais de saúde poderem se recusar e objetar a prática de certos procedimentos clínicos, justificando-se

por meio da categoria jurídica da *objeção de consciência*. Como informou Débora Diniz, “a consciência não apenas guiaria os julgamentos sobre o certo e o errado, mas também orientaria o indivíduo a não participar de atos que considera discordantes de seus valores” (2011, p. 983).

Tratando do tema *objeção de consciência* no caso brasileiro, no que tange às questões do aborto, escreveu Diniz:

[...] o respeito à integridade moral do médico deve ser anterior à sua participação no serviço: como regra geral, médicos com objeção de consciência integral ao aborto não devem fazer parte dos serviços de referência para o aborto legal. O conflito surge, então, em situações de “objeção de consciência seletiva”, i.e., quando o médico responsável pelo atendimento solicita o direito de recusa de assistência diante de um caso concreto (DINIZ, 2011, p. 984).

Compreende-se, portanto, que profissionais de saúde poderiam utilizar da categoria *objeção de consciência* de maneira integral, desde que isso fosse feito antes de assumir vínculos com ambulatorios e clínicas que prestem atendimentos que, de alguma maneira, não correspondam aos seus valores pessoais.

Atentamos que estamos diante de contextos sociais que fixam identidades. É isso que permite à masculinidade hegemônica assumir formas e expressões positivas. A protuberância das mamas faz com que um corpo seja culturalmente lido como feminino, o que emperraria qualquer diálogo com esse outro que nos interpela em cada uma dessas cenas de reconhecimento. Em Carlos, associado a outros elementos, as suas práticas e *arranjos* também se constituem pelo uso intencional de objetos como, por exemplo, as faixas que ajudam a disfarçar a existências dos seios, chamadas *binders*.

Ainda sobre as particularidades que envolvem o caso de Carlos, como o fato de ele ser “muito simpático”, faz-se necessário um recorte preciso de alguns elementos que passam a ser acionados como *arranjos* específicos que são compartilhados culturalmente para organizar o universo masculino a partir de relações hierárquicas.

Buscando dar sentido ao seu reconhecimento nesse universo, observo Carlos (de camisa e calça azul-marinho, de cabelos curtos) e contemplo os usos das “tecnologias de gênero” em ação, nos termos de Teresa de Lauretis (2019). Assim, observo os seus usos e práticas como parte dos seus investimentos na reiteração dessas estéticas sociais que assentam as performances de gênero. Os investimentos dos meus interlocutores trans masculinos em busca da composição de uma estética masculinizada encontram, nos referenciais postos, uma

experiência positiva para as suas ações, o que revela a importância dos usos e das práticas como formas de apropriação dessas tecnologias de gênero.

Carlos fez algumas referências à sua estética mais masculinizada associando ao fato dele “ser magro”. Segundo ele, isto ajudaria muito nesta composição mais masculina da sua performance de gênero. Em relação às mamas, Carlos declarou *não tenho muito o que esconder... (risos...) porque eu quase não tenho nada*.

Conversando um pouco mais sobre as suas experiências de *passar por* homem ou mulher, ele me disse: *sim para algumas...normal para algumas pessoas sim, eu consigo sim é porque eu não tenho peito né?* Mas, segundo ele, *depende, depende muito do lugar e das pessoas*. Observei, portanto, como a simpatia expressada por Carlos segue operacionalizando sua ampla rede de afetos e agindo como um elemento em *reuso*.

Seguindo o perfil de Carlos em uma rede social, o que me chamou a atenção em uma das fotos foi a legenda que descrevia a imagem. Na imagem, Carlos aparece de frente para um espelho apenas de cueca e com a faixa em volta das mamas.

Carlos escreveu logo abaixo da sua foto:

Eu tenho alguns traços, tenho esse jeito desinibido de ser então as pessoas é menino entendeu? risos...eu tenho um filho então, o meu filho eu já falei para ele sobre a minha transição já venho trabalhando com ele a respeito do assunto...é...o que eu penso assim em respeito a ele eu já falei para ele filhão eu jamais vou deixar de ser sua mãe e eu jamais vou deixar de ser pai porque eu sempre fui pãe eu sempre cuidei dele entendeu? Ele tem o pai dele e tudo a família dele é bem legal conhece a minha família no geral me conhecem então, é assim.

Carlos, já chegou a fazer um registro público, em uma das suas redes, das transformações que vem experimentando depois de quase nove meses do uso de hormônios. Em relação a usos e práticas desenvolvidas, destaco Paulo, outro interlocutor que, assim como Carlos, também se identificou como um homem trans. Paulo revelou durante a entrevista que *dei início a transição aos trinta e oito anos*. Segundo ele, *as mamas não causariam, assim, tanto desconforto*. O que para ele, em razão do *uso dos hormônios, elas já estariam um tanto “atrofiadas”*. Paulo aguarda ser chamado pelo Ambulatório Geral do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (HUMAP-UFMS) para fazer sua mastectomia.

Desde o nosso primeiro contato, ainda on-line, observei que, diferentemente de Carlos, Paulo acionava outros elementos que o ajudavam na composição performativa do masculino que ele interpretaria como mais próxima da realidade que aspirava a construir. Com uma

postura mais retraída, um jeito mais pensativo, Paulo teve dificuldades, não em revelar coisas sobre si ou sobre a sua transexualidade, mas percebi que as suas reservas se davam mais no campo de não perder de vista a sua performance mais máscula. Nesse sentido, não foi difícil observar as tecnologias de gênero operando em sua linguagem. Por exemplo, quando me falou da transição, revelou que *com a hormonioterapia, senti a pressão do tesão que vinha do nada, sabe? Eu nem estava pensando em nada de sexo quando, nossa! Vinha aquele tesão!*

Sempre fechando as suas interações com um sorriso tímido, Paulo procurava se arrumar na cadeira, jogando-se para trás, passando as mãos sobre seu cabelo liso e arrepiado pelo corte curto. Assim que os fios se assentavam em sua testa, tornava-se a se inclinar sobre a mesa, mantendo certa postura de comando. Paulo, assim como Carlos, trajava roupas e acessórios lidos culturalmente como masculinos. Perguntei a ele se, em algumas vezes, ele teve problemas e foi constrangido por *não passar por homem*. Paulo respondeu que *as vezes a voz me denuncia*.

Por vezes, as trajetórias de vida das pessoas trans são atravessadas por violências geradas em cenas de interação na vida cotidiana, que poderiam ser de reconhecimento e de identificação, pois o que se percebe é a repulsa a esses sujeitos. Observo tanto em Carlos como em Paulo que, ainda que ambos tenham experienciado a maternidade na primeira fase de suas vidas, seus corpos passaram por muitas mudanças. Eles ganharam contornos mais masculinizados. Observo que ambos se apropriaram, de maneiras muito singulares, de alguns elementos que marcam culturalmente as suas performatividades de gênero. Destaco seus comportamentos e gestos que os remetiam às performances masculinas.

Carlos me contou que, durante as visitas semanais que realiza às casas das pessoas, sempre acontece de alguém cometer a indelicadeza de chamá-lo pelo nome civil. *Segundo ele, as vezes me chamam pelo outro nome e logo pedem desculpa aí, eu falo de boa! Fica tranquilo! Relaxa, você pode me chamar do jeito que você quiser*. Carlos também argumentou que *é difícil para as pessoas que me conhecem desde sempre conseguirem assimilar essas mudanças*. Mas diz que *vai chegar uma hora em que eu vou ligar sim, tenho certeza!* Pergunto, então, quando ele acha que esse limite chegará e Carlos associa esse “tempo” ao uso de “hormônios”, o seu primeiro passo rumo às mudanças “mais radicais”.

Carlos ainda não fez a retificação de seu prenome. Ele justificou essa decisão dizendo ter medo *da transição não dar certo, medo de que a hormonioterapia não seja possível para mim porque eu já ouvi muita gente dizer que teve que parar porque se sentiu mal com o tratamento*. Associando essas preocupações com o fato de ele *ainda não estar totalmente caracterizado*, Carlos remeteu à sua aparência o fato de ele, ainda, por vezes, *não passar por*

homem para algumas pessoas, o que o levaria a não ser reconhecido ou referenciado no “masculino”, como gostaria na sua vida cotidiana.

Conversando com Carlos e Paulo sobre essa questão de *passar por* homem para algumas pessoas, ambos me interrogaram se, para mim, eles *passariam por* homens. Esse querer saber de mim se eles *passariam por* homem, em minha opinião, acionou a ideia de uma necessidade de reconhecimento que passa pela construção das suas performances masculinizadas, demonstrando que os *arranjos* estão constantemente em ação. Problematizando um pouco essa preocupação de *passar por* homem para mim, penso o quanto disso teria alguma relevância pelo fato de que sou uma mulher cis e hetero. Respondendo que “sim”, analiso o quanto da minha performatividade implicaria nessa nota de reconhecimento das suas performatividades.

Apondo para algumas implicações da minha heterocisnormatividade no campo e como ela se assenta sobre a ideia de *passar por*. Penso o quanto isso afetaria as minhas relações com as minhas interlocutoras e com os meus interlocutores. Em nossas interações, em espaços públicos ou privados, enfrentamos os mais rigorosos enquadramentos. É nesse sentido que podemos pensar nas implicações das suas ambiguidades corporais e de gênero, o que suscitaria algumas dúvidas quanto às suas identidades.

Vivendo em uma cidade em plena expansão, tanto territorial quanto demográfica, observo que isso não as/os isenta de certas especificidades. É, portanto, nesse sentido que acredito que essas especificidades sejam, em grande medida, reportadas às realidades de localidades mais interioranas.

Segundo Roberto Marques e Marcelo Perilo (2014, p. 3), “a ênfase na relação entre homossexualidade e ‘urbanidade’ tem relação com processos que tiveram forte impacto em grandes metrópoles – ao menos no Brasil”. Em seus estudos, eles sugerem a “urbanidade” como a melhor opção ou possibilidade para os trânsitos de sujeitos lidos como dissidentes. Para pensar em urbanidade, precisamos fazer algumas considerações sobre a mobilidade e a heterogeneidade dos sujeitos como caráter intrínseco e fenômeno moderno, ou seja, modos específicos pelos quais os sujeitos se relacionam e produzem esses espaços sociais.

A partir de Marques e Perilo, faço um recorte sobre alguns aspectos da espacialidade onde habitam as minhas interlocutoras e os meus interlocutores. Em consonância com estes estudos, acredito que há um imaginário dicotômico que constrói um sentido rural-urbano. Contudo, no caso dos meus interlocutores/as, observo que essa oposição seria menos opositiva, pois Campo Grande, ainda que seja uma capital, é constituída pela reprodução de valores que representariam, nas pesquisas investigadas por Marques e Perilo, uma vida cotidiana mais integrada a uma paisagem rural.

Pensando nessa ideia de paisagens rurais *versus* paisagens urbanas, observo que as experiências das pessoas trans entrevistadas interseccionariam elementos desses dois espaços sociais teoricamente delimitados. Nas palavras de Didier Eribon (2009, p. 31), “a cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais”. Eribon observou que a migração para os grandes centros daria uma maior possibilidade de as pessoas homossexuais se estabelecerem tanto afetivamente quanto socialmente. No caso dos meus entrevistados/as, ainda que as suas performances e narrativas estivessem associadas a uma ideia de modernidade como as percebidas apenas em uma paisagem urbana, proponho que as amálgamas das suas relações afetivas refletiriam melhor a ideia de que o que compõe as suas realidades seria uma paisagem rural, na qual valores éticos, morais e religiosos dariam uma ênfase maior às suas ideias de pertencimento e proximidades mais comuns em realidades sociais que compõem as paisagens rurais.

Sugerindo, portanto, que exista um jeito de ser trans na construção desse “espaço simbólico” que está ligado a uma noção de pertencimento que é forjada a partir das suas relações afetivas familiares, especulo que esse jeito de ser aconteça como parte dos seus *arranjos*, por meio do qual elas/eles buscavam se localizar, constantemente, em seus relatos nesse território familiar específico.

No caso de Carlos, os seus relatos quanto às suas relações afetivas com seu filho, com seu irmão, seus pais e amigos descreviam sentimentos de cumplicidade. Ele esclareceu que seus maiores conflitos se davam com sua mãe e me falou do quanto ela desaprova qualquer tipo de intervenção que envolvesse o uso de hormônios e as cirurgias de mastectomia e de redesignação sexual. Carlos desabafou, dizendo que *minha família é muito religiosa então, tudo o que eles pensam é com base na religião...tudo é pecado...proibido...você vai para o inferno*. Por esse relato, percebi que não haveria conflitos maiores por sua sexualidade, mas que as tensões envolveriam a sua recente decisão de fazer a transição. Carlos acredita que a maior dificuldade de sua família em *enxergar a vida de um outro jeito* seria causada pelo apego à religião.

Paulo, por sua vez, contou que o momento da transição também causou alguns conflitos em suas relações familiares. Ele disse que *com minha filha tem sido maravilhoso, a dificuldade é mesmo com os meus pais*. Paulo acredita que a dificuldade de seus pais em entenderem esse processo se deve ao fato de que *a cabeça deles não muda porque o mundo em que eles foram criados, as coisas não eram assim, as pessoas nasciam e morriam do mesmo jeito*. Para ele, o *medo* faz com que as pessoas *rejeitem essas mudanças*.

Observando como essas questões geracionais atravessam essas duas histórias de vida de maneiras muito singulares, acredito que o que marca as suas relações familiares seria a necessidade de manter essa proximidade, pois, mesmo com alguns conflitos, ambos seguem

suas vidas tendo a família como principal referência. Assim, mesmo com esses conflitos, eles continuam como membros ativos em todos os eventos familiares.

2.3. O processo de transição – movimentos e travessias dos sujeitos

Nos casos que observei, o processo de transição só teve início em um estado mais avançado de suas vidas. Assim, conflitos pessoais sentidos já nos primeiros momentos do curso da vida por muitas das pessoas entrevistadas, como os conflitos com identidade de gênero, nome e sexo devidamente registrados em todos os seus documentos, ganham outras proporções na vida adulta, momento em que elas/eles passam a ser atravessadas/os por tensões sociais que marcaram, de maneiras muito categóricas, as trajetórias de vida das pessoas travestis, trans femininas e trans masculinas que compõem a rede de interlocutoras/es dessa pesquisa.

Conforme pude observar pelos relatos das/os minhas/meus interlocutoras/es, as suas transições de sexo e de gênero constituíam-se num contínuo processo que tem um início, mas não um fim. Para Bento (2017, p. 91), “a construção da identidade de gênero é um processo de longa e ininterrupta duração”. Desse modo, o sujeito lido dissidente do sistema sexo/gênero encontraria brechas para refazer-se mediante as falhas discursivas que operam e contribuem para a reprodução desse *cistema*¹².

Tratando de contextualizar historicamente a condição patológica pela qual a pessoa transexual seria identificada, Bento (2017, p. 128) escreveu que, “no século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber sendo organizado em torno dessa experiência”. A organização desse saber demandou na elaboração de manuais e protocolos para os tratamentos transexualizadores que, ainda hoje, são utilizados pelos ambulatórios clínicos existentes no território brasileiro.

No Brasil, antecipando-se a uma importante decisão da OMS (Organização Mundial da Saúde), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou, em 29 de janeiro de 2018, a Resolução CFP nº 01/2018, com novas orientações para que psicólogas/os parem de tratar as travestilidades e as transexualidades no rol das patologias clínicas. Na reformulação do CID 11, o uso do termo “transtorno” foi abolido pela OMS, em 2018.

¹² A pré-discursividade, primeiramente, pode ser caracterizada como o entendimento sociocultural – historicamente normativo – de que seja possível definir sexos e gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de determinadas características corporais, independentemente de como sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que tais seres estejam localizados. O momento a partir do qual uma definição sobre as “materialidades sexuadas/generificadas” se torna pré-discursivamente factível é, nesse sentido, o momento em que se compreende (a partir de critérios normativos) que esses corpos trazem certos sinais discursivos que os possam definir inequivocamente como “macho” ou “fêmea” (VERGUEIRO, 2016, p. 257-258).

Nesse sentido, proponho pensarmos esse momento da vida das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, que passou a ser reconhecido pelo emprego da palavra *transição*, a fim de que possa ser substituído esse termo pelo uso da palavra *movimento*, para que as suas experiências não sejam equiparadas, ainda, sob a mesma égide das primeiras orientações que forjaram os manuais e os diagnósticos que tratavam como “transtorno” as suas experiências.

Paul B. Preciado (2020), sobre seu próprio processo, escreveu:

[...] não trago nenhuma notícia das margens. Trago notícias da travessia que não é nem o reino de deus nem a cloaca, muito pelo contrário. Não tenham medo, não se excitem, não vim aqui explicar nada de mórbido. Não vim dizer o que é um transexual, nem como mudar de sexo, nem o que há de bom ou de ruim numa transição” (PRECIADO, 2020, p. 30).

Acredito que o termo *transição* foi sendo apropriado pelo senso comum com base na descrição dos termos clínicos que apontavam para algumas possibilidades de intervenções terapêuticas e cirúrgicas para readequação dos sujeitos e de seus corpos abjetos. Olhando para a ressignificação de Preciado, pelo emprego da palavra *travessia*, para descrever o seu movimento nesse processo, há caminhos para a despatologização, também, dos nossos discursos.

Observando as expectativas dos sujeitos da pesquisa que entraram no fluxo desse *movimento*, aponto para os limites de pensarmos a transição apenas em termos técnicos, reproduzindo um discurso clínico. Portanto, para deslocar a ação do sujeito desse sentido clínico, é necessário estar atento à complexidade desse *movimento* mediante as suas próprias perspectivas.

Tratando filosoficamente desse *movimento* na sua vida, Preciado (2020, p. 32) relatou que “a travessia é o lugar da incerteza, da não evidência, do estranho. E isso não é uma fraqueza, é uma potência”. Assim, a partir das reflexões de Preciado quanto à sua *travessia*, proponho pensar esse momento da transição na vida de cada uma das entrevistadas e dos entrevistados como um *movimento* que transcende os ideais clínicos que fixavam identidades nos sujeitos.

Conforme ocorreram as transformações sociais e políticas das sociedades modernas, as relações dicotômicas entre normal/anormal foram sendo instituídas a partir da criação das patologias e forjam-se as regulações que foram transmitidas pelos manuais organizados em torno do dimorfismo corpo-sexo. Assim:

Pesquisadora - *Olhando para sua trajetória de vida, qual momento você julgaria como o mais importante? O que marca, na sua opinião, a sua transição?*

Monalisa (40 anos) *Ah!...Eu acho que foi o casamento, porque eu sempre sonhei! Sonhava sempre com aquilo de me casar. Quero ter filhos. Quero construir uma família. E foi bom! Isso que eu vivi então, eu só vivia pro meu lar para fazer as coisas que agradavam o meu marido.*

No momento em que dei início aos levantamentos, ao tratamento e à organização dos dados, logo observei o quanto o meu roteiro de pesquisa e a visão de mundo das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores em geral reiteravam essa norma. No campo, a minha primeira hipótese estava mais baseada em uma ideia mais fluida dessas categorias, bem como dos conceitos de gênero e de sexualidade que as acompanhavam. No entanto, durante as análises, percebi que os meus esforços analíticos deveriam ser empreendidos na direção contrária. Assim, investi na compreensão e na atuação de uma ideia menos fluida das suas identidades, o que revelou a instituição de usos e práticas dos *arranjos* e das *estratégias* como um modo peculiar de elas/eles lidarem com os seus conflitos pessoais e com as violências sociais inflamadas por políticas de gênero.

Nesse sentido, a resposta de Monalisa marcaria esse momento em que a nossa visão de mundo nos conduz pelos caminhos discursivos pré-estabelecidos para a cisgeneridade e para a heteronormatividade como fim último.

Pensar a heterocisnormatividade como único caminho possível para uma vida vivível normatiza todas as nossas relações negligenciando qualquer possibilidade de existência fora dessa *matriz de inteligibilidade*. No entanto, ao observar que elas/eles não estariam rejeitando esse *cistema* de reiteração performativa, mas estariam buscando se reestabelecer a partir dessa lógica de identidades generificadas, fez-se necessário inverter os paradigmas que foram estabelecidos para a realização desta pesquisa.

Assim, proponho pensar em *arranjos* e em *estratégias* como parte da utilização de alguns recursos materiais possíveis pelos quais elas/eles buscaram mediar a sua construção como sujeito a partir de paradigmas do sistema sexo/gênero.

Considerando as implicações performáticas das interações sociais e afetivas pelas quais se davam grande parte das suas lutas por reconhecimento e pela estabilidade das suas relações de gênero, destaco a relevância da identificação e da descrição dos usos e das práticas dos seus *arranjos* como parte das *estratégias* que contribuíram para a construção das suas identidades.

Observo momentos, por exemplo, em que a gargalhada, o silêncio ou a simpatia foram acionados como parte desses *arranjos*. Destacando alguns pontos da trajetória de Monalisa,

uma mulher trans, negra e cristã evangélica, observei que ela seguia sua vida baseando-se em valores morais e éticos do cristianismo. Para Monalisa, a ideia de gênero foi, durante muito tempo, completamente alheia a ela. Perguntada sobre os seus primeiros estranhamentos, recordou que:

com catorze anos de idade eu fui morara em um colégio interno só para meninos e foi quando descobri que eu realmente gostava de homens e foi quando eu me apaixonei por um menino, filho de pastor. Gostei dele e fui correspondida ele gostava de mim e a gente teve uma relação assim, como eu poderia te dizer? Formidável, formidável... Risos.

Em geral, questões como a da insatisfação como a própria identificação surgiram em diferentes momentos. Portanto, muitas questões, como as de gênero, geralmente, só se destacaram já na fase adulta das suas vidas e muitas delas na forma de especulações que partiam das pessoas que viviam em seu entorno.

Em um primeiro momento, as interlocutoras e os interlocutores não se identificavam como pessoas trans ou travesti, mas eram classificadas pelos outros como homossexuais. Assim, muitas das inquietações mais íntimas das minhas interlocutoras e de meus interlocutores vinham das sondagens que elas/eles faziam sobre si mesmas/os pela manifestação de seus desejos homoeróticos e seus anseios homoafetivos, tratando-se do interesse delas/deles por pessoas do mesmo sexo, fato que marca a primeira fase das suas vidas com muita intensidade.

Durante o trabalho de campo conheci diferentes histórias em que os conflitos com a própria sexualidade marcaram as primeiras identificações de que poderia haver *algo de errado* e ainda de muito *incerto* quanto a desejos e afetos. Monalisa vivenciou muitos conflitos com seus pais pela instabilidade dos desejos e afetos e narrou em detalhes como, quando e porque *precisei me afastar dos meus pais depois de me assumir como uma pessoa gay.*

Também, segundo ela, aquela não foi *uma escolha fácil, pois:*

naquele tempo eu já vi o que eu era. E quando completei dezoito 18 anos, voltei do colégio interno e vindo para casa resolvi falar para os meus pais. E essa foi a época mais difícil da minha vida porque meu pai é pastor e nessa época meu pai falou que não era para eu continuar desse jeito porque desse jeito ele não iria mais me aceitar em casa e ele me levou a um psicólogo. Me tratei com psicólogos até os meus vinte anos. Aí, falei: “não, é desse jeito mesmo que eu sou” desse jeitinho... Risos. Daí, meus pais me colocaram para fora de casa.

Relembrando esse tempo que passou em um colégio interno só para meninos, Monalisa concluiu que *eu ainda não sabia muito bem até então, como me identificar.* Identifiquei que

questionamentos como esses marcaram, de uma maneira muito semelhante, esse primeiro período da vida das/os interlocutoras/es. Na opinião de Monalisa, *demorou muito tempo* para que ela compreendesse melhor os deslocamentos necessários e as particularidades das questões de gênero e sexualidade na composição social da sua identidade.

Assim, é ainda na infância que transexuais masculinos e femininas enfrentariam as primeiras violências discursivas. Relatos como os de Monalisa não são incomuns entre as pessoas trans. Enquanto elas/eles cresciam, tiveram as suas memórias marcadas pela violência discursiva devido ao uso de adjetivos pejorativos, evidenciando a inconformidade social diante da dissidência das suas performances de gênero. Os sujeitos do sistema sexo/gênero, desde o nascimento, denunciam a relevância dos órgãos sexuais na divisão social das performances de gênero masculinos/femininos. Dados os discursos sobre as representações sociais de gênero com base nas suas genitálias, aqueles sujeitos com pênis foram chamados de bicha e viado e, no caso das pessoas com vagina, elas foram hostilizadas pelo uso de chamamentos como sapatão, mulher-macho, entre outros.

Fatos como esses foram se tornando mais evidentes por meio das suas memórias quando elas/eles deram início às primeiras mudanças corporais mais significativas, como anteriormente nos apresentou Juliana. Ela foi a única das interlocutoras trans que se autoidentificou como travesti nesta pesquisa. Juliana, contou que precisou buscar no trabalho sexual o seu sustento, porque, em vista do uso de anticoncepcionais, desenvolveu *seios de hormônios*, o que, em sua opinião, foi um impedimento para sua contratação no setor formal.

Mudanças como essas envolvem mudanças comportamentais. Assim, elas/eles passam a performar o gênero autoatribuído conforme os ideais normativos que atuam na representação do masculino e do feminino.

No Brasil, as pessoas transexuais têm direito a tratamentos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a portaria nº Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, as pessoas interessadas devem seguir certos protocolos estabelecidos para participarem do quadro de usuário¹³ para serem atendidos em algum dos ambulatórios habilitados. Nesses ambulatórios, elas/eles serão acompanhadas/os por uma equipe multidisciplinar pelo período de dois anos enquanto aguardam pelo laudo para que possam fazer a cirurgia de redesignação sexual, também seguem com o tratamento de hormonioterapia e passam por exames periódicos.

¹³ Parágrafo único. Compreende-se como usuário(a) com demanda para o Processo Transexualizador os transexuais e travestis (BRASIL, 2013).

Monalisa faz seu tratamento hormonal e, até o momento da pesquisa, ela aguardava receber o laudo (que só é emitido nos centros de referência nacional) de um psiquiatra de São Paulo ou do Rio de Janeiro para poder realizar um procedimento cirúrgico. Durante uma das conversas que tive com Monalisa, ela me contou um pouco de uma das principais mudanças em que já investiu tempo e dinheiro:

Eu acho que eu gastei mais em coisas como a depilação porque a quantidade de pelos me incomodava, mas quando você começa tomar os bloqueadores e faz a coisa certa, logo começa a ver os resultados, nossa, se eu tivesse tomado isso antes já teria solucionado esse problema... Risos... Mas infelizmente eu não sabia...

Monalisa, relata que investiu muito tempo e boa parte das suas economias em depilação a laser em sua busca por uma estética facial. Em sua opinião, isso contribuiria para ela ser *socialmente aceita* entre as pessoas classificadas como femininas. Ela narrou fragmentos da memória ao rememorar sua vivência como professora de crianças que tinham entre quatro e cinco anos. Fragmentos das suas memórias ajudaram a montar cenas como estas:

Acho que foi em setembro, eu estava me sentindo, assim, um pouco enjoada, acho que eu tinha comido alguma coisa que não me fez bem.... risos...durante a aula comentei com meus alunos. Quando eles me disseram: “professora acho que a senhora está grávida” gargalhadas...eu falei: Jesus Amado! Será? Será que isso seria possível, será que isso existe? Eu fiquei me perguntando, será que as crianças entendem? Será que elas entenderiam o que é a minha vida assim? Como eu sou? E o que eu pretendo passar para elas? Daí eu ficava pensando nisso, meu Deus do céu! Enquanto eles passavam a mão pela minha barriga... Risos...

Monalisa relutou consigo mesma diante da espontaneidade dos seus alunos. Algumas instabilidades se revelam na dinâmica das nossas relações que se fiam no sistema sexo/gênero e essa se torna questão imensurável e fonte de muitos conflitos, dadas as cenas de interpelações que sofremos para que sejamos reconhecidos como sujeitos. Monalisa se perguntava se as crianças compreenderiam a sua condição, ponderando o fato de ser uma mulher transexual.

Quando entramos em relação com o “outro” que nos constitui, acionamos elementos que estejam de acordo com os nossos aparatos sociais. Assim, para que uma cena de reconhecimento mútuo se realize, é necessário que nos identifiquemos mediante uma relação de reciprocidade com esse outro que nos interpela.

Nessas interpelações, tanto o sexo quanto o gênero, como construções culturais, seriam os limites para que o sujeito renuncie com as suas inscrições discursivas operacionalizadas pelo

sexo como signo estabilizador da norma que, desde o início, seria o normalizador das nossas relações de ser e de poder ser.

Preocupado com esses “desajustes” que incidem sobre as perspectivas sociais que passam pelo corpo para a construção do sujeito, Nery escreveu:

[...] com cara de um garotão imberbe de 18 anos, embora tivesse 22, era muitas vezes intimado a dizer a minha idade. Não adiantava muito engrossar a voz e manter um ar de homem sério. Acabava me traindo. Esses pequenos desajustes se tornavam insignificantes diante de possíveis situações que me deixavam em pânico, como imaginar um passageiro desconfiando da minha real condição. Não saberia como reagir se isso acontecesse. O que precisava evitar a qualquer custo é que a confusão terminasse na delegacia. Minha documentação era legal, e por isso mesmo, não tinha coragem de apresentá-la (NERY, 2019, p. 25).

A perspectiva de Nery, quanto à construção dessas cenas de reconhecimento, estava ordenada pelo seu temor de se expor a cenas vexatórias. Não foi incomum ouvir das pessoas com quem conversei, ao longo do meu trabalho de campo, algo sobre esse temor de serem expostas a vexames.

O medo de uma exposição vexatória ocupa grande parte dos investimentos das pessoas trans às suas performances. Muitas delas experimentam e amargam experiências de olhares e comentários indesejáveis quanto à sua aparência. Um dos constrangimentos e receios que cercam a vida das pessoas trans se daria pelo uso de banheiros públicos, bem como por serem chamadas pelos seus nomes civis especialmente em espaços públicos.

Nesse sentido, os seus *arranjos* e as suas *estratégias* seriam capazes, em alguma medida, de contribuir como modos de negociação com regimes e gestão das suas visibilidades. Esses regimes geram apagamentos e invisibilidades desses sujeitos e seus corpos abjetos e, assim, qualquer tentativa de um protagonismo social implicaria em um devir, ou seja, um vir a ser nos termos vigentes das normas do sistema sexo/gênero/desejo.

Os medos que as/os cercaram no desenrolar dessas cenas cotidianas não perpassam a vida cotidiana das pessoas cis. Portanto, falar, algumas vezes, poderia pôr em risco suas vidas. No caso de Monalisa, falar colocaria em risco o seu trabalho como professora ainda que, durante nossas conversas, ela tenha relatado manter *um excelente relacionamento com os pais*, mesmo que sem grandes proximidades.

Mas como mediar esse conflito que se instaurou apenas por ela sentir-se indisposta naquele dia? Como responder às interpelações das crianças? Assim, essa cena que tanto perturbou Monalisa também me afligiu e passei alguns dias a pensar nesse relato. Posso dizer

que senti bem mais que empatia ao mergulhar em suas memórias, porque fiquei aflita. Arrisco a dizer que me senti “afetada” nos termos de Jeanne Favrete-Saada (2005).

Reflexiva, dediquei-me a observar se poderia haver alguma verdade pré-estabelecida para o gênero que poderia estar, em alguma medida, implícita na tão famosa frase de Simone de Beauvoir (2016, p. 11) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Seria possível então que houvesse um destino único, próprio para ser percorrido pelo gênero? Um devir que esteja prontamente designado para que Monalisa, uma mulher trans e negra, viesse a ser reconhecida como efeito dessa mulheridade? Quais os efeitos dessa verdade que estagnam os estereótipos sexistas e a binariedade dos gêneros?

Questionei-me com mais intensidade sobre o que realmente aconteceria com Monalisa se ela interviesse nas suposições das crianças. Além disso, como ela lidaria não apenas com os pais, mas também com as outras pessoas com quem trabalhava na escola? Como reagiriam caso ela relatasse a si como uma mulher trans para os seus alunos? Quais seriam as consequências que Monalisa enfrentaria se ela relatasse a sua transexualidade aos seus alunos?

Fazendo alguns recortes mais específicos, observamos que os aparatos sociais que constituem o “eu” e o “nós” estão constantemente em plena atividade e agem como força reguladora da norma, sendo uma força que atua de forma contingente nesse processo de reconhecimento. Acredito que os relatos de Monalisa demonstram como os *arranjos* representam a apropriação e a ressignificação dos aparatos que socialmente compartilhamos e como eles foram acionados como possibilidade de realização dessas cenas de reconhecimento.

É por meio das interpelações dos sujeitos que reconhecem o sexo como norma estabilizadora das suas relações que esses aparatos sociais funcionam como garantia da simetria das suas relações.

Muito da concepção das suas experiências de gênero passaram pelo crivo do segredo e/ou pela condição de *passibilidade*. Assim, mesmo quando Monalisa *passou por* mulher, ela se sentiu desconfortável e também teve medo, demonstrando que haveria limites para agência. Conforme Butler:

[...] não há sujeito algum anterior às suas construções, nem se quer o sujeito está determinado por tais construções; é sempre o nexos, o não-espaco de colisão cultural, em que a demanda para ressignificar ou repetir os próprios termos que constituem o “nós” não pode ser sumariamente recusada, mas tampouco pode ser seguida com estrita obediência. É o espaco dessa ambivalência que abre a possibilidade de reformular os próprios termos pelos quais a subjetivações ocorre – e fracassa em ocorrer (BUTLER, 2019, p. 214).

Sugiro que o *arranjo* se deu pelo riso, o que indicaria a existência desse “nexo” que fora sugerido por Butler, como uma das possibilidades do sujeito de intervenção nesse processo da sua construção. Para Monalisa, isso tudo se tornou muito confuso, porque, ao mesmo tempo em que ela *passou por* mulher, sentiu a angústia por não se declarar trans. Vemos aqui, quem sabe, em ação, alguns processos de assujeitamento, previamente instituídos, dos quais nenhum sujeito escapa.

Nesse sentido, acredito que haja uma íntima ligação entre os usos e as práticas dos seus *arranjos* e das suas *estratégias* durante as suas buscas por reconhecimento com as especificidades do contexto cultural no qual se encontram. Nesse ponto, destaco o *boom* tecnológico que se deu, a partir dos anos de 1990, e que revolucionou os processos de comunicação. Logo, a troca de informação entre as pessoas alcançou uma velocidade sem precedentes na história.

Esse modo de conexão é inovador e se deu, em grande parte, pela ascensão da rede mundial de computadores. O avanço tecnológico permitiu um acesso mais facilitado a uma espantosa gama de informações que, até então, circulariam de uma forma mais limitada. Rompe-se, portanto, um número incalculável de bolhas sociais nas quais giravam informações privilegiadas no sentido de conhecer e poder investir em novas tecnologias que revelavam a plasticidade dos corpos. Esse acesso rápido e fácil a essas informações ajudou a promover certas rupturas epistemológicas. Assim, são avanços tecnológicos que nos levam a refletir sobre seus impactos na revolução de uma produção dos sujeitos e dos corpos.

O filósofo Paul B. Preciado destrinchou os graus de plasticidade que os corpos se submeteram nessa “revolução tecnológica” que não nos afetou apenas no campo da informação, mas que também inovou na produção material das nossas corporeidades, bem como transformou as nossas relações sexuais, afetivas e socioculturais.

Vejamos como se configurou esse processo que Preciado descreveu como “tecnocônciências”:

[...] as telas são a nova pele do mundo, penso comigo enquanto movo sua imagem com o dedo para fazê-la coincidir com a minha. São a pele de uma nova entidade coletiva radicalmente descentrada e em processo de subjetivação. Enquanto isso, os implantes eletrônicos acabarão transformando nossa pele em telas. Atravessamos uma transformação semelhante à que os habitantes do planeta viveram quando Gutenberg inventou a imprensa. Depois da reprodução mecânica da Bíblia, vieram a secularização do saber e a automatização da produção. Hoje, a velocidade da transformação tecnológica supera inclusive as previsões mais excêntricas da ficção científica. A cada ano, assistimos à obsolescência de aparatos e aplicações que nos pareciam eternos e ao nascimento de novos aparatos que incorporamos em apenas algumas

horas. Chegamos à desmaterialização absoluta e à automatização total (PRECIADO, 2019, p. 253).

O corpo como apêndice dessa maquinária estratégica torna-se um artifício, cada vez mais, globalizado. Ele parece não pertencer mais ao indivíduo, pois é totalmente absorvido por essa “nova era” que Preciado chamou de *farmacopornográfica*. Neste momento, destaco a importância de lembrar às leitoras e aos leitores que esta pesquisa segue os passos de uma perspectiva pós-estruturalista pela qual o sujeito nunca está pronto, mas em constante construção. Logo, os diferentes modos pelos quais nos tornamos sujeitos também estariam em constantes transformações.

Se é na dinâmica da vida social que os diversos processos de identificação estão em constante transformação, quais seriam as mudanças que alteraram significativamente as relações das pessoas com as quais eu travei interlocução? Quais seriam as especificidades daí advindas?

Argumento que as vivências de meus interlocutores e interlocutoras foram impactadas por essa “revolução tecnológica” de uma maneira ampla, como aconteceu em todos os seguimentos da vida social, mas também de maneiras específicas. Esse *boom* tecnológico ecoa de maneiras contundentes nos processos de interação, de ressignificação e de reconhecimento que atravessam as suas experiências trans. É neste sentido que acredito que esse maior acesso à informação revolucionou o processo do autoreconhecimento e pensar na autoidentificação dos sujeitos nos leva a outra importante questão que cerca a nossa formação: a fragmentação das identidades contemporâneas.

Isso implicaria em uma mudança no tempo, por exemplo, que as pessoas levariam para saber como se configuram as identidades e, a partir disso, compreender a existência de possibilidades materiais e imateriais para ressignificação dos seus corpos, do gênero e das identidades. Carlos, por exemplo, no momento da pesquisa, ainda aguardava os resultados dos seus exames para poder dar início ao tratamento hormonal. Somente aos 31 anos é que ele se apropriou de informações mais precisas que o levariam a compreender melhor as suas possibilidades de ressignificação da sua identidade:

Hoje estou tendo a coragem de fazer o que estou fazendo, mas tem gente aí que... porque hoje tem muitos jovens e adolescente que já estão começando a fazer a transição... Faz horas... E graças à Deus, que eles já estão fazendo. Porque eles têm outra cabeça e porque eles estão em outra dimensão bem diferentes de mim que viveu com medinho todo esse tempo com vontade, mas sem coragem porque a coragem não vinha não vinha, hoje eu já tenho essa coragem entendeu?

Carlos diz que seria preciso *ter coragem* para fazer a transição. Do seu relato, destaco a sua menção à coragem para iniciar o processo quando “jovens e adolescentes”, evitando o acarretamento de dores e frustrações mais íntimas. A narrativa de Carlos pode informar como um maior acesso à informação teria colaborado para os avanços que observamos nos processos de autoidentificação e, conseqüentemente, uma melhor interação do sujeito com essas possibilidades de resignificação.

Carlos também recordou de uma conversa com seu irmão:

eu nunca tive coragem de comentar com ninguém. A única vez que tive coragem de comentar com alguém foi com meu irmão. Ele foi o primeiro para quem eu disse que gostava de menina. E que eu achava que iria morrer e também iria para o inferno porque era o que eu ouvia. Então iria ser assim... Risos... Aí, ele me abraçou. Ele era pequeno, acho que ele tinha uns 10 anos de idade. Temos dois anos de diferença. Ele é mais novo do que eu. Aí ele me abraçou e disse: “que não” que eu, “não iria morrer” e que “ele me amava do jeito que eu era e ponto.” Assim, tudo na minha vida, ele é o primeiro a saber.

Carlos teve toda a sua formação em um contexto religioso. O discurso de “falta de coragem” para fazer o que tinha vontade, ele atribuiu à sua vivência em uma família evangélica. Ele relatou que “na minha história de vida, eu sempre me vi como menino, porém, por ser de uma família evangélica tradicional eu fui me deixando levar e conforme a vida, fui levando”. Com o tempo, Carlos encarou os conflitos com sua mãe e os seus próprios receios com a hormonioterapia e decidiu enfrentar as adversidades.

A religião da família apareceu como um dado importante que marcou as histórias de vida das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores. Em linhas mais gerais, elas/eles cresceram em lares predominante evangélicos. No entanto, observei que as suas relações estariam marcadas pela necessidade de proximidade e não ouvi de nenhuma das pessoas com quem travei interlocução nada relacionado a um desejo de sair da cidade ou de ir embora em razão de algum conflito familiar.

Acredito que o fato de elas/eles buscarem uma relação afetiva de continuidade e de estabilidade com os seus familiares contribuiu para que desejassem um corpo em conformidade com a sua identidade de gênero autopercebida. Assim, a necessidade da realização da reciprocidade desses afetos direcionou os investimentos em elementos que as/os ajudassem a uma melhor constituição das suas identidades.

Lynda comentou:

o grande problema, não seria um problema, mas o grande defeito de nós transexuais é que a gente tende a ser muito egoísta quando a gente começa a nossa transição. Então é assim, o que isso causa em mim, o que eu penso e sua mãe, e seu pai? Se são pessoas que não te apoiam, aí não tem problema nenhum, mas, no meu caso, que eu tinha o apoio da minha mãe, eu nunca perguntei para minha mãe. Esses dias que eu perguntei, mas eu nunca tinha perguntado para ela como ela se sentia diante da minha transição, se era doloroso para ela a minha transição. Então, fui egoísta porque eu pensei só em mim e, em todos os momentos, minha mãe esteve do meu lado e foi uma pessoa que me ajudou. Já o meu pai não aceita a minha transição, mas a minha família, meus irmãos, minha mãe meus sobrinhos. Eu tenho uma família fantástica, meu padrasto, são pessoas muito importantes para mim, são pessoas que aceitaram a minha transição.

Nesse trecho da entrevista, Lynda deu maior destaque à relevância da família no processo de transição. Aponto para essa relação de proximidade com a família como uma especificidade que marca o contexto das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores no sentido de que, mesmo em conflitos com alguns dos seus familiares, elas/eles investiram na sedimentação dessa rede de sociabilidade.

Lynda, Juliana e Monalisa se autoafirmaram como pessoas evangélicas, indicando talvez como a religião ainda permanece como um elo predominante associado à família, sendo um espaço simbólico que as religaria a outras dimensões da vida social. Nesse sentido, acredito que tanto a família quanto a religião sejam para elas símbolos de uma existência bem sucedida, ou seja, um avanço dessa reestruturação que se deu no campo dos afetos. Assim, mesmo em meio às reconfigurações das suas identidades, esses elementos seguem como referenciais que serviram como termômetro das suas capacidades de ressignificar, ou seja, dar um novo sentido ao corpo marcado pelo sexo. Observo que, na busca para conciliar corpos, desejos e afetos, exista uma constante negociação com esse signo fixador das nossas identidades sociais. Portanto, todas as dimensões sociais do sujeito implicam nesse processo de produção de vidas vivíveis.

CAPÍTULO 3 – DAS ASTÚCIAS DO FAZER-SE: NARRATIVAS DE SI DE PESSOAS TRANS EM CAMPO GRANDE

3.1. Não se nasce travesti ou transexual, faz-se

Neste capítulo, busco compreender, a partir das narrativas de minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, como as identidades estariam em constante formulação, inspirada por Berenice Bento, para quem “o trabalho de fabricação das identidades é permanente, tem um caráter inconcluso” (BENTO, 2017, p. 201). Também me inspiro em Oyèrónké Oyěwùmí, para quem o “gênero é antes de tudo uma construção sociocultural” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 87). Explícito, nas narrativas das travestis e das pessoas trans, sua agência no processo de constituição de si, no embate permanente com o corpo social hegemônico, e suas *estratégias* para a constituição de sujeitos heterocisnormativos. Esses corpos são constituídos, então, a partir da interpelação entre suas experiências corporais e subjetivas e as normas instituídas pela sociedade por meio da seletividade das tradições – inclusive corpóreas.

Proponho pensarmos o deslocamento e os encaixes realizados por travestis e pessoas trans na constituição de suas trajetórias de vida, a partir daquilo que pude apreender no campo, na observação de suas práticas cotidianas, tanto daquelas específicas da constituição dos gêneros quanto das que se referem aos seus trânsitos no corpo social, o que inclui a família, o trabalho, o espaço urbano, as possibilidades de sociabilidade e lazer, etc. Demandas e encaixes, no caso específico das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, não devem ser confundidos com as imposições estratégicas desse sistema de significação que molda e costura no sujeito uma identidade heterocisnormativa por forças reguladoras expressas em instituições, práticas, discursos e tradições.

As narrativas das seis pessoas entrevistadas carregam propriedades específicas, conforme as subjetividades das suas experiências. Portanto, as análises também se deram observando as singularidades de cada caso. Neste ponto, retomo a apresentação que já fiz das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores no Capítulo I. Essas informações sucintas ajudam as minhas leitoras e os meus leitores a situarem as narrativas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores conforme as informações prestadas por esse grupo de pessoas com o qual estive em interlocução.

Autodeclarada mulher transexual, com 47 anos, Kátia narrou as suas lembranças de como se desenhou a cena trans que hoje observamos em Campo Grande, em meio às

invisibilidades, às violências e também às lutas e às conquistas regionais que marcam as histórias de vida de pessoas trans nesse contexto. Ao me receber em sua casa, pude não somente ouvir como também observar mais atentamente a sua ligação com a família. Ela contou em detalhes como dividia com as suas irmãs os cuidados com a mãe adoentada. Sempre muito solícita em suas narrativas, demonstrou muita generosidade ao relatar não apenas fatos que marcaram a sua própria história, mas também histórias coletivas que nos ajudariam a identificar os diferenciais que marcam o contexto social e político que compõe a cena trans campo-grandense.

Seguindo sugestões de Kátia e Mariana, cheguei a Juliana. Entre as pessoas que participaram da pesquisa, apenas Juliana se autoidentificou como travesti. De maneira muito peculiar, sua fala evidenciou a sua posição crítica e seu engajamento político no ativismo LGBTQIA+. Autodeclarada negra, com 40 anos, ela se classificou como vitoriosa em sua trajetória de vida na cidade. Ao relembrar a sua infância no interior da Paraíba, fez menção ao seu local de nascimento, demarcando, dessa maneira, o seu jeito forte e impactante de ser em meio a adversidades que enfrentou desde seus 14 anos, já em Campo Grande, onde teve seu primeiro contato com as travestis mais velhas, que lhe serviram de inspiração. Também narrou fatos que marcam a sua ligação com sua mãe e com seus irmãos e com o movimento ativista nacional e regional, tendo em vista que ela mesma compõe a construção social dessa cena trans na cidade.

Lynda demonstrou, desde o nosso primeiro contato, estar interessada no trabalho que lhe propus de resgatar, das suas memórias, fatos e momentos que constituíram a sua trajetória. Autodeclarada mulher transexual e negra, foi com muita dedicação que ela revirou os seus guardados. Analisou alguns dos momentos que a marcaram, demonstrando-se empática em seus compartilhamentos. Como a mais jovem entre as trans femininas contatadas, Lynda, aos trinta anos, conversou sobre temas caros a ela: trabalho sexual e aplicação de silicone líquido. Relatou também momentos emocionantes envolvendo a sua mãe.

Monalisa narrou fatos que marcam as singularidades da sua história de vida, porquanto marcaram sua infância, juventude e vida adulta, demonstrando o seu protagonismo em diferentes fases que as constituem como mulher trans, negra e evangélica. Sua fala também demarcou a sua relação afetiva com a família como um lugar significativo para olharmos os acontecimentos que cercaram a sua trajetória de vida. A igreja parece ser algo importante para ela. Além de esse ser um espaço de sociabilidade e visibilidade que a ajudou a renovar os seus laços afetivos com seus pais, seria um lugar onde ela poderia viver plenamente a sua experiência como mulher trans e sua feminilidade. Monalisa contou que foi convidada pelo pastor para

participar do coral da igreja, que é majoritariamente composto por mulheres. Diante do convite do pastor, contou que teve medo de *não ser bem recebida pelas irmãs*. Contou a alegria que sentiu pela maneira como foi recebida por esse grupo de mulheres.

Paulo e Carlos também contaram suas experiências entre alegrias e tristezas, realizações e frustrações. Ambos me introduziram no universo trans masculino que vem ganhando maior visibilidade em Campo Grande nos últimos anos. Conforme já pontuei no capítulo anterior, acredito que essa urgência trans masculina deve-se principalmente ao avanço do debate sobre visibilidade trans. Um tema atual que tem percorrido não apenas os meios de comunicação mais tradicionais, como as novelas *globais*, mas também seguem sendo problematizados pelos próprios ativistas trans masculinos em suas redes sociais.

Um bom exemplo seria a história de Teresa, hoje Tarso Brant, retratada em uma dessas novelas globais, bem como divulgada pelo próprio Tarso em suas redes sociais, em que ele faz uma espécie de diário cinematográfico da sua travessia de gênero. Segundo Jesus (2018, p. 7), “mudanças definem a História da Humanidade, mas o que vemos hoje é uma aceleração do processo, com a desfragmentação de fronteiras culturais, decorrente do aprimoramento tecnológico dos meios de comunicação”.

Assim, os meus interlocutores trans masculinos narraram fatos e acontecimentos que marcaram as suas histórias de vida antes e depois de darem início às suas travessias de gênero. Tanto Paulo quanto Carlos mostraram que não há uma linearidade em seus desejos e transformação, mas que, em diferentes momentos da vida, eles sentiram a necessidade de realizar algumas mudanças e como, em determinados momentos, essas mudanças se tornaram mais ou menos importantes. Portanto, foram as suas memórias que desenharam os caminhos que deram corpo às análises que percorrem o desenvolvimento desta pesquisa.

Tendo em vista como certos fatos foram sendo apontados pelos interlocutores, identificou-se como o desejo se torna um importante caminho para compreendermos mais sobre as suas buscas por alguma transformação. Assim, é o desejo que move, levando a certo grau de compreensão dos seus usos e práticas como modos de ressignificarem as suas trajetórias de sexo e de gênero. Dessa maneira, seus *arranjos* e suas *estratégias* ganharam destaque a partir da sua inferência em suas escolhas estéticas, afetivas e comportamentais na constituição performativa das suas representações de feminilidades e masculinidades.

Assim, percorrendo alguns desses caminhos apontados por suas memórias, observou-se como operaria o poder, que, em termos foucaultianos, é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2017, p. 101). Esse poder circula estrategicamente pelas estruturas, buscando capturar os corpos para lhes impingir uma

docilidade propícia à disciplina e, quem sabe, ao controle, como sugeriu Foucault (2017). O que se vê, desse modo, é uma força regulatória, mas os corpos resistem aos dispositivos de poder, construindo rotas de fuga, possibilitando outras experiências.

Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade desenvolvido por Foucault (2017) ganhou particular destaque neste trabalho sobre experiências de sexo e de gênero de seis pessoas que estão em constante negociação com os sistemas simbólicos que nos atravessam enquanto somos constituídos como sujeitos em um determinado local social. Conforme Foucault:

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2017, p. 115).

Dessa maneira, o dispositivo da sexualidade tornou-se imprescindível para a realização das análises das memórias de tempos, lugares e sujeitos constitutivos das suas trajetórias trans. A existência dessa forma de agir implica em sermos reconhecidos nos mais variados sistemas simbólicos que sustentam as estruturas pelas quais todos nós percorremos em algum momento da vida.

Os operadores das redes hegemônicas de poder buscam desqualificar esses sujeitos desejanter que escapam, pois há fissuras na norma. Reconhecendo que há limites, proponho que as demandas e os encaixes dos meus interlocutores e das minhas interlocutoras estejam diretamente associados aos seus desejos. Sigo observando como o desejo atua como essa força que rompe os limites, mesmo que parcialmente, e possibilita processos de resignificação.

Segundo Georg Simmel, “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (SIMMEL, 1967, p. 10). Considerarei, assim, que elas construíram as suas identidades trans em face de uma cidade em plena expansão, mas em um contexto ainda fortemente marcado por contornos regionais específicos, que ainda remetem à ideia de uma identidade fixa. Ainda conforme Simmel, “o homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente” (SIMMEL, 1967, p. 20), demonstrando como as interações globais contribuem também para a formação dessas especificidades.

Dessa maneira, o contexto também se tornou um referencial para esta pesquisa, pois, a partir das suas peculiaridades, pode-se analisar como esses sujeitos produziram as suas identidades mediadas pelos espaços sociais e afetivos por onde circulavam, constituindo-se certa “soma desses efeitos”. Para José Guilherme Cantor Magnani, seria preciso, antes de tudo:

identificar os movimentos, os fluxos e as diferentes formas de apropriação, no universo de significado dos atores é o primeiro passo para se chegar a padrões mais gerais, responsáveis pela compreensão dos comportamentos articulados a outras instâncias e domínios da vida social, mais amplos (MAGNANI, 1996, p. 17).

Assim, nessa busca de identificar as peculiaridades do contexto que estariam envolvidas na formação sociocultural das/os interlocutoras/es, foi necessário observar mais atentamente o fluxo das suas ações que caracterizam os seus comportamentos, suas perspectivas únicas sobre as suas relações afetivas e sociais, sobre a escolha do trabalho e do lazer, como *estratégias* de fazer-se em meio a um contexto cultural orientado por olhares ainda muito conservadores.

Nesse sentido, buscou-se a compreensão de suas respostas, partindo-se do princípio de que estar diante de *Outro*, no sentido beauvoriano, efetiva-se em uma denúncia que implica diretamente em reconhecermos esse *Outro* nos seus termos, demarcando que há limites estabelecidos pelas diferenças que nos distanciam e nos aproximam nesse processo de conhecermos e de nos tornarmos conhecido desse *Outro* que nos interpela.

Considerarei imprescindível, ao tratar das experiências de pessoas travestis e trans, incorporar as teorias críticas produzidas pelas pensadoras transfeministas brasileiras. A partir dessa apropriação, buscarei analisar os paradigmas hegemônicos que, noutro e nesse tempo, têm sustentado as identidades modelares heterocisgêneras. Assim, o transfeminismo surgiu, a partir da internet, das interações entre as ativistas trans que estão atuando em diferentes frentes já como uma corrente teórica e política ligada ao feminismo. Conforme nos informa Jaqueline Gomes de Jesus:

a internet tem sido o campo principal dos debates transfeministas, realizados não apenas em espaços virtuais frequentados por pessoas transgênero e criados para elas (pode-se citar a comunidade Transfeminismo, no Facebook, e o blog Transfeminismo), mas também em outros de maior abrangência populacional que incluíram discussões intensas e consistentes sobre feminismo e Transgeneridade, mas também sobre transfeminismo, tais como o blog Blogueiras Feministas e, mais recentemente, o Blogueiras Negras (JESUS, 2013, p. 4).

Observa-se, portanto, que, com o advento da internet, uma multiplicidade de sujeitos tem aderido ao engajamento social, pois tem encontrado, em redes sociais, blogs, entre outros, um campo oportuno para denunciar e problematizar situações que esses sujeitos compartilham em suas realidades. Também, conforme Jesus, “os meios midiáticos, como processos comunicacionais baseados em práticas e discursos sociais, produzem subjetividades fundamentadas na difusão de signos de toda espécie, gerando comportamentos e fortalecendo ou enfraquecendo ideologias” (JESUS, 2018, p. 10).

Aproximei-me, assim, dos mais variados debates gestados por pensadoras transfeministas que estão reconfigurando os espaços de luta, de sociabilização e os campos teóricos que já produziram diversas formas de apagamentos epistemológicos e discursivos. Tomei o transfeminismo como uma das ferramentas teóricas mais importantes para se pensar nessas rupturas, tendo em vista que a organização desse movimento, pelas intelectuais e ativistas transexuais e travestis, surgiu em resposta aos ataques transfóbicos e sexistas sofridos por elas/eles nas universidades, nas redes sociais e nas instituições públicas e privadas.

Portanto, com base nas suas ferramentas teóricas, gostaria de retomar uma importante consideração que fiz no primeiro capítulo acerca do uso do termo *trans*. A retomada dessa discussão se justifica pelo lançamento da obra *Transfeminismo* (2021), publicada no ano em que esta pesquisa foi concluída. O livro é de autoria da professora Letícia Carolina Pereira do Nascimento, ativista trans que tem alcançado grande visibilidade em eventos on-line, no contexto de pandemia que enfrentamos.

Nascimento autoidentifica-se como travesti, negra e gorda e apresenta a sua crítica ao modo como algumas feministas ainda pensam a categoria mulher, não incluindo as experiências de mulheridades e de feminilidades das trans femininas em suas lutas. Ao mesmo tempo em que nos apresenta a sua própria história, segue incluindo as histórias dos movimentos trans no Brasil e das ativistas transfeministas, levantando, pelas ferramentas teóricas do transfeminismo e do feminismo negro, diversos contrapontos a essa oposição suscitada principalmente pelas feministas radicais.

Ao propor o uso do termo trans para designar as experiências das pessoas entrevistadas, expus minha preocupação em insistir no mau uso desse termo, incorrendo nos mesmos erros já cometidos por outros pesquisadores/as cis que não se atentaram para a multiplicidade dessas experiências. Ainda que apontando para os limites do seu uso, informei por que optei em seguir com o mesmo para me referir à pluralidade dos sujeitos com quem dialogo mediante as suas autodeterminações, considerando que esse é um termo guarda-chuva já utilizado por grande parte dos pesquisadores/as cis e trans.

Partindo do princípio da autodeterminação, pensar em um termo guarda-chuva que abarque as infinitas possibilidades do sujeito se autoidentificar se torna problemático. Tendo em vista os limites epistêmicos do termo *trans*, reconheço o perigo que incorremos em buscar exemplificar uma gama de experiências possíveis em um único termo.

Podemos ampliar esse debate pela importância de compreendermos as considerações necessárias que precisamos ter sempre em mente ao nos referirmos às vivências que não nos atravessam. Nesse sentido, vejamos o que nos diz a esse respeito a transfeminista Letícia Nascimento:

[...] não há como instituir um único conceito sobre travestigeneridade, transexualidade, não binaridade, mulheridade travesti, feminilidade travesti; e por aí vão as diferenças que constituem nossas performances *trans**. É por isso que a ideia de reunir uma série de identidades e performances a partir de um único termo, “*trans**”, é extremamente problemático (NASCIMENTO, 2021, p. 107).

Procurei, assim, ao longo do desenvolvimento e da apresentação desta pesquisa, destacar a importância de realizar uma análise que reconheça e favoreça o *lugar de fala* daquelas e daqueles que podem nos ensinar sobre suas experiências, apontando para usos, por exemplo, problemáticos e genéricos do termo *trans*. Coacci afirma que, “nos últimos anos, houve uma mudança no campo *trans* nas categorias utilizadas para se pensar e falar sobre as pessoas *trans*, bem como no paradigma de produção de conhecimento sobre pessoas *trans*” (2018, p. 242). Também, conforme Coacci, “por meio da produção de conhecimento inicialmente em blog conseguiram progressivamente conquistar visibilidade nacional e institucionalizar seu conhecimento nas universidades, mesmo que de forma ainda bastante precária” (COACCI, 2018, p. 243).

3.2. Demandas: entre desejos e expectativas

Na abertura de seu primeiro romance, *Em nome do desejo* (2011), João Silvério Trevisan afirma que o desejo seria um esforço de perseverar o ser. O desejo é, assim, o motor das ações humanas em seu sentido mais profundo. É o desejo, portanto, que torna possível as pessoas se redesenharem e se formularem da maneira mais próxima ao que imaginam de si e para si e que faz com que elas recusem as forças cerceadoras, opressoras e violentas e estabeleçam outros corpos, outras experiências.

Para tratar de maneira mais precisa sobre os seus desejos e sobre as suas expectativas, agrupei as memórias das/os interlocutoras/es conforme as temáticas que envolvem a construção das suas identidades foram surgindo em suas narrativas, com base nos temas suscitados por elas/eles, como: o fazer-se trans/travesti; o contexto social; as experiências familiares; a sociabilidade; os modos de acessar as estruturas de Estado; e os relacionamentos afetivo-sexuais.

3.2.1. Fazer-se trans/travesti

Juliana, no que diz respeito à sua identidade de gênero, assim contou:

Eu me identifico com o gênero feminino. Agora, quanto à questão de nomenclatura se é travesti se é trans para mim isso pouco interessa porque eu acredito que... Assim, algumas pessoas se incomodam acham que existe uma prima rica da travesti que é a trans ou acha que o termo travesti é pesado, mas, desde que eu me entendo sempre me entendi como pessoa travesti e toda luta e todos os ganhos sociais que hoje nós temos ainda, que umas considerem poucos os avanços se deram através da luta da morte e do sangue do nome travesti. Então, a palavra travesti ela pode ter todos os estigmas do mundo mas também tem um poder imenso que é transformador inclusive da quebra de estigmas de paradigmas de preconceitos de violências de uma série de coisas que eu acho assim, para mim eu acho uma palavra forte que tem que ser preservada que tem que ser sempre reverenciada como... não como... é... algo ruim, mas como algo de superação de luta mesmo ou seja, de quebrar paradigmas, de quebrar os rótulos e fazer as pessoas se despirem dos seus preconceitos porque é muito bonitinho eu falar eu sou trans ah... eu sou uma mulher trans tipo assim... entendeu? Mas quem de fato na hora em que o cara vai matar na hora que vai roubar na hora em que acontece alguma coisa até mesmo nas matérias dos jornais ele não vai dizer que matou uma trans que matou uma mulher trans... né? ou mesmo se entrar num atrito com um cliente e acontecer alguma coisa porque infelizmente a maioria vive da prostituição ah... a trans roubou, matou é sempre a travesti que leva a paulada o termo travesti então a palavra né... eu diria que tem mão dupla ao mesmo tempo que é estigmatizada por outro lado é forte na luta uma palavra de superação então, é isso.

Nesse trecho, Juliana tocou em um dos temas mais importantes já apontados pelas próprias pessoas trans: os discursos que marcam a transexualidade, a transgeneridade e a travestilidade, a partir da cisgeneridade como uma categoria que delimita as categorias homem e mulher de verdade, conforme os padrões hegemônicos eurocêtricos. Conforme Nascimento, devemos ter em mente os privilégios que marcam aqueles que são considerados cisgêneros, pois “sua urgência é necessária como alternativa de definição dos corpos não trans* sem recorrência à suposta matriz original da qual todas nós seríamos desdobramentos subalternos” (NASCIMENTO, 2021, p. 93). Destaca-se, assim, que, como pessoas cisgêneras, devemos estar

sempre atentas ao princípio da autoidentificação ao pensarmos em fazer qualquer referência acerca das experiências de pessoas trans/femininas trans/masculinas e/ou travestis.

Assim, considerando, os deslocamentos provocados pelo sujeito entre os processos de subjetivação e os processos de reconhecimento das subjetividades, o *desejo* tornou-se uma das principais fontes promotoras da capacidade de ação do sujeito. Portanto, ao atentarmos para as suas identificações conforme as suas narrativas, passamos a compreender como o desejo seria essa ferramenta que contribuiu para que elas/eles pudessem ressignificar as suas identidades, haja vista a alteridade das descontinuidades constituídas a partir das suas experiências polissêmicas.

As violências discursivas físicas e simbólicas estão entre as mais variadas violações dos direitos civis que apareceram entre os fatos mais importantes que marcam as memórias das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores. Entre essas violências e constrangimentos, destaca-se a lamentável experiência da travesti Lanna Hellen¹⁴, impedida de usar o banheiro feminino pelo segurança de um shopping de Maceió em janeiro de 2020. Nesse sentido, as *estratégias* dariam indícios de que esses investimentos, em alguma medida, permitiram que elas/eles se antecipassem a essas expectativas culturais.

Sobre alguns tensionamentos que as pessoas trans “sentem na pele”, a travesti Amara Moira declarou que:

[...] na maioria das interações sociais não haverá tempo hábil para você dizer o que é, seu corpo tendo que se fazer capaz de transmitir a mensagem da forma mais inequívoca possível: isso não quer dizer, de forma alguma, que nós efetivamente nos sujeitamos ou devemos nos sujeitar aos estereótipos cis, imitá-los à perfeição, para poder exigir que nos respeitem, que nos deixem em paz, mas sim que existe todo um investimento na construção desse corpo, corpo que também é identidade, para diminuir o desgaste de ter que negociar, com quem interage com você, o que você é ou deixa de ser (MOIRA, 2017, p. 368).

Para além das convenções mais amplas, pelas quais todos nós nos tornamos sujeitos legítimos, as pessoas trans necessitariam, devido às implicações das suas performatividades de gênero não hegemônicas nessas cenas de interpelação, recorrer às técnicas das intervenções hormonais e/ou cirúrgicas. Também, para agradar ao sistema jurídico hegemônico, que produz leis patriarcais que regulam a transmissão dos nomes, surgem as suas necessidades de mudanças de prenome e de identidade de gênero nos seus documentos oficiais. Isso se faz necessário para que partilhem, em alguma medida, de certos privilégios que giram apenas em torno daqueles e

¹⁴ Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/seguranca-que-impediu-travesti-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-e-condenado-pela-justica-de-maceio>>. Acesso em: 11 julho de 2021.

daquelas que aderem a esse sistema, inculcando como natural a hegemonia da heterocisnormatividade.

Reconhecendo as minhas interlocutoras e os meus interlocutores como sujeitos plurais, analiso seus investimentos estéticos como parte da busca em performar o gênero autoatribuído conforme os seus desejos mais particulares. A seguir, Juliana conta um pouco mais dos seus investimentos, compartilhando fatos que a marcaram:

eu só tomei hormônio. Nunca fiz plástica no rosto fiz, algumas vezes peeling facial com diamante e ácido porque eu tive muitas espinhas nossa! sofri assim, o pão que o diabo amassou me chamavam de choquito, cara de jaca e tudo mais. Eu nunca tive Gogó. Nunca achei meu nariz feio e sempre achei a minha boca bonita, mas eu quero fazer a feminilização porque assim, eu não tenho uma feição masculina mas querendo ou não isso aqui da gente (passando a mão pelas laterais do rosto) é mais alto do que das mulheres então, eu quero raspar tipo harmonizar e depois... É como o cirurgião que colocou a minha prótese para você entender, os procedimentos que eu tenho são esses, peelings é o silicone injetável que eu coloquei na bunda e não aconselho para ninguém porque hoje eu ando cheia de saco de milho, caroços que a gente chama de drongo que incomodam para caramba minhas pernas estão toda estourada eu lembro que estava lá pulando dançando daqui, a pouco um rapaz me olhou e disse, “moça tem um troço descendo nas suas pernas tá molhando” quando eu olhei era o silicone uh...! E para eu chegar até...sorte que aquela farmácia São Bento que tinha na Sete funcionava até umas 10:30 na época onde ficavam as travestis eu fui lá comprei um Super Bonder arrumei um pedaço de alguma coisa para colar porque era assim que a gente fazia quando acontecia isso.

As travestis são figuras, ao mesmo tempo, desconcertantes e emblemáticas. Com base nas ambiguidades e no paradoxo da identidade travesti, Jorge Leite Jr. escreveu que “essas pessoas evocam também um dos principais e mais antigos *freaks* (ou maravilhas) de nossa cultura: o hermafrodita com seu chamado erótico para ‘o melhor dos dois mundos’” (LEITE JR. 2011, p. 23). Para Megg Rayara Gomes de Oliveira, grande parte das pesquisas sobre travestis e transexuais teriam como “via de regra as situações de transfobia e não as *estratégias* de enfrentamento são destacadas” (OLIVEIRA, 2020, p. 153). Nesse sentido, preocupada em não mais insistir em reproduzir uma análise reducionista sobre as experiências trans, proponho pensar nas *estratégias* como capacidades delas/deles organizarem a sua existência não apenas a partir de um único aspecto, ou seja, por uma “cultura travesti baseada na atração, no *sex appeal*”, como escreveu Kulick acerca das experiências das travestis de Salvador. Segundo o pesquisador:

[...] talvez as travestis não dediquem muito tempo à tentativa de construir relações duradouras entre si porque a cultura travesti é, em larga medida, uma cultura individualista e jovem, produzir por indivíduos que são jovens ou desejam permanecer jovens. Uma cultura constituída, posta em prática e perpetuada por indivíduo cuja maior preocupação não é a vida social, mas com a aparência. Uma cultura na qual a beleza feérica importa mais do que uma esplêndida habilidade social; na qual o número, clientes e conquistas sexuais na forma de “vícios” é muito mais valorizado que o número de amigos. Uma cultura baseada na atração, no sex appeal e todas essas qualidades são conquistas prática: produto de um esforço consciente e de intensa manipulação física, que muitas vezes tem início na tenra juventude e permanecem durante toda a vida de uma travesti (KULICK, 2008, p. 61).

Com base no compartilhamento com o seu objeto de desejo, ou seja, com a estética e com os contornos do corpo feminino, deu-se a construção tática das suas experiências de feminilidades e de mulheridades da travesti. Considerando a importância de fazer um contraponto com base na descrição de Kulick acerca das experiências das travestis lá na década de 1990, as autodefinições das experiências das minhas interlocutoras trans femininas, trans masculinas e travestis - apresentadas ao longo dos capítulos - destacariam as suas *estratégias*, a partir das diferentes maneiras que elas/eles agregaram alguns desses elementos culturais que compõem o universo simbólico do feminino.

No trecho da conversa com Juliana, apresentado anteriormente, ela revela o seu incômodo com os efeitos do silicone líquido aplicado na *bunda*, o que me levou a pensar nesse como um dos saberes produzidos e partilhados pelo grupo, conhecimento imbuído do seu desejo mais particular de provocar mudança no corpo. Esse é um procedimento estético amplamente discutido por diversas/os autoras/es que já se dedicaram, por diferentes panoramas, à investigação das experiências das travestis em diferentes contextos.

Em muitas dessas investigações, aparece a *bombadeira*, que, conforme Pelúcio (2007, p. 53), “faz o corpo de outras travestis injetando silicone líquido, a fim de moldar formas mais arredondadas”, aparecendo como figura central na constituição desses saberes. Dela depende a realização dos desejos de mudanças que marcam essa ruptura entre as suas expectativas versus as realidades materiais dos seus corpos, porque é ela que sabe onde e qual silicone aplicar.

Buscando fixar melhor essa discussão acerca das técnicas corporais, Tiago Duque, a partir de pesquisa com travestis adolescentes em Campinas, comenta:

na sociabilidade do mercado do sexo, muitos encontram reconhecimento e aprendem com seus pares as técnicas corporais para construírem sua desejada estética particular. No caso das travestis, o processo inicia com o consumo de hormônios femininos indicados pelas mais experientes. Porém, para conseguir as mudanças corporais necessárias, os hormônios são insuficientes, então, a

aplicação do silicone líquido, de uso industrial, em diferentes partes do corpo é praticada e legitimada por grande parte desse grupo (DUQUE, 2011, p. 53).

As *bombadeiras*, uma vez de posse desse conhecimento, tornaram-se as arquitetas dessas transformações corporais. As travestis femininas e as mulheres travestis¹⁵ esculpem seus corpos, denunciando, assim, a plasticidade do gênero pelas próprias práticas que as constituem. Conforme Nascimento:

entre os riscos e desejos, a população transgênera possui uma relação constante com essas personagens. Inclusive, o caráter proibitivo e marginal do uso do silicone demarca o lugar periférico da produção das corporalidades transgêneras dentro do regime farmacopornográfico, usando de táticas de resistência para fazer fissuras (NASCIMENTO, 2021, p. 137).

A história de vida das mulheres trans é atravessada por saberes não institucionalizados que podem contribuir para as fissuras que nos ajudam a tensionar a ideia de uma identidade fixa. Assim, compreendemos como elas/eles articulam seus desejos, por meio dessa técnica que, há décadas, tem propiciado as transformações corporais que almejam.

Observei que o desejo das minhas interlocutoras trans femininas ainda segue sendo tensionado pelos riscos de viver em um corpo retocado, mas acredito que, a partir das suas experiências, alguns desses retoques estariam sendo amplamente tensionados pelos debates que estão circulando acerca dos riscos latentes da realização desse sonho de habitar um corpo feminino. Kátia, Juliana, Monalisa e Lynda contaram que começaram a tomar hormônios femininos conforme a indicação das trans mais experientes.

Nesse sentido, retocar ou não os seus corpos tem movimentado os debates que giram em torno dos processos e dos princípios da autoidentificação do sujeito. Essa lógica simbólica que cercaria esse princípio reivindicado pelas pessoas trans não passa pela experiência cisgênera. Portanto, não caberia aos que aderiram ao sistema cisnormativo interpretar, apenas observar e descrever.

Apenas Lynda e Juliana relataram ter moldado a região dos glúteos pela aplicação de silicone líquido. Neste ponto, destaco que a preocupação das minhas interlocutoras trans

¹⁵ Reforçando o meu compromisso em não incorrer nas lógicas universalizantes e sexistas recorro mais uma vez a Nascimento (2021): “enquanto Helena Vieira (2015) se afirmaria como travesti ainda que dentro da lógica de uma feminilidade, Sara Wagner Gonçalves Jr. (2018) se apresenta como mulher travesti. Ambas performam gêneros dissidentes à norma cis-heteronormativa e ambas são transfeministas” (Nascimento, 2021, p. 57). Acredito que as suas identificações orbitam em uma lógica identitária, diferenciando-se, porém, no que tange ao complexo universo que se constituem nesse processo das descontinuidades hegemônicas, ou seja, partindo da implantação de um princípio da autoidentificação.

femininas com a construção da *bunda* segue como um ideal performático, um *dever* mulher. Esta parte do corpo é considerada como uma das áreas erógenas mais inculcadas no imaginário nacional, um ideal discursivo que marca essa parte do corpo feminino, sobretudo o corpo da “mulher brasileira”. Conforme Kulick:

no Brasil o maior signo da beleza feminina não é, em primeiro lugar, o busto grande, como nos Estados Unidos e na Europa. Aqui o símbolo e a essência da sedução feminina são as coxas rijas e torneadas, os quadris largos e a bunda proeminente (em forma de pera). A importância da bunda na cultura brasileira é muito evidente até para o mais desatento dos visitantes (KULICK, 2008, p. 89).

Assim, a *bunda da brasileira* constitui esse *dever* de beleza que compõe certo padrão estético. Guardando as devidas proporções em termos de tempo, contexto e em relação aos próprios sujeitos, acredito que as experiências das minhas interlocutoras trans femininas tenham, em alguma medida, pontos de ligação e pontos de diferenciação com as experiências das personagens que aparecem nas pesquisas de Pelúcio (2007), Kulick (2008) e Duque (2011). Por exemplo, a figura da *cafetina* que aparece em ambas as pesquisas não apareceu como relevante para esta pesquisa, porém não se pode alegar que essa seja uma figura extinta da cena trans campo-grandense. No entanto, essa personagem não apareceu atrelada às experiências lembradas das minhas interlocutoras. Apenas Juliana fez menção à atuação dessa personagem.

Juliana contou como as pessoas trans têm se apropriado dos anticoncepcionais, hormônios que são produzidos e comercializados pela indústria farmacêutica, no sentido de obter diferentes efeitos nos corpos:

era assim, o que a gente mais tomava era o Diane 35 que voltou porque tinha saído do mercado. O Perlutan é antigo sempre teve, e qualquer farmacêutico aplicava. A gente entrava em uma salinha lá na farmácia e eles adoravam ver as bundinhas das travestis. A gente ainda não tinha o silicone porque se você põe silicone não tem como injetar. Então era assim, a gente tomava muito Perlutan, Diane 35 e o Premarin e o Gestadinona. Só que cada hormônio, dependendo da pessoa, fazia um tipo de efeito. Por exemplo, se eu tomar Perlutan, e se eu tomar um a cada 15 dias, num prazo de seis meses, meu peito fica desse tamanho (fazendo um gesto sobre os seios). Como eu tenho silicone, não é legal ficar tomando, né? O meu peito de hormônio era imenso, era quase do tamanho do que eu tenho hoje, só que era só o hormônio. Já o Gestadinona e o Diane davam um pouco mais de quadril e você ficava com a pele mais macia, ele também afina os pelos. Só que você também precisava do tal do Androcur e o Androcur é um bloqueador. Hoje eu tomo Estradiol, que é também um bloqueador, mas, é mais barato.

Juliana apresenta como um conhecimento adquirido na experiência é passado de uma geração a outra, denunciando a operação de um regime de invisibilidade que não dá conta das multiplicidades produzidas a partir das nossas subjetividades. Conforme a sua narrativa, podemos também observar que há especificidades nesse conhecimento, o que denota como os seus usos e as suas ações práticas, individuais e coletivas, são organizadas por micropolíticas cotidianas. A apropriação de elementos como os hormônios produzidos e comercializados para um determinado grupo de pessoas aponta para a capacidade de agenciamento do sujeito em reorganizar a sua construção social. Conforme a sua autodeterminação, desenvolve-se sua travessia de gênero na busca pela ressignificação dos seus corpos. Portanto, o sujeito desejante altera a sua posição social generificada, com base na reapropriação tática de aparatos socioculturais pelos quais nos valem para sermos reconhecidos como humanos, tencionando e desafiando o *status quo* pelo qual se estabelecem e atuam esses regimes de invisibilidades.

Conforme Nascimento, “as performances corporais trans* ocupam grande preocupação no modo como constituímos nossas subjetividades” (NASCIMENTO, 2021, p. 124). Assim, buscando cada vez mais me aproximar das especificidades que cercavam as experiências dessa interlocutora mulher travesti, dediquei-me a compreender melhor como o seu desejo e suas práticas se articulariam. Conforme Nascimento:

[..] muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesmas como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens nem mulheres. A sentença eu sou travesti é suficiente para marcar seus locais dentro de uma identificação de gênero (NASCIMENTO, 2021, p. 56).

Nesse sentido, os paradoxos que cercam a identidade travesti poderiam nos dar indícios de como e por que as suas performatividades vão sendo constituídas conforme os seus atos de reapropriação de elementos culturais generificados. Esses elementos, por serem lidos culturalmente como femininos, incorporariam as suas performances a partir das suas ações táticas devido às suas necessidades mais urgentes de dar uma resposta via materialidade dos corpos num sistema simbólico.

Conforme Moira, “cede-se ao estereótipo o quanto fizer sentido para a pessoa e, com isso, vai-se tentando minimizar o desgaste, a violência de deslegitimarem sua existência: eis a ideia” (MOIRA, 2017, p. 368). Mais adiante, veremos como a identidade travesti marcada por ambiguidades nos ajuda a compreender como se dariam essas descontinuidades.

Assim, levando em consideração as suas concepções de mundo e as suas histórias de vida em um determinado contexto, pontuei que as suas especificidades se dariam conforme os

valores morais, estéticos e religiosos (monogâmicos), cisheteronormativos. Conforme Bento, “não existe uma ‘identidade transexual’, mas posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher de ‘verdade’” (BENTO, 2017, p. 200). Nesse sentido, reforço os meus argumentos de que os seus *arranjos* e as suas *estratégias* são ações táticas desenvolvidas conforme as necessidades de reconhecimento que foram sendo ampliadas ao longo do curso da vida.

Diante das questões que implicariam no reconhecimento das suas identidades, as suas narrativas colocaram a constituição da materialidade das suas *corpas trans* em destaque, configurando outras necessidades, como entrar no mercado de trabalho, ter acesso a atendimento médico/clínico condizente com as especificidades de cada uma delas. Nesse sentido, as necessidades reverberaram em ações de resistência, provocando um deslocamento entre essas necessidades e a apropriação tática.

Perguntei a todas as pessoas entrevistadas quando e como elas/eles compreenderam as possibilidades e/ou as impossibilidades de realizarem algumas mudanças corporais. Busquei, dessa maneira, entender como atuou o desejo de cada uma delas na construção das suas identidades. Assim, pude observar como se deram as suas ações de ressignificação pelos usos de alguns aparatos socioculturais que nos constituem como sujeitos generificados. Esses aparatos são elementos que compartilhamos e naturalizamos nesse processo de nossa formação e de nossa classificação como sujeitos inteligíveis com base nas necessidades que caracterizam a nossa vida social como relacional.

Kátia contou: *sempre me hormonizei desde os catorze anos por conta própria, sempre me entupi de tudo quanto era anticoncepcional porque a vontade de nós pessoas trans sempre é de ficar com uma aparência feminina*. Ela também relatou que aprendeu com as trans mais velhas quais hormônios deveria usar. Uma das questões, portanto, que mais marcaram as suas histórias foi a busca por retocar seus corpos conforme a identidade de gênero pela qual passaram a se identificar. Essa é necessidade, em um primeiro momento, pareceria ser de fórum íntimo, mas, com o tempo, começou a ganhar outras proporções.

Lynda também rememorou fatos importantes desse momento quando ela passou a compreender melhor sobre as possibilidades de retocar o seu corpo:

Aos dezesseis anos eu consegui me assumir como gay e eu só fui ter contato com esse universo de várias possibilidades aos dezoito anos e meu primeiro

contato foi em uma boate gay chamada Bistrô, e quando eu vi as meninas que eram drag queen, transformistas eu falei assim, cara, é isso que eu quero ser. Só que até então, eu não tinha nenhum entendimento de que eu era uma mulher transexual até porque eu não tinha acesso a isso então, foi difícil para mim entender. Então, tudo começou para mim como transformistas, aí eu comecei a ter destaque como miss na época eu fui miss Campo Grande transformista, miss gay Mato Grosso do Sul e fiquei em terceiro lugar na miss gay Brasil, aí que eu conheci a transexualidade. Através de uma trans muito bonita que é a Daniele que foi uma das minhas musas inspiradoras junto com a Rafaela e a Duda que naquela época elas faziam parte de um pequeno grupo que talvez por este acesso elas me ajudaram muito na minha transição porque quando as vi pela primeira vez eu me enxerguei ali. E assim, a partir do momento que dei início ao meu tratamento hormonal me tornando uma menina trans eu já estava com 19 para 20.

Conforme o relato de Lynda, observa-se que, também no caso dela, foi a partir de algumas trans mais velhas que compreenderia quais seriam as suas próprias possibilidades de iniciar a sua travessia. Partindo das pesquisas de Kulick (2008) e Duque (2011), pode-se concluir que Lynda fez uso de hormônios tardiamente, diferente das histórias de vida acompanhadas por esses pesquisadores. Segundo Kulick, “hoje em dia é comum que as primeiras injeções comecem na idade de 16 ou 17 anos” (KULICK 2008, p. 91).

Procurei observar o conjunto de forças pelo qual historicamente a indústria farmacopornográfica faz parte, sobretudo, desse processo de produção do sujeito que acaba por capturar desejos de retocar e aprimorar corpos cis e trans. Cheguei ao impasse de como esses processos são, em grande medida, ocultados pelos discursos de poder/saber que circulam pelas nossas estruturas sociais.

Para compreendermos melhor como se ocultam essas forças que sustentam as sociedades contemporâneas, vejamos o que diz Amara Moira a esse respeito:

[...] esse apagamento (cínico, uma vez que as farmacêuticas sabem dos usos que fazemos e lucram horrores com eles) explica em parte a razão de, ainda hoje, recorrermos tanto à automedicação, travestis preferindo confiar nas instruções passadas de boca em boca na própria comunidade do que nas palavras de profissionais da saúde, muitas vezes transfóbicos. O que me faz refletir também sobre o que leva tantas de nós a fazer uso do silicone industrial, mesmo conhecendo os riscos. Impedidas por séculos de existir, sob a justificativa de que o nosso corpo inviabilizaria a maneira como nos entendíamos, pensem o que não significou a descoberta de que, com os avanços da medicina e da indústria farmacêutica, agora seria possível transformar radicalmente os nossos corpos. Corpos, antes tratados como o problema, como o impeditivo da nossa identidade, de repente eles se mostram remodeláveis por completo e de forma permanente, o que passaria uma poderosa mensagem para a sociedade: "não vou voltar a viver como antes". Os riscos seriam altos, sobretudo no caso do silicone industrial, mas com ele também seria possível, da noite para o dia, conquistar um corpo que não

devesse nada às mais cobiçadas modelos cisgeneras, a aplicação tornando-se, então, uma espécie de rito de passagem na comunidade. O que ajuda a entender o porquê de, mesmo hoje em dia, tantas travestis ainda recorrerem à substância (MOIRA, 2021, n.p.).

Não foi incomum, durante o trabalho de campo, o acesso a perfis e a histórias de vida de pessoas trans na internet que, a partir de um *link*, convidavam a participar de uma “vaquinha” on-line para que elas realizassem cirurgias reparativas para retirada de silicone líquido e/ou realização de implantes de próteses mamárias. No caso dos homens trans, a busca por ajuda financeira seria em prol da realização da mastectomia.

Um desses perfis que encontrei foi o de Yuna Vitória Santana da Silva, travesti com 25 anos de idade. Buscando angariar recursos financeiros para sua mamoplastia, Yuna¹⁶ escreveu: “venho através dessa vaquinha on-line arrecadar fundos para a realização do sonho de possuir seios condizentes com a minha identidade de gênero”. Yuna é estudante de direito e está casada com Theo Brandon, um homem trans, estudante de medicina, que gestou e deu à luz o filho do casal, Dionísio. Yuna é uma importante ativista transfeminista, que tem militado junto com Theo, pelo direito de as pessoas trans terem seus nomes e identidades de gênero retificadas na certidão de nascimento. Eles defendem que suas identificações jurídicas sejam reconhecidas na certidão de nascimento dos filhos, considerando que se trata de experiências de casais transgêneros. São pais trans que lutam pelo direito civil de Dionísio de ter a maternidade de Yuna reconhecida e, no campo da paternidade, de que seja o nome de Theo que apareça no documento.

As identidades socialmente assumidas por ela e por ele, conforme foi homologado pelo Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em junho de 2018, não abrange a legitimidade existencial do filho, herdeiro desse casal trans. Assim, muitas demandas das pessoas trans ainda permanecem despercebidas pelos jogos de poder e saber que se articulam, dadas as artimanhas mercadológicas que descartam as suas subjetividades em prol de um sistema maior, a biopolítica.

Conforme Nascimento, “as revoluções tecnológicas e culturais do século 20 são fundamentais para apontar possibilidades de remodelar nossos corpos, rompendo com os totalitarismos orgânicos, apontando o caráter ficcional fragmentado de nossas identidades” (Nascimento, 2021, p. 130). Esse é um sistema quase que imperceptível, já problematizado pelas análises foucaultiana, de como os nossos corpos e experiências seriam, em todo momento,

¹⁶ Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/cirurgia-de-yuna-mamoplastia-de-aumento>> Acesso em: 11 de julho de 2020.

atravessados pelos saberes médicos e jurídicos que estão a serviço dos interesses políticos e econômicos da produção capitalista.

Lynda e Juliana contam um pouco sobre esse momento em que compreenderam as possibilidades de se apropriarem dos usos dos hormônios como parte desse modo pelo qual, ainda que sem orientação médica, elas poderiam dar um novo sentido, trazendo à existência essa materialidade específica, das suas *corpas trans*. Lynda é dez anos mais jovem que Juliana. Para pensarmos sobre suas expectativas e desejos de mudança, também foi preciso fazer um recorte geracional, mas partes das suas experiências as aproximam, uma vez que ambas tiveram acesso às informações sobre o uso de hormônios quando contataram as travestis mais velhas. Esse fato também foi observado por Kulick, ao discutir que “travestis mais velhas e experientes costumam encorajar as jovens a tomar hormônios, sabendo que quanto mais cedo for iniciada a hormonização, melhor será seu efeito” (KULICK, 2008, p. 82).

Lynda conta:

quando a gente trata desta questão de gênero no começo é assim, sempre são possibilidades e poucas impossibilidades porque assim, você está na ânsia de se tornar o que você sempre sonhou então, você só vê na sua frente possibilidades. A mulher trans geralmente não procura médico não procura nada ela conversa com outras meninas trans com mais experiências e essas meninas decretam o que ela vai tomar foi o que aconteceu comigo e uma trans mais velha me disse, “você vai tomar esse e esse e são esses que vão fazer as mudanças no seu corpo.” Eu estava com 19 ou 20 anos e foi assim, que eu comecei a tomar sem prescrição médica nenhuma. Assim, logo comecei a ver as primeiras mudanças no meu corpo. E esse foi o meu primeiro contato eu diria com esse universo de possibilidades que até então, desconhecia.

Seguimos ainda com o relato de Lynda para compreender suas impressões ao ser chamada pelas *amigas de maricona*, segunda ela, em razão de não ter ainda *sentido a dor do silicone*.

na época em que eu virei trans era diferente de hoje naquele tempo para você se autoafirmar dentro do gueto que você era uma mulher trans você tinha que ter silicone industrial isso é um fato entendeu? Ah, mas, você não tem medo? mas naquele momento eu fazia parte de um gueto onde, eu precisava me auto afirmar ali dentro então, mesmo pensando nisso a primeira cirurgia que eu fiz foi a mamária coloquei prótese porque na minha visão naquela época não existe mulher sem seio então, eu coloquei e após isso depois que eu coloquei o silicone do seio veio a pressão, “das meninas que são suas amigas” e que participam do mesmo grupo que é o seu. Essas “amigas” te dizem, “é linda, mas, é uma maricona porque ainda, não sentiu a dor do silicone.” É como se fosse assim, essa auto afirmação vem pela dor do silicone isso iria te transformar numa mulher trans e não é a sua vivência em si e eu acabei colocando o silicone industrial no bumbum na época graças a Deus não tive

nenhuma reação adversa tem muitas meninas que morreram por causa disso então, diante disso são possibilidades que ele vão te dando e não é nem possibilidades é como se fosse desafios e depois eu fui não é mais inteligente porque essa não é a palavra certa, mas me solidificando como uma mulher trans eu comecei a entender que as minhas lutas não eram só dentro daquele gueto que a minha luta seria além, e que queria era me tornar uma mulher e que eu tinha que ser importante tanto no gueto como na sociedade e o gueto faz parte dessa sociedade a gente é a mesma coisa.

Portanto, foi assim que, ao ser cobrada pelas amigas por não ter aplicado silicone líquido, ou seja, por até então não ter investindo nessa técnica corporal, ela acabou cedendo à pressão, mesmo já sentido que as suas experiências de feminilidade e mulheridade estariam para além das suas relações mais próximas com outras iguais.

Segundo Pelúcio, talvez por isso:

[...] a categoria “maricona” seja mais uma das categorias problemáticas de classificação dentro do sistema de gênero rigidamente binário que orienta as travestis. E o que é ser uma maricona? O termo já foi usado para classificar homens afeminados e mais velhos, mas, pelo menos entre a rede de travestis que participa desta pesquisa, se disseminou e virou uma espécie de xingamento, de ofensa dirigida a certos tipos de homens. Aqueles que até passariam por “homens de verdade” na vida pública, mas que na privacidade das práticas sexuais escapariam para o desprestigiado pólo feminino, “virariam” (viados) (PELÚCIO, 200, p. 87).

A pesquisadora nos informa sobre o uso no caso da rede que ela estava pesquisando, proponho pensarmos na operacionalização dessa categoria a partir das suas observações. Tendo em vista que o termo *maricona* apareceu nesse trecho do relato de Lynda na forma de um insulto, observa-se, conforme apontou Pelúcio, a dificuldade de classificar o uso desse termo, “dentro do sistema de gênero rigidamente binário que orienta as travestis”. Dessa maneira, observamos que há, como nos informou Pelúcio, diferentes modos pelos quais o termo *maricona* poderia ser acionado. Lynda nos diz que:

eu não tive aquele... como eu vou te explicar... eu não sofri nenhum grande impacto neste sentido porque assim, como eu te falo isso? Eu não era um menino que virou menina. Se você me perguntar hoje, para mim a minha concepção sobre transexualidade eu era uma menina feia que conseguiu virar uma menina bonita. Então, eu não tive aquele choque, não experimentei nenhuma quebra porque assim, o meu corpo foi sendo construído aos poucos. Eu comecei o meu tratamento hormonal e como você vai vendo mudança no cheiro, no cabelo, seios, bumbum, pele enfim, em vários fatores isso, te traz uma felicidade tão grande que é naquele momento que você consegue se encontrar entre corpo e espírito e é isso que as pessoas não entendem. Então, essa transformação me fez um bem danado! Então, eu acho que a menina transexual estou falando no meu caso porque acho que a gente tem que se

pensar sempre nas particularidades, então, para mim não foi um soco para mim foi uma coisa gradativa então, é assim, que eu penso hoje. Mas, talvez se você me fizesse essa mesma pergunta quando eu tinha 22 anos eu não sei se teria a mesma resposta, mas hoje é isso que eu sinto.

Conforme Lynda, *eu era uma menina feia que conseguiu virar uma menina bonita*, observando-se, portanto, a alteridade que há em suas buscas, travessias de gênero. Observam-se, também, como se dariam as aproximações e os distanciamentos que invocam tal alteridade nesse processo, que é constante e fluido, e como ele apresenta peculiaridades conforme as similaridades que podem ocorrer ou não, devido às multiplicidades das experiências de sexo e de gênero que são produzidas pelo sujeito do desejo. Portanto, com base nas memórias de Lynda, podemos compreender como essas diferentes particularidades advindas das suas experiências possibilitariam a ressignificação das suas identidades.

Juliana, também contou como se sentiu ao ver os corpos e as performances glamourosas das travestis que se apresentavam nos palcos de uma boate gay a que ela foi pela primeira vez, quando tinha apenas 14 anos de idade. Por suas próprias narrativas, pode-se identificar como ela entrou em contato mais direto com algumas das possibilidades de mudanças, observando essas travestis que, segundo ela, hoje são todas *finadas*. Juliana conta:

foi assim que eu comecei ver as travestis chegarem lá achava exuberante a finada Claudia Schiffer, aliás hoje elas são todas finadas as coitadas. Sabe, elas usavam aquelas botas tudo trançadas até aqui na coxa aqueles corpões aqueles cabelos claros algumas eram perucas aqueles peitões... Ah!... elas eram lindas! Vixe, e o que eu ouvia dos gay era você tá louca não vai não conversa Ah! elas tem gilete elas matam elas roubam elas esfolam e eu lógico com 14, 15 anos era um bofinho né? Recém começando que todos as gays queriam se envolver né? Assim, fui fazendo amizade com elas aí, depois comecei a andar com elas e os outros amigos foram se afastando porque travesti não pode ir ao shopping travesti não pode aquilo e eu fui batendo o pé pois eu vou mostrar um dia que travesti vai fazer tudo isso...risos...a louca.

Observo que o termo *finada* apareceu apenas na narrativa de Juliana, relembrando o tempo em que começou a frequentar a boate gay na qual ela conheceu essas personagens que chamou de *finadas*. Juliana acionou a sua memória para falar das *finadas*, da mesma forma, acredito, que Duque identificou nas falas das suas interlocutoras: “as travestis com quem convivi comumente usam este termo para se referir às amigas que já morreram e, pelos contextos do seu uso, é empregado com respeito e forte saudosismos” (DUQUE, 2011, p. 70). Observa-se que o *desejo* de mudança de cada uma delas, quanto às suas expectativas, passaram

pela experiência do contato com as trans mais velhas, fato já observado por outros pesquisadores.

Para pensar o estigma que marca a travesti como violenta e perigosa, aquela que corta com a gilete, como aparece no relato de Juliana, proponho pensarmos essa questão a partir de um ponto central: a epidemia de HIV/AIDS. Conforme observou Elias Ferreira Veras, “além da prática da prostituição, o surgimento da Aids e sua midiaticização foram apropriadas pelo dispositivo do estigma travesti como nova marca estigmatizante, na medida em que patologizou as experiências homossexuais e travestis” (VERAS, 2015, p. 180).

3.2.2. Contexto social: sociabilidade familiar, relacionamentos afetivo-sexuais

No dia e na hora que agendamos para a entrevista, cheguei à casa de Juliana. Encontrando o portão para a entrada de carros já elevado, sigo avançando alguns passos, de modo que eu pudesse ser vista, e começo a bater palmas. Logo avistei Juliana na porta com uma vassoura na mão. Ela me convida para entrar e, preparando uma cadeira, pede para que eu me sente na varanda “só um pouquinho” para que, nas palavras dela, “pudesse dar uma ajeitada na casa”. Enquanto Juliana daria a tal “ajeitada”, puxo uma conversa buscando, em alguma medida, preencher os espaços vazios - que naquele momento eram muitos - entre as peças do quebra-cabeça que tentava montar, mentalmente, pelos apontamentos feitos para conhecer melhor a sua trajetória como ativista trans. Durante a conversa, Juliana me contou que o menino era: “filho de uma amiga e comadre, cuidado como a um filho”. Segundo Juliana, a mãe do menino passava por dificuldades e sem poder lidar com algumas rebeldias, próprias da idade, se viu sem condições, passando, então, a guarda do menino para ela. Neste primeiro momento, as histórias que venho conhecendo se cruzam em meio as confidências de suas memórias. Histórias de luta e resistência que se entrecruzam não apenas pela pesquisa, mas são atravessadas pelas singularidades das transexperiências que observei. Juliana toma para si, como parte das suas responsabilidades, orientar algumas escolhas do filho. Não foi difícil identificar em minhas análises sobre as memórias narradas pelas minhas interlocutoras e por meus interlocutores, as multitarefas que desempenhavam no seu dia a dia (Diário de Campo, outubro de 2019).

Juliana me recebeu em sua casa para a realização da entrevista. Assim, tive a oportunidade de observar melhor a centralidade da família na construção das suas relações pessoais e sociais. Durante a entrevista, ela me contou um pouco mais sobre o adolescente que estava sob sua responsabilidade, a quem ela teria recebido em sua casa a pedido da mãe do menino, que é sua amiga. Contou os progressos do menino, tido como *muito rebelde* pela família.

Juliana revelou como e o motivo de ter fugido, aos 14 anos, da casa da tia, depois de uma discussão. Pelo que se lembra desse momento, sua tia teria percebido que ela seria “diferente” e teria dito algumas palavras rudes sobre as suas preferências e desejos:

Com 14 anos eu fugi porque minha mãe foi embora e eu estava morando de favor na casa dos outros e fui a uma boate gay. Nascida e criada na Igreja Evangélica entrei e vi aquele monte de homens se beijando, voltei de ré, rezei fiz uns três Pai-Nosso, mas entrei e tomei uma cerveja porque eu sempre fui grande. Bem do lado dessa boate tinha umas kitnet, eu cheguei a morar ali de tanto que eu gostava, quis morar do lado dessa boate.

Juliana resgatou da sua memória esse momento de crise familiar, pois, segundo ela, foi a partir desse momento que iniciou a sua trajetória de vida como travesti. Foi no contexto da sociabilidade trans que Juliana teve seus primeiros envolvimento afetivo-sexuais. Segundo ela, ainda sobre essa primeira experiência na boate:

eu lembro como se fosse hoje, o primeiro dia em fui a esta boate, sentei na frente e fiquei tomando uma cerveja e começou a passar um carro. Passou... Passou... Passou... Até que me chamou. Olha a doideira aí. Risos... Entrei no carro desse homem e fui para a casa dele. Quem que era? Alguém que morava na casa paroquial. Era um padre. Me lembro como se fosse hoje, era um seminarista ou padre, não sei o quê do Dom Bosco. Depois eu conheci o (...), já com 17 anos. Nossa senhora! Eu sofri feito uma desgraça! Adolescente né? A gente ficou uns seis meses, depois do nada ele virou para mim e terminou. Ele era bem mais velho do que eu. Na época ele deveria ter uns vinte e poucos anos. Para você entender melhor, foi assim, da primeira vez que eu fui a boate achei tudo um absurdo, mas fui com esse cara[...]para a casa dele, depois peguei um ônibus. Já com o (...), foi a mesma coisa por que da outra vez que eu fui lá conheci ele aí fomos parar naquele Alquimia que era um hotelzinho velho furreca...de quinta, mas, era o que tinha dormimos lá e no outro dia cada um pegou o seu ônibus.

Juliana narrou os fatos que teriam marcado a sua trajetória no campo dos relacionamentos afetivo-sexuais, apontando para um dos debates que mais têm sido tratados, que têm, como pano de fundo, o mundo dos afetos que cercam as experiências de sexo e de gênero dos sujeitos dissidentes, tendo em vista que as suas experiências, lidas como homoafetivas, invisibilizam as práticas sexuais desses sujeitos.

Monalisa, depois de passar por psicólogos/as, sendo constantemente advertida por seus pais integrantes fieis de uma denominação evangélica tradicional, teve que sair de casa, pois, conforme ela recorda, *a situação em casa tornou-se insuportável.*

Segundo Monalisa:

quando eu completei dezoito 18 anos voltei do colégio interno. Ao retornar para casa resolvi falar para os meus e essa foi a época mais difícil da minha vida porque meu pai é pastor e nessa época meu pai falou que não era para eu continuar desse jeito porque desse jeito ele não iria mais me aceitar em casa e ele me levou em um psicólogo e eu fiquei me tratando com psicólogos até os vinte anos aí, eu falei, “não, é desse jeito mesmo que eu sou” desse jeitinho...risos. Daí, meus pais me colocaram para fora de casa assim, a situação em casa tornou-se insuportável.

Ela relembrou também que, *quando completei 25 anos por aí meus pais resolveram me chamar de volta para morar com eles.*

Já no caso da Kátia, parece-me que as questões quanto à sua identidade sempre passaram como obscuras para a sua família, na medida em que ela nunca teve grandes enfrentamentos a ponto de um rompimento. Kátia me confidenciou que ainda fica *muito revoltada* com a atitude de alguns dos membros de sua família que ignoram as suas reivindicações. Mesmo depois de ela já ter feito a retificação do seu prenome nos seus documentos oficiais, algumas pessoas insistem em tratá-la no masculino. Kátia narrou um desses momentos que a marcou: *um dia estava com a minha irmã no ônibus e ela, ao encontrar com uma pessoa conhecida, disse, este aqui é meu irmão e eu corriji na hora, eu disse: irmã. Olá, muito prazer! Meu nome é Kátia.*

Já Lynda, ao relatar que ainda mora com sua mãe, padrasto e irmãos, declarou que não teve problemas com essas pessoas que seriam mais próximas dela. Apenas seu pai biológico *não teria recebido muito bem*, segundo ela, a notícia de ela ser uma mulher trans. Problematizando sobre o fato de ela nunca ter saído da casa da família, pondero que esse seria um fato que marcaria o início da sua transição, um tanto que tardio. Atenta aos perigos de reproduzir estereótipos bem como aos perigos de generalizar que todas as trans femininas viveriam apenas do trabalho sexual, procurei compreender melhor a escolha pessoal de Lynda, que é modelo exclusiva de uma loja que comercializa apenas roupas femininas, é ajudante de cabeleireira e dançarina em uma boate da capital, além de ter me confidenciado trabalhar como *garota de programa*. Essa revelação aconteceu bem ao final da nossa conversa, quando falávamos um pouco sobre os impactos econômicos da pandemia na vida daquelas pessoas que desempenhariam trabalhos que não seriam considerados como “essenciais”, conforme as orientações da OMS. Dessa maneira, aproveitando do ensejo dessa conversa, perguntei se ela havia feito o pedido do auxílio emergencial¹⁷, fornecido pelo governo federal.

¹⁷ O decreto nº 10.488, que regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, concede o auxílio emergencial residual de R\$ 300 para as pessoas de baixa renda no geral e de R\$ 600 para mães solteiras.

Kulick (2008) observou que o fato de grande parte das travestis fugirem ou serem expulsas de casa muito jovens provocaria esse desligamento precoce com suas famílias. Esse fato se dava, geralmente, quando a família descobria que elas demonstravam sentirem-se atraídas por homens. Conforme Kulick, “foi isso exatamente que eu pude perceber quando pedi às travestis de Salvador que contassem suas lembranças de infância. Nenhuma deixou de observar que a atração homoerótica foi o aspecto mais importante no processo da autodescoberta e constituição como travesti” (KULICK, 2008, p. 68). No caso das minhas interlocutoras trans femininas, observa-se um momento diferente do observado por Kulick (2008). Nesse sentido, conclui-se que a vida social, afetiva e familiar seria, sim, muito importante para elas. Assim, o desejo de retocar seus corpos se daria também pela busca de uma interação social recíproca.

Dessa maneira, o contexto social despertou particular interesse desta pesquisadora que, inspirada nas análises foucaultianas, compreende o quanto o tecido social implica nos modos de ser e existir do sujeito cognoscente, que não poderia ser apreendido fora dos seus espaços sociais. Evidenciam-se, assim, os atravessamentos das relações de poder presentes em determinados espaços na formação do sujeito.

3.3. – Encaixes: inteligibilidades e subjetividades

Naquela época a gente tinha Roberta Close, Telma Lipp, Rogéria e tantas outras, Janne de Castro e o que acontecia era que por um lado tinham aquelas que se sobressaíam no mundo artístico, mas por outro lado você tinha a famigerada porcaria da ditadura hoje você não tem a ditadura, mas você tem uma violência velada que todos os dias mata pessoas trans no Brasil tanto que é o país que mais mata. Então, o que que acontece de alguma forma, o que eu percebo é assim, que existia uma marginalização maior entendeu, mas, para aquelas que conseguiram se sobressair tudo era glamour as pessoas terminavam abraçando como sendo algo artístico (JULIANA, fev. de 2020).

A fala de Juliana revela que a construção das subjetividades e das corporalidades trans e travestis foi possível a partir da apropriação das imagens transgressoras observadas em figuras como Roberta Close, Rogéria, Janne de Castro, entre outras pessoas que se fizeram conhecer a partir do que era chamado, à época, de “arte do transformismo”. Essas artistas foram responsáveis por fazer circular, em distintos meios, a possibilidade de existência de outros

sujeitos, de outros corpos, ampliando, assim, o próprio horizonte de expectativas. Foram as figuras midiáticas de Roberta Close, Telma Lipp, Rogéria e Janne de Castro que marcaram uma geração que Juliana resgatou das suas memórias para descrever esse momento emblemático que repercutiu na constituição das identidades femininas que orientaram algumas das suas escolhas.

O *glamour*, nesse sentido, demarca que existe um conjunto de possibilidades, ou seja, o palco não esteve e não está aberto a todas/os, marcando a existência das múltiplas experiências que fogem a esse espaço. Para Juliana, esse seria um lugar muito restrito reservado apenas para aquelas que conseguiam se sobressair. Observamos assim, como se institui e desmorona o caráter social e fictício das representações socioculturais masculinas/femininas. Com base nas análises de Oliveira, observamos que “o corpo físico é palpável, enquanto que a imagem pertence à dimensão do simbólico e do representativo” (OLIVEIRA, 2020, p. 29), atestando como as suas ações táticas poderiam ser reconhecidas como atos de apropriação e ressignificação, fontes produtoras de cultura; logo, fontes de transformação.

Ainda conforme Kulick (2008), grande parte das pessoas trans expulsas de casa buscariam no trabalho sexual uma opção mais imediata para sobreviver. Considerarei, contudo, que nem todas as pessoas estariam na prostituição por motivos estritamente econômicos. Portanto, considera-se que haja uma diversidade, ou seja, outras reivindicações que perpassem os valores morais e éticos do sujeito da experiência. Para Duque, “no entanto, o dinheiro que a inserção no mercado do sexo possibilita é um dos principais fatores que favorecem a sua permanência na prostituição” (DUQUE, 2011, p. 53).

Para pensarmos mais sobre os conhecimentos que são produzidos e compartilhados entre as pessoas trans, recorro mais uma vez ao conceito de conhecimento *contra-público*, nos termos de Coacci (2018), para entendermos como esses conhecimentos seguem sendo produzidos e transmitidos, estruturando algumas das suas redes de sociabilidades. A produção, por exemplo, do Bajubá ou Pajubá¹⁸, que é o dialeto das travestis e das transexuais brasileiras, é um desses conhecimentos.

Conforme os seus depoimentos, entrei em contato de uma maneira mais específica com alguns dos conhecimentos produzidos pelas próprias pessoas trans. Com base em suas

¹⁸ Segundo Amara Moira, “a língua pajubá se formou a partir do iorubá utilizado por religiões de matriz africana, ao qual, por muitas décadas, recorremos para nos comunicar sem que quem seja de fora entendesse (“pajubá”, por sinal, significa “segredo”, em iorubá). No entanto, visto que essa comunidade é marcada pela migração, cada vez mais, a língua vem se expandindo, incorporando agora tanto expressões dos mais variados cantos do Brasil, quanto palavras dos idiomas de países onde há uma presença marcante de travestis brasileiras (como Itália, Espanha e França, por exemplo). Um caldeirão linguístico, portanto, no qual se encapsula a própria história do Brasil” (MOIRA, 2021). Disponível em: <<https://buzzfeed.com.br/post/fragmento-inedito-do-meu-monologo-em-pajuba>> Acesso em: 02 de julho de 2021.

narrativas, foi possível observar e analisar, a partir de trabalhos anteriores, algumas semelhanças e particularidades das experiências das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, identificando, assim, como se estruturariam as suas redes de sociabilidades e afetividades.

Pelas suas memórias, observou-se também como se daria a construção de uma sororidade trans marcada predominantemente pela produção e pelo compartilhamento de certos conhecimentos ativos que seguem sendo passados de uma geração a outra geração. Nesse sentido, os conhecimentos táticos caracterizam também os usos e as ações práticas das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, que foram organizados conforme as suas necessidades de reorganizar as suas posições sociais pelas estruturas que regem as normas que “sacralizam” os sujeitos e os seus corpos com base nos ideais hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2019, com o início da investigação, buscou-se por trabalhos que trataram dos temas que versam sobre o universo trans no Brasil. Dessa maneira, entrei em contato com um amplo material, porém foi preciso fazer um recorte cada vez mais direcionado pelo interesse dessa pesquisa de conhecer, analisar e identificar, pelas suas memórias, os fatos que marcaram as suas trajetórias de vida. Esse recorte demonstrou ser, cada vez mais, de suma importância para que se tivesse sucesso ao cumprir com o principal objetivo: o de conhecer, a partir das suas narrativas, os principais fatos que marcam as suas trajetórias com base no princípio da autoidentificação.

Entretanto, com o início da pandemia em março de 2020, com o distanciamento social, o trabalho de campo foi, em certa medida, prejudicado, exigindo, dessa maneira, outro direcionamento. Assim, devido à impossibilidade de um maior estreitamento das relações com as pessoas que compõem a rede que deu corpo a esta pesquisa, os trabalhos produzidos pelas pessoas trans preencheram muitas das lacunas que surgiram devido às normas de biossegurança.

Acompanhando os relatos que os pesquisadores/as costumam fazer ao descreverem o seu campo, como os caminhos teóricos e metodológicos que seguiram ou abandonaram conforme o objetivo das suas pesquisas, observa-se que o tempo aparece como um dos elementos que mais contribuiriam para o aprofundamento teórico e prático do pesquisador.

Assim, para uma melhor aplicação de uma ampla gama de técnicas que são aliadas do pesquisador/a na produção dos dados, entre as quais estão as conversas informais, a observação do participante e as entrevistas, conclui-se que todas igualmente requerem tempo para tal aprimoramento. Para tanto, na busca por reforçar o compromisso ético assumido desde a elaboração do projeto desta pesquisa, não se poderia deixar passar em branco esta fase tão conturbada que se abateu durante a execução do trabalho de campo. Acredito que lançar mão de retratar os impactos que a pandemia do novo Coronavírus teve sobre o meu trabalho de campo comprometeria em falsear os resultados produzidos.

Reafirmo, portanto, que tais impactos implicaram diretamente nas escolhas metodológicas que me levaram a buscar novas formas de realizar as amarrações necessárias para a consolidação do meu trabalho de campo e, conseqüentemente, das minhas análises. Neste sentido, os compromissos assumidos por esta pesquisadora junto ao CEP, tanto em manter o rigor teórico como em realizar uma cuidadosa etnografia na busca de apresentar dados robustos, não se perderam, mesmo em meio às dificuldades desse momento, tendo em vista que toda e qualquer informação acessada caberia ao pesquisador/a verificar.

Relato, portanto, como a indisponibilidade desse tempo necessário - que serviria para um maior aprofundamento e que auxiliaria neste processo de produção dos dados, servindo também como um contraponto entre as conversas direcionadas nas entrevistas, as conversas informais e as observações - foram dribladas. Declaro, também que não tive tempo hábil para alcançar a quantidade de interlocutores/as descritos no projeto de pesquisa, porém todas essas adversidades advindas do contexto pandêmico foram sendo ressignificadas conforme as possibilidades de acesso da pesquisadora.

Para tanto, acompanhando as histórias de pessoas travestis e transexuais de diversas regiões do Brasil, aproximei-me de narrativas e pesquisas que me ajudaram a fazer a sutura de alguns eventos necessários ao desenvolvimento deste trabalho. Intensificando as participações em eventos online, transmitidos pelo Instagram e pelo YouTube, passei a seguir algumas das pessoas trans com maior destaque em diversas áreas do conhecimento. Suas falas em eventos online me ajudaram a costurar melhor as ideias que construía acerca das experiências das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores.

Tendo em vista que os seus usos e as suas práticas se destacaram, na medida em que apareceram entre os fatos que marcaram as suas buscas pela resignificação das suas identidades, os livros, os artigos, as pesquisas e os trabalhos em gerais, produzidos pelas próprias pessoas trans, tornaram-se essenciais.

A partir das cenas e dos fatos rememorados pelas/pelos minhas/meus entrevistadas/os, construiu-se um diálogo por diferentes perspectivas teóricas a partir de algumas pesquisas e estudos que já se debruçaram sobre os problemas das identidades para os sujeitos que desejam e que buscam ressignificar as suas próprias identidades. Esse diálogo apontou, a partir do desejo das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores, o interesse de verificar como essas transformações corporais seriam capturadas pelos dispositivos de poder que construíram a heterogeneidade presentes nos discursos médicos e psicológicos, psiquiátricos e psicanalíticos, marcando, assim, o surgimento do dispositivo da transexualidade pela prerrogativa do normal/patológico.

Pelos relatos dos fatos que marcaram as suas histórias de vida, passou-se a conhecer e a identificar alguns dos aspectos mais impactantes que as mudanças corporais provocaram nas suas relações afetivas e sociais, o que contribuiu também para que compreendêssemos as particularidades das suas buscas e práticas. Considerando, em primeiro lugar, o contexto das suas experiências, as análises e as observações se basearam na perspectiva particular de cada uma das pessoas entrevistadas, destacando as suas expectativas e os impactos das suas mudanças corporais no reconhecimento das suas identidades. Assim, a estabilidade do seu lugar

na vida familiar e das suas relações sociais aparecem como centrais para o desenvolvimento das suas ações táticas.

Dessa forma, ao longo de três capítulos, apresentaram-se, a partir das memórias de quatro interlocutoras trans femininas e de dois interlocutores trans masculinos, algumas cenas que evidenciam, pelas suas narrativas, alguns dos principais fatos que marcaram, na opinião delas/deles, as suas trajetórias de vida.

No primeiro capítulo, intitulado *Incômodos e estranhamentos*, no item 1.1., nomeado *Trajetoórias e intercâmbios: espaços de sociabilidade trans*, apresentaram-se, de forma detalhada, a proposta de pesquisa, os principais teóricos/as que produziram importantes considerações sobre o tema e os métodos utilizados para a realização do trabalho. Na sequência, como se deu a estruturação da rede de informantes, o encontro com as/os participantes e a imersão desta pesquisadora no campo.

No item 1.2., *Expectativas e suposições: o campo pelas tramas da memória*, de uma maneira mais específica, apresentou-se o problema de pesquisa no qual me dediquei a identificar e a descrever os fatos que colocaram em perspectiva as suas travessias de sexo e de gênero. Assim, com base no tensionamento constante produzido pelo campo restrito de qualificação das identidades hegemônicas, suas narrativas apontaram para os seus principais investimentos, classificados como *arranjos e estratégias*.

No segundo capítulo, tratou-se de *arranjos*, a partir do desenvolvimento do conceito teórico cunhado por Michel de Certeau, em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (2014), mais especificamente naquilo que Certeau denominou como “táticas”. Esse conceito auxiliou, de maneira contundente, na demonstração das suas articulações práticas, dos seus usos e atos de reapropriação dos aparatos culturais que formam os sujeitos do sistema sexo/gênero/desejo. Esse capítulo demonstrou também como os valores morais e religiosos que estão imbuídos na formação do sujeito são constantemente tensionados pelos próprios sujeitos que renunciam os imperativos desse sistema.

Por fim, o capítulo III tratou de maneira mais assertiva das suas *estratégias*. Considerando como direito o princípio da autodeterminação, elas/eles demonstraram como os sujeitos dissidentes do sistema sexo/gênero agenciam suas representações socioculturais de maneiras estratégicas a partir da cisheteronormativa. Dessa forma, tratando por demandas e encaixes, as *estratégias* das/dos interlocutoras/es tomam forma com base nos seus relatos. Suas narrativas, nesse sentido, abriram o leque pelo qual analisaram-se as cenas rememoradas por elas/eles de modo que, por elas, identificou-se o processo de construção das suas identidades.

Com base nos fatos que marcam as suas experiências, elas/eles descreveram os seus contatos com pessoas como as trans mais velhas, as “bombadeiras” e, conseqüentemente, com as técnicas corporais, como uso de hormônios e aplicação de silicone líquido, que possibilitaram, principalmente, às minhas interlocutoras trans femininas conhecerem as possibilidades de promoverem as mudanças e transformações corporais almeçadas por elas.

Dessa maneira, apresento, como um dos principais pontos das minhas considerações finais, que tanto os seus *arranjos* quanto as suas *estratégias* se desenvolveram a partir das suas autoidentificações, com base na ordem hegemônica das representações sociais binárias masculinas/femininas. Tais considerações apontam para as experiências de feminilidades e de masculinidades das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores pelas suas buscas de vidas vivíveis.

Assim, com base nas suas ações táticas face à norma social que orienta as representações sustentada pelos aparatos culturais que organizam as nossas relações sociais e afetivas, suas experiências denunciam como a nossa formação como sujeito de direitos se daria apenas em um processo de reiteração das performatividades hegemônicas.

Tendo em vista que o processo de construção das suas identidades trans acontecem como formas de resistência, compreendem-se as suas ações de resistência como produtoras de um deslocamento tático das normas hegemônicas que moldam o sujeito.

Portanto, seus *arranjos* e suas *estratégias* evidenciaram como as violências epistêmicas, discursivas e táticas que cercam a configuração histórica do sujeito de direito e seguem reproduzindo a ideia do que é normal e patológico, evidenciando violências, que se interseccionam por eixos de opressões, que podem ser observadas e analisadas pelo emprego dos marcadores sociais da diferença. Dessa maneira, podem-se identificar algumas das desigualdades sociais enfrentadas por minhas interlocutoras e por meus interlocutores que marcam, de maneiras distintas, as suas trajetórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo** / Beatriz Pagliarini Bagagli. – Campinas, SP: [s.n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334561/1/Bagagli_BeatrizPagliarini_M.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136 p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>> Acesso em: 17 de março de 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo** - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3ª ed. Salvador. BA: Editora Devires, 2017, 254 p.

BENTO, Berenice. **Nome Social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan. - jun. 2014, 165 – 182 p.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 1ª edição eBook, 2017: Coleção Primeiros Passos, 328 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAH, Avtar. “**Diferença, diversidade, diferenciação**”. In: Cadernos Pagu, n. 26. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, 329-365 p.

BRASIL. **Decreto nº 8.727**, de 28 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em: 26/02/2018.

BRASIL. **Resolução nº 01/2018 de 29 de janeiro de 2018**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/175605734/dou-secao-1-30-01-2018-pg-136>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais/Audre Lorde...**[et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. 15º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 288 p.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 266 p.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Traducción de Patricia Soley-8eltran. Paidós Studios 167. Barcelona, Buenos Aires, México. 2006. Ediciones Paidós Ibérica, S.A., Mariano Cubí. Barcelona, <http://www.paidos.com>. Título original: **Undoing Gender**, Publicado en inglés, en 2004, por Routledge, Nueva York.

CAFOLA, Diego. A. **Madame para uns, Satã para outros**: uma leitura do corpo marginal em Madame Satã (2002), de Karim Aïnouz. Albuquerque – Revista de história. vol. 7, n. 14. jul. Dez./2015, p. 121-141. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHIs/article/download/2974/2396/>> Acesso em: 20 de abril de 2021.

CAMPO GRANDE. **Decreto nº 14.195**, de 18 de março de 2020. Disponível em: Diário Oficial de Campo Grande - MS. Acesso em: 11 de junho de 2020.

CUNHA, Maise. Identificada travesti encontrada morta em frente ao Terminal Bandeirantes. **Midiamax**, Campo Grande, 19 de maio, 2019. Política. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/policia/2019/identificada-travesti-encontrada-morta-em-frente-ao-terminal-bandeirantes>>. Acesso em: 04 de junho 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

DINIZ, Debora. **Objecção de consciência e aborto**: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 5, pp. 981-985, out. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n5/2721.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2021.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**; desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011. (Série Sexualidade e Direitos Humanos). 184 p.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latinoamericana/ Ana Carolina D. Escosteguy. Ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Estudos Culturais, 8). 240 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. (Coleção Biblioteca de Filosofia). 175 p.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Revista Sociedade e Cultura**, v.16, n. 2, p. 395-403, jul/dez, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198>>. Acesso em: 30 de maio 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed., 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 64 p.

HABIB, Ian. G. (2020). **Corpos Transformacionais: A facetrans no Brasil**. *Arte Da Cena (Art on Stage)*, 6(2), 68-106. Disponível em:< <https://doi.org/10.5216/ac.v6i2.64738>>. Acesso em: 23 de março de 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismo e identidade de gênero**: elementos para a construção da teoria transfeminista. In Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://scholar.google.com/citations?user=W6eORaEAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura REBH**, v.1. n.º1. 2018. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/issue/view/551>>. Acesso em: 21 de ago. de 2021.

LORYS, Ádreon. **Meu corpo, minha prisão**. Autobiografia de um transexual. Editora Marco Zero 1985, Travessa da Paz, 15, Rio de Janeiro.

LEITE, Jr. Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti”, “transexual” no discurso científico. /Jorge Leite Jr. Apresentação de Berenice Bento. – São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011. (Série Sexualidade e Direitos Humanos).

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidade**: políticas de subjetivação; textos reunidos/Fátima Lima. 2ª. ed. Revista Atual. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. 138 p.: il. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde).

LINO, Adriana C. L. **Nome Social de travestis e transexuais**: experiências de gênero na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande, em dezembro de 2018.

MARQUES, Roberto. PERILO, Marcelo. **O “Rural” e o “Urbano” em estudos de gênero e sexualidade: etnografia, agência e mediação**. Conferência: VII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Homocultura. Disponível em: DOI: [10.13140 / 2.1.4096.0963](https://doi.org/10.13140/2.1.4096.0963)
Acesso em: 10 de set. de 2021.

MISKOLCI, Richard. PELÚCIO, Larissa. Fora dos sujeitos e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, v. 7, n.2, p. 257-

269, Niterói, 1. sem. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/viewFile/30980/18069>>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Dossiê Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun. 2009, p. 150-182.

MOIRA, Amara. **Os sentidos da transformação corporal para travestis**. O que leva uma travesti a querer transformar tão radicalmente o corpo, mesmo que isso coloque em risco a sua vida? Disponível em: <<https://buzzfeed.com.br/post/os-sentidos-da-transformacao-corporal-para-travestis>>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

NASCIMENTO, Anne R. da Silva. “**Erro da natureza**”? A construção da corporalidade trans no Diário de Pernambuco (1970 – 1985). – UFRPE. *XIII Encontro Estadual de História. Histórias e Mídias: narrativas em disputas*. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602117768_ARQUIVO_a6412d7e19002bed4a39cc5997985557.pdf>. Acesso em 14 de jan. de 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. (Feminismos Plurais/coordenação Djamila Ribeiro).

NERY, João W. **Viagem solitária**: a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade. 2ª ed. Rio de Janeiro. Leya, 2019. 368 p.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem à margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero/Megg Rayara Gomes de Oliveira. 1ª edição/Salvador – BA. Editora Devires, 2020. 238 p.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectiva decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de confete**: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS. Rio de Janeiro (RJ): Papeis Selvagens, 2018. 252 p.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS/ Larissa Pelúcio. – São Carlos: UFSCar, 2007. 312 p. Tese de (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2007. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=iMLe-MYAAAAJ&hl=pt-BR>>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e Torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. **Revista Periódicus**, 1ª edição maio-outubro de 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

PISCITELLI, Adriana. **Re – Criando a (categoria) Mulher?** Campinas/SP, nov de 2001. 1-25 p.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n.2, jul/dez. 2008. 263 a 274 p.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. 2ª ed. São Paulo: N-1 edições. 2017. 223 p.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia/Paul B. Preciado; tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRYSTHON, Angela (2001). **Mapeando o pós-colonialismo e os estudos culturais na América Latina**. *Revista Da Anpoll*, 1(10). Disponível em: <<https://doi.org/10.18309/anp.v1i10.384>> Acesso em: 19 de nov. de 2021.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. **Etnografia**: saberes e práticas. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, UFRGS. Porto Alegre, n. 21, 2008. Disponível em: [Etnografia: Saberes e Práticas | Eckert | ILUMINURAS](#). Acesso em: 30 de maio 2020.

RODOVALHO, Amara Moira. **Cis Por Trans**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 25, n. 1, pág. 365-373, abril de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

RUBIN, Gayle. **Política do Sexo**. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. 1984. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Títulos Originais: **Thinking Sex e The Traffic in Womem**. Coleção Argonautas. São Paulo: Ubu Editora, 2017. Ebook.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Originalmente publicado em Rayna Reiter (Org.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly View Press, 1975, 157-210 p. Republicado em Gayle Rubin. *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. London: Duke University Press, 2011. Coleção Argonautas. São Paulo: Ubu Editora, 2017. Ebook.

SILVA, Yuna Vitória Santana Da. **Despraticando as normas: um olhar sobre a cisgeneridade**. Anais IV DESFAZENDO GÊNERO. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64083>>. Acesso em: 24 de maio 2021.

SIMMEL, Georg. **O FENÔMENO URBANO**. Org. Introdução de Otávio Guilherme Velho, Georg Simmel, Robert E. Park. – Editora Zahar Ed. 1967. 143 p. Disponível em: <http://www.marcoareliossc.com.br/03velho_completo.pdf>. Acessado em: 28 de julho de 2021.

SIQUEIRA, P. (2005). “**Ser afetado**”, de Jeanne Favrete-Saada. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 13(13), 155-161. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>>. Acesso em: 27 de março de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TENTE, Jaqueline Hahn. Dia da Visibilidade Trans marca a luta e os direitos de pessoas travestis e transexuais. **Portal do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: < <http://www.ms.gov.br/dia-da-visibilidade-trans-marca-a-luta-e-os-direitos-de-pessoas-travestis-e-transexuais/>>. Acesso em: 04 de junho 2020.

TORRES, Thaila. Vestida pela quebrada, Alanys levou a periferia para formatura de Direito. **Campo Grande News**, Campo Grande, 18/12/2019. Comportamento. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/vestida-pela-quebrada-alanys-levou-a-periferia-para-formatura-de-direito>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

TORRES, Thaila. Alanys Matheusa, 1ª advogada trans negra do MS morre aos 22 anos. **Campo Grande News**, Campo Grande, 14/04/2020. Comportamento. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/alanys-matheusa-1a-advogada-trans-negra-do-ms-morre-aos-22-anos>>. Acesso em: 14 de abril 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Em nome do desejo**. 2 ed. São Paulo: Max Limonad, 1985.

VERAS, Elias Ferreira. **Carne, Tinta e Papel: a emergência do sujeito travesti público-midiático em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico**. Florianópolis SC, 2015 228 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169488/339030.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

VERGUEIRO, V. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, MG., and MOUTINHO, L., Orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978- 85-232-1866-9. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

WALTER, Benjamim. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas volume 1. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Mari Gagnebin 1ª edição 1985 3ª edição. Editora Brasiliense 1987. São Paulo/SP.

ANEXOS

QUADRO GERAL DOS/AS INTERLOCUTORES/AS:

Nome	Idade	Natural de	Se considera	Nome Social/Retificação	Cor/Raça auto-atribuída	Escolaridade	Situação Familiar	Ocupação	Religião
Kátia	47	Ribas do Rio Pardo/MS	mulher trans	já fez a retificação de seu prenome	parda	ensino superior	mora só	desempregada	relata ser uma pessoa de fé sem religião
Carlos	31	Campo Grande/MS	homem trans	não fez a retificação de seu prenome	negro	ensino médio	com seu filho	agente de saúde	evangélico não praticante
Monalisa	40	Campo Grande/MS	mulher trans	já fez a retificação de seu prenome	negra	cursando o ensino superior	mora com os pais	professora	evangélica praticante
Juliana	40	Mamanguape/PB	travesti	já fez a retificação de seu prenome	negra	ensino médio	mora com um adolescente que está sob sua guarda	funcionária pública	evangélica
Paulo	38	Campo Grande/MS	homem trans	já fez a retificação de seu prenome	parda	ensino médio incompleto	mora com a filha	Moto entregador	sem religião
Lynda	30	Campo Grande/MS	mulher transexua	já fez a retificação de seu prenome	negra	ensino médio	mora com a família	modelo dançarina/assistente de cabelereiro	evangélica

*Quadro geral de apresentação das entrevistadas/os que participaram da pesquisa. Entrevistas realizadas entre setembro de 2019 até abril de 2020.

ARRANJOS Performances de gênero/usos de:	ESTRATÉGIAS Performatividade trans/retoques:
Uso do Nome Social princípio da autodeterminação e autodeclaração da identidade de gênero	Retificação do prenome/princípio da autodeterminação
Roupas Sapatos Maquiagens Acessórios Cabelos Elas e eles fazem uso destes elementos de forma direcionada. Cabelos curtos ou compridos contribuem para a constituição das suas identidades de gênero.	Usos de hormônios/bloqueadores que auxiliam contribuem para as transformações/modificações dos corpos face as identidades de gênero autodeclaradas/assumidas. Todas/todos os participantes asseguraram que fazem usos de hormônios.
Algumas expectativas sociais forjadas pelo acionamento construção de discursos binários. Todos os participantes fizeram discursos condizentes com as performances de gênero culturais.	Implantes mamários/silicones Kátia Juliana Lynda
Construção estética dos corpos com base nas relações socioculturais da diferença entre os gêneros. Na busca por passabilidade preocupação exacerbada com o convencimento/aprovação social observei: urgir posturas mais associadas às representações culturalmente atribuídas ao masculino e para feminino.	Retosques/harmonizações faciais para trans femininas e masculinas. Juliana e Lynda Eliminação dos pêlos principalmente pelas trans femininas e travestis no rosto. Uso de laser no tratamento que pode levar a um resultado permanente. Monalisa
Espaços de sociabilidade associados aos gêneros/orientação dos comportamentos Destaque para: Paulo, 38 anos tem o hábito de fumar, trabalha como motoboy trabalho esse em grande medida associado a um perfil masculino. Lynda, 30 anos é dançarina em uma boate, auxiliar de cabelereiro, modelo de uma grife feminina. Monalisa, 41 anos é religiosa conta no coral da Igreja está cursando pedagogia, dá aulas em uma Ong e mora com os seus pais. Juliana, 40 anos tem se dedica aos cuidados da casa e tem prestado cuidados de uma mãe ao seu pupilo. Carlos, 31 anos está em um relacionamento hetero e atribui os seus cuidados com seu filho tanto de pai quanto de mãe ainda que a presença do pai do menino seja de constância. Kátia, 47 anos atua diretamente no cuidado de sua mãe dividindo com suas irmãs uma atribuição amplamente difundida e amparada juridicamente. Mora só, e seu investimento no cuidado da casa e das suas plantas o cuidado neste sentido, pode estar muito associado à construção do universo feminino.	Aplicação de silicone industrial/no bumbum e quadris. Juliana e Lynda

<p>Posturas sociais atribuídas aos gêneros/ são acionadas bem como são construídas como parte das estratégias/em prol de um reconhecimento social.</p> <p>Homem/pai/provedor – Paulo e Carlos</p> <p>Mulher/mãe/sensível – Juliana – Lynda – Kátia – Monalisa</p>	<p>Usos de faixas/binder para disfarçar a protuberância dos seios/homens trans revelado pelo Carlos.</p>
<p>Reconfiguração da voz e dos gestos uma operacionalização que implica em jogos de passabilidade/reconhecimento no gênero autopercebido/autodeterminado.</p> <p>De igual modo todas as interlocutoras femininas e todos os interlocutores masculinos puderam ser observados desempenhando suas performances.</p>	<p>Aquendar/técnica utilizadas por travestis e transexuais femininas como formas de disfarçar o volume das genitálias atribuídas ao sexo masculino / trans femininas e travestis.</p> <p>Nenhuma das minhas interlocutoras femininas tocou no fato de suas necessidades de disfarçar suas genitálias por esta técnica. Porém ao participar de uma das palestras ministradas por Juliana na prevenção do HIV/aids e de outras ISTs me surpreendeu o seu alerta as trans femininas presentes no evento sobre os riscos que envolvem a sua saúde devido ao fato de algumas delas passarem a maior parte do dia com fitas adesivas segurando as genitálias.</p>
<p>Uma estética dos gêneros masculinos e femininos percebida e implementada conforme as possibilidades/desejos de cada interlocutora/interlocutor.</p> <p>O sonho da Monalisa é casar e ter filhos.</p>	<p>Casamento/desejos em compatibilidade com as expectativas sociais determinadas pela oposição dos gêneros.</p> <p>Todas/todos têm seus desejos direcionados para o sexo oposto.</p>